

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**AS RELAÇÕES ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR, POLÍTICAS PÚBLICAS
E DESENVOLVIMENTO RURAL: Um estudo de caso sobre o PRONAF,
PAA e PNAE no município de Cerrito/RS**

JULIANA LIMA FAGUNDES

Rio Grande, 2015.

JULIANA LIMA FAGUNDES

**AS RELAÇÕES ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR, POLÍTICAS PÚBLICAS
E DESENVOLVIMENTO RURAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O
PRONAF, PAA E PNAE NO MUNICÍPIO DE CERRITO/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito à obtenção de título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Análise Urbano-Regional

Orientadora: Profa. Dra. Giancarla Salamoni

Rio Grande, 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Drª. Giancarla Salamoni (Orientadora)

Instituto de Ciências Humanas (ICH)

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Profª. Drª. Maria Regina Caetano Costa

Instituto de Ciências Humanas (ICH)

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Profª. Drª. Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Prof. Dr. Jefferson Rodrigues dos Santos

Instituto Federal da Região Sul (IFISUL – Campus Rio Grande)

Profª. Drª. Jussara Mantelli - ICHI-FURG (Suplente)

Universidade Federal de Rio Grande (FURG)

Dedicatória

Esta dedicação vai a você, meu companheiro, amigo de todas as horas, meu noivo Alex de Souza Oliveira. Você contribuiu desde o início neste trabalho, sempre ao meu lado me motivando, agradando, rindo e chorando comigo.

Alex, nessa caminhada você esteve comigo presente em todos os momentos, desde o início, nos dias de alegrias, bem como no meu ingresso no mestrado você esteve presente. Sei o quanto você fez parte deste trabalho, me auxiliando nos trabalhos de campo, lembramos de acordar no meio da noite a fim de acompanhar os agricultores familiares em suas lidas, e tantas outras caminhadas que fizemos juntos para alcançar os objetivos que tinha. Saiba que aqueles cafés e doces no momento da escrita me ajudaram muito.

E então, tivemos também momentos difíceis, de preocupação, ansiedades... agradeço por segurar minha mão e em muitos desses momentos minhas lágrimas, obrigada pelo amor, carinho, confiança, apoio, incentivo e acreditar em mim.

É impossível explicar o quanto você foi e é importante, deixo aqui nessas linhas registrado, o meu “muito obrigada”, meu amor, saiba que estarei sempre ao teu lado.

Foi Deus que me entregou de presente você

Eu que sonhava um dia viver

Um grande amor assim

Foi Deus

Agradecimento

Agradeço a Deus por guiar meus passos, minha vida e iluminar meu caminho.

Ao Programa de pos-graduação em Geografia PPGeo da Universidade Federal de Rio Grande.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por conceder bolsa, no qual esta me ajudou a dedicar-me tempo integral para pesquisa.

Aos colegas de Mestrado, em especial Noemi, Janete, Mila pelas trocas de experiências e companhias.

A minha orientadora Professora Dra. Giancarla Salamoni, pela seriedade, apoio, confiança que depositou em mim, de todos momentos que proporcionou de aprendizado.

A Professora Dra. Regina, que sempre de braços abertos me recebeu, obrigada pelo carinho, em suas palavras me vieram muitas inspirações....

Ao professor Dr. Jefferson, no qual contribuiu neste trabalho, cada fala, ideia me fazia ter mais vontade de pesquisar.

A Professora Dra. Carmen, por aceitar em fazer parte deste trabalho.

Aos colaboradores do IFRS de Rio Grande, Lucas e Fabiano, obrigada pela ajuda nos levantamentos do IDR, e dos mapas.

Aos agricultores familiares de Cerrito, vocês contribuíram com informações para o desenvolvimento da pesquisa de campo deste trabalho, trocando experiências, momentos, histórias exemplares de vida.

A Prefeitura Municipal de Cerrito, Secretaria Municipal de Educação, Renata Solé, EMATER, por fornecer informações que ajudaram na pesquisa.

Agradeço a todos familiares, amigos que fizeram parte desta caminhada, o meu muito obrigada!

Não posso deixar de dedicar e agradecer este trabalho a professora Dra. Rosa Elane Antoria Lucas (in memoriam), uma pessoa muito especial que estará sempre no meu coração. Em toda minha escrita na dissertação tive sua lembrança, e foi difícil, muitos momentos as lágrimas não paravam de cair. A cada lembrança que vinha, de muitas noites estudando com ela, finais de semanas que eram dedicados a trabalhos.

Falo com todo orgulho de ter tido a oportunidade de ser aluna da Rosa Lucas, de ter sido minha orientadora, por tornar-se uma grande amiga e acima de tudo uma “mãe”, que ao longo desses quatro anos de caminhada me deu muito apoio, carinho e me fez acreditar na MUDANÇA!

Não tenho palavras para agradecer a atenção, paciência e oportunidades que ela me proporcionou para que eu pudesse crescer intelectualmente, e por ter ajudado a tornar hoje a pessoa que sou.

Sou grata por ter me auxiliado em todos os momentos, depositando em mim conselhos, confiança e ensinamentos que levarei para minha vida toda.

RESUMO

FAGUNDES, Juliana Lima. **AS RELAÇÕES ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL: Um estudo de caso sobre o PRONAF, PAA e PNAE no município de Cerrito/RS.** 2015. Pg. 207. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande.

A pesquisa aborda as relações entre a agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural, a fim de suscitar o debate de diversas questões que permeiam o campo de estudos da geografia agrária, especificamente no que tange as recentes transformações dos espaços rurais vis a vis a ação do Estado. A agricultura familiar tem uma importância histórica na formação territorial brasileira, sendo de fundamental importância compreender as formas de acesso destes agricultores aos fundos públicos e às políticas governamentais ao longo do tempo. Para tanto, entende-se que a agricultura familiar vem contribuindo para o desenvolvimento rural dos municípios e as diferentes esferas do poder público (municipal, estadual e federal) têm reconhecido o papel estratégico desse segmento social e tem buscado promover o desenvolvimento rural a partir da implementação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Trata-se de uma investigação de caráter exploratório e qualitativo, tendo como recorte espacial o município de Cerrito/RS, e como estudo de caso a análise das políticas públicas federais do PRONAF, PAA e PNAE, as quais exercem um papel importante na manutenção e reprodução social e econômica da agricultura familiar na escala local. Diante da análise das informações empíricas e com base no estudo teórico foi possível observar que o Programa Nacional de Alimentação Escolar representa um importante estímulo para a agricultura familiar do município de Cerrito/RS ao oferecer produtos locais para a merenda escolar e a adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos possibilitou mais uma opção de mercado para os produtos da agricultura familiar. Observou-se, também, que o objetivo da Prefeitura, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, é possibilitar o acesso às políticas públicas, estimulando os agricultores familiares a aumentar a oferta de alimentos para os mercados institucionais, no sentido de ampliar a renda familiar, o emprego da mão de obra da própria família e a permanência no campo. Neste panorama identifica-se que as políticas públicas têm demonstrado ocupar um papel importante na dinamização do rural e do urbano local. Destacam-se as ações de incentivo e parceria dos órgãos públicos locais, no que tange a articulação e organização dos agricultores familiares no acesso às políticas públicas. Diante das evidências empíricas, a avaliação do índice de desenvolvimento rural – IDR demonstrou que os valores relativamente baixos obtidos para o município de Cerrito não refletem plenamente a realidade observada, sendo necessário ampliar a análise quantitativa, baseada em dados secundários, com pesquisas de campo que revelam relações institucionais, dinâmicas produtivas e práticas sociais e culturais capazes de demonstrar as expressões do desenvolvimento na escala local.

Palavras- chave: Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

FAGUNDES, Juliana Lima. **Relations between Family Farming, Public Policies and Rural Development: A case study about PRONAF, PAA and PNAE in Cerrito municipality, Rio Grande do Sul State.** 2015. Pages 204. Master's Thesis (Master Degree) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande.

The research deals with the relationship between family farming, public policies and rural development in order to provoke discussion of various issues that permeate the agrarian geography studies, specifically regarding the recent transformations of rural areas considering the action of the Government. Family farming has a historical importance in Brazilian territorial formation, and it is of fundamental importance to understand how these farmers have access to public funds and government policies over the time. Therefore, we understand that family farming has contributed to rural development in the municipalities, and the different spheres of government (municipal, state and federal) have recognized the strategic role of this social segment and has searched to promote rural development from the implementation of public policies aimed at strengthening family farming. This is an exploratory and qualitative research, considering the municipality of Cerrito, Rio Grande do Sul State as the spatial cutout, and as a case study the analysis of federal public policies PRONAF, PAA and PNAE, which play an important role in maintaining and social and economic reproduction of family farming on a local scale. Before the analysis of empirical data and based on the theoretical study, it was possible to observe that the National School Feeding Program is an important stimulus for family farming in the municipality of Cerrito, offering local farming products for school meals, and adherence to Food Acquisition Program allowed another market option for the products of family farming. It was observed that the goal of the Cerrito City Council, along with the Municipal Secretary for Education, is to enable the access to public policies, encouraging farmers to increase food supply to institutional markets in order to increase the family income, the use of their own family labor, and permanence in rural areas. In this panorama, it was identified that public policies have been shown to have an important role in boosting local rural and urban areas. There are the actions of encouragement and partnership of local government agencies, as regards the coordination and organization of family farmers in access to public policies. Facing these empirical evidences, the evaluation of the Rural Development Index - IDR demonstrated that relatively low values obtained for the municipality of Cerrito don't reflect the observed reality, being necessary to expand the quantitative analysis, based on secondary data, with field researches to reveal the institutional and productive dynamics, and the social and cultural practices, in order to demonstrate the expressions of development at the local scale.

Key words: Family Farming. Public Policies. Rural Development

Lista de Figuras

Figura 1. Localização do estado do Rio Grande dos Sul e do município de Cerrito.....	25
Figura 2. Mapa do percentual da área ocupada por propriedades agropecuárias com tamanho acima de 500 há por município do RS – 2006.....	26
Figura 3. Organograma - Elementos da metodologia da pesquisa.....	30
Figura 4. Sistema da Agricultura: subsistemas internos e externos.....	37
Figura 5. Indicadores rurais: um conjunto básico.....	41
Figura 6. Indicadores utilizados no IDR.....	41
Figura 7. Cartograma Índice de Desenvolvimento Rural (IDR).....	61
Figura 8. Organograma das linhas de crédito do PRONAF.....	71
Figura 9. Feira dos Agricultores Familiares de Cerrito/RS.....	112
Figura 10. Paisagem rural no município de Cerrito-RS.....	114
Figura 11. Criação de gado leiteiro no município de Cerrito/RS.....	120
Figura 12. Produtos para Feira dos Agricultores Familiares em Cerrito – RS.....	121
Figura 13. Forno de barro em Cerrito-RS.....	130
Figura 14. Uso de trator nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.....	131
Figura 15. Uso da tração animal nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.....	132
Figura 16. Equipamentos Agrícolas utilizados nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.....	133

Figura 17. Uso de Assistência Técnica nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.....	135
Figura 18. Atividades produtivas nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.....	139
Figura 19. Características topográficas do Município de Cerrito-RS.....	141
Figura 20. Patrulha Agrícola Municipal – Cerrito-RS.....	142
Figura 21. Agricultora Familiar no município de Cerrito-RS.....	163
Figura 22. Participação da mulher na atividade leiteira no município de Cerrito-RS.....	165
Figura 23. Artesanato doméstico o trabalho das mulheres rurais em Cerrito-RS.....	168

Lista de Tabelas

Tabela 1. Principais produtos do município de Cerrito.....	27
Tabela 2. Indicadores Componentes do IDR.....	43
Tabela 3. Modelos de desenvolvimento rural.....	51
Tabela 4. Principais modelos de desenvolvimento e paradigmas (1950-2000).....	57
Tabela 5. Anuário Estatístico do Crédito Rural/2012 Pronaf- Município – Cerrito/RS - Atividade e Finalidade.....	70
Tabela 6. Categorias de financiamentos do PRONAF.....	73
Tabela 7. Modalidades do PAA.....	79
Tabela 8. Etapas do processo de adesão ao PAA.....	80
Tabela 9. Valor repassado pela União a Estados e Municípios por dia letivo para cada aluno.....	84
Tabela 10. Faixas etárias por sexo nas unidades de produção familiar pesquisadas- Cerrito-RS.....	124
Tabela 11. Máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.....	131
Tabela 12. Área das propriedades pesquisadas em Cerrito-RS.....	136
Tabela 13. Relação de agricultores e a linha de financiamento que acessam no PRONAF- Cerrito-RS.....	146

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Condição do produtor nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito - RS.....	125
Gráfico 2. Formação da propriedade entre as unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.....	126
Gráfico 3. Sucessão hereditária nas unidades familiares - Cerrito-RS.....	127
Gráfico 4. Quantidade de horas trabalhadas por dia nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.....	128
Gráfico 5. Tempo de residência da família nas unidades familiares pesquisadas - Cerrito-RS.....	129
Gráfico 6. Insumos utilizados nas unidades familiares pesquisadas -Cerrito-RS.....	134
Gráfico 7. Uso do solo nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.....	136
Gráfico 8. Produtos produzidos nas unidades familiares pesquisadas e o tipo comercialização- Cerrito-RS.....	138
Gráfico 9. Participação das atividades na formação da renda nas unidades familiares pesquisadas - Cerrito-RS.....	139
Gráfico 10. Formação da renda nas unidades familiares pesquisadas - Cerrito-RS.....	142
Gráfico 11. Tempo dedicado à principal atividade produtiva nas unidades familiares pesquisadas - Cerrito-RS.....	143
Gráfico 12. Tipo de criação e suas respectivas finalidades es familiares nas unidades familiares pesquisadas-Cerrito-RS.....	144
Gráfico 13. Animais de trabalho utilizados nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.....	144
Gráfico 14. Programas do Governo Federal acessados pelas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.....	145
Gráfico 15. Aspectos elencados pelos agricultores entrevistados em relação ao que deve mudar no PRONAF. Cerrito-RS.....	147

Lista de Siglas

- AEE:** Atendimento Educacional Especializado
- ANMTR:** Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
- CAE:** Conselho de Alimentação Escolar
- CECANES:** Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar
- CGU:** Controladoria Geral da União
- CME:** Campanha de Merenda Escolar
- CNME:** Campanha Nacional de Merenda Escolar
- COAFAC:** Cooperativa dos Agricultores Familiares de Cerrito
- CONAB:** Companhia Nacional de Abastecimento
- COSULATI:** Cooperativa Sul-Riograndense Laticínios Ltda.
- DAP:** Declaração de Aptidão do PRONAF
- EAN:** Programa, a Educação Alimentar e Nutricional
- EEx:** Entidades Executoras
- EMATER:** Associação Rio-grandense Empresa Técnica Extensão Rural
- FAO:** Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura
- FEE:** Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
- FNDE:** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FURG:** Universidade Federal de Rio Grande
- IBES:** Índice de Bem-Estar Social
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDECO:** Índice de Desempenho Econômico
- IDH:** Índice de Desenvolvimento Humano
- IDR:** Índice de Desenvolvimento Rural
- IMA:** Índice de Meio Ambiente
- INCRA:** Instituto de Colonização e Reforma Agrária
- IPOP:** Índice de População
- LEAA:** Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais
- LISTA DE SIGLAS**
- MDA:** Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDS:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MMC: Movimento de Mulheres Camponesas

MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OECD: (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT)

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PGPAF: Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar

PIB: Produto Interno Bruto

PJR: Pastoral da Juventude Rural

PMA: Programa Mundial de Alimentos

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF: Secretaria da Agricultura Familiar

SISAN: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SME: Secretaria Municipal de Educação

TCU: Tribunal de Contas da União

UFPeI: Universidade Federal de Pelotas

USAID: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

CAPITULO 1 - INTRODUÇÃO	18
1.1 Problema de Pesquisa.....	22
1.2 Objetivos.....	22
1.2.1 Objetivo Geral.....	22
1.2.2 Objetivos Específicos	23
1.3 O Contexto Empírico	23
CAPITULO 2 - METODOLOGIA.....	29
2.1 Estudo de Caso: Reflexões sobre sua aplicação	30
2.2 Pesquisa Qualitativa: trilhando a pesquisa.....	32
2.3 Análise de Conteúdo: entendendo o papel das políticas públicas.....	38
2.4 Pesquisa quantitativa: a Construção do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR)	40
CAPITULO 3 - DESENVOLVIMENTO RURAL: Discutindo o conceito e sua aplicabilidade na escala local	46
3.1 Percepções sobre os conceitos de Desenvolvimento, Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Rural.....	46
3.2 Breve análise do Desenvolvimento rural no Brasil	52
3.3 Do conceito de Desenvolvimento Rural ao Índice de Desenvolvimento Rural – desafios/e estratégias para os estudos agrários.....	59
3.4 A importância das políticas públicas para a agricultura familiar no desenvolvimento rural	63
CAPITULO 4 - AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PRONAF, PAA E PNAE: Importância para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural	66
4.1 Políticas públicas no cenário rural: perspectivas para o futuro do desenvolvimento rural	66
4.1.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF	69
4.1.3 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	74
4.1.4 O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.....	81
5. ABORDAGENS TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINATO	89
5.1. Enfoques clássicos e contemporâneos sobre campesinato e agricultura familiar.....	91
5.2 Agricultura familiar: a emergência da categoria normativa com vistas ao desenvolvimento rural	102

CAPITULO 6 - ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PRONAF, PAA e PNAE	111
6.1 Os caminhos da pesquisa de campo: a chegada em Cerrito/RS.....	111
6.2 Repercussões das políticas públicas na ótica dos mediadores sociais entrevistados.....	115
6.3 Caracterização da Agricultura Familiar: subsistemas social, técnico e de produção.....	123
6.5 Impactos dos Programas Federais para a Agricultura Familiar: entre limites e perspectivas.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
BOX 1. PROGRAMA RS MAIS IGUAL	174
REFERÊNCIAS	176
APÊNDICES.....	195

CAPITULO 1 - INTRODUÇÃO

Os anos 90 do século XX passaram a marcar significativos avanços para o rural brasileiro, especificamente no que tange aos agricultores familiares, pois essa categoria social passou a ter seu reconhecimento em várias esferas, tanto políticas (ação estatal) quanto sociais (por meio de ações e reivindicações de organizações e movimentos sociais).

De acordo com Neves (2007), no campo acadêmico e na construção de projetos agronômicos o termo agricultura familiar raramente aparecia antes dos anos 90. Já a partir dessa década, percebeu-se um interesse maior por parte do governo pela agricultura familiar no Brasil e, nesse cenário, destaca-se então, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde este possui uma Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), além do revigoramento da Reforma Agrária. Tal fato se materializou em políticas públicas, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), financiando projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores familiares (colonos¹, assentados da reforma agrária, quilombolas entre outros grupos de agricultores camponeses). Essa conjuntura demonstrou ser importante no processo da intervenção estatal na agricultura familiar brasileira.

Nesse sentido, pode-se identificar que essas mudanças ocorreram devido a alguns condicionantes, a saber: as pressões a partir dos movimentos sociais, que buscam a democratização das políticas públicas, bem como, reformas estruturais. Por outro lado, o reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria analítica e normativa nos estudos sobre o rural brasileiro.

¹ Baseado em Seyferth(2002),o termo colono refere-se aos imigrantes europeus não portugueses e seus descendentes, cuja origem remete a formação dos lotes coloniais do século XIX no sul do Brasil.

Em 2003, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a fim de colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e para fortalecer a agricultura familiar. Também o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) que garante às famílias agricultoras preços mínimos para seus produtos, e, por meio da Lei nº 11.947/2009, a agricultura familiar passa também a fornecer gêneros alimentícios a serem servidos nas escolas da Rede Pública de Ensino, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) . (MDA, 2012)

Os agricultores familiares conquistaram também uma política pública de direito, em 24 de julho de 2006, foi sancionada a Lei nº 11.326, que forneceu o marco legal da agricultura familiar, permitindo a sua inserção nas estatísticas oficiais, com caráter normativo. Vários trabalhos científicos e grupos de pesquisadores já haviam realizado esforços semelhantes com os resultados de Censos Agropecuários anteriores, mas era necessária uma delimitação conceitual categorizada da agricultura familiar que procurasse atender ao enunciado legal de 2006. (IBGE, 2006)

Nesse sentido, o entendimento das perspectivas para os novos processos sociais presentes atualmente no meio rural “passa pelo reconhecimento da agricultura familiar, como uma forma social de trabalho e produção e do desenvolvimento rural.” (CONTERATO, GAZOLLA, SCHNEIDER, 2007, p. 13)

O desenvolvimento rural, por sua vez, deve ser entendido como um movimento na direção de novas propostas para a agricultura, buscando a valorização crescente das economias de escopo em detrimento das economias de escala, o fortalecimento das sinergias com os ecossistemas locais, sempre buscando superar o paradigma da modernização da agricultura. (CONTERATO, SCHNEIDER, WAQUIL, 2007)

Diante esse panorama, demonstra-se que houve avanços na expressividade das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar brasileira. No entanto, compreende-se que se tem ainda muitos desafios nos estudos que tratam sobre os impactos desses programas estatais.

Cabe acentuar que nos últimos anos, o campo de pesquisa sobre o tema da agricultura familiar vem sendo bastante discutido por diversos estudiosos,

professores, pesquisadores, possibilitando o aporte de relevantes contribuições e reflexões sobre este assunto e desafiando a outros buscar novas contribuições, tanto teóricas quanto empíricas, a partir de pesquisas relacionados aos estudos rurais. A partir deste enfoque de pesquisa, faz-se necessário compreender que a questão do desenvolvimento rural passa, necessariamente, pela compreensão das dinâmicas espaciais relacionadas à organização da agricultura familiar no campo, sob a perspectiva dos reflexos da aplicação de políticas públicas para esse segmento social.

Conquanto, a presente pesquisa trata-se de uma investigação de caráter exploratório sobre as relações entre o Desenvolvimento Rural, as Políticas Públicas e a Agricultura Familiar, tendo como recorte espacial o município de Cerrito/RS. A partir da delimitação do tema de pesquisa, optou-se tratar apenas das políticas públicas, de nível federal, que estão presentes no município pesquisado, sendo estas o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Merenda Escolar.

No município de Cerrito/RS a agricultura familiar tem ocupado lugar de destaque no desenvolvimento local e rural, por meio de diversas estratégias de reprodução social, bem como pela diversificação produtiva e econômica. E, nesse contexto, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar têm demonstrado ocupar um papel de destaque na dinamização do rural e do urbano local. Outro elemento, são as ações de incentivo e parceria dos órgãos públicos locais, no que se refere a articulação e organização dos produtores para a comercialização dos alimentos, como por exemplo, no caso da criação da feira dos agricultores familiares. Ainda, a proximidade entre as unidades de produção familiar localizadas na zona rural e a cidade de Cerrito/RS, favorece a logística para a comercialização local dos produtos oriundos da agricultura familiar.

O interesse pelo objeto de estudo está relacionado a várias motivações, entre as quais se aponta as de maior relevância: Primeiramente, o fato da formação na graduação em Geografia – Licenciatura possibilitou a inserção acadêmica em grupos de estudos sobre a temática agrária junto ao Laboratório

de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA), da UFPEL² no qual ocorreram importantes trocas de experiências teóricas e conhecimento de realidades distintas acerca deste assunto. Outra justificativa é pela intencionalidade pessoal em compreender o campo de pesquisa da agricultura familiar e analisar como as políticas públicas repercutem no desenvolvimento deste município, pois uma primeira aproximação com este recorte empírico já foi realizada em pesquisa anterior³.

Diante dessas premissas, acredita-se que esta pesquisa pode constituir em um necessário referencial teórico acerca do tema proposto, assim situando a agricultura familiar no centro das políticas públicas, de caráter social, econômico e ambiental, como também nas agendas de pesquisas acadêmicas. Com efeito, verificando as lacunas, os avanços e as perspectivas para a agricultura familiar, articuladas as propostas de desenvolvimento rural no município de Cerrito/RS.

Ademais a presente pesquisa está organizada em seis capítulos, composto deste capítulo introdutório, apresentando o objeto de estudo, as questões norteadoras da pesquisa, objetivos, e uma aproximação com o contexto empírico, resgatando assim dados históricos do município de Cerrito/RS. Já o segundo capítulo apresenta a metodologia adotada, como também as técnicas e instrumentos utilizados para a coleta e análise dos dados.

O terceiro capítulo, intitulado “Desenvolvimento Rural: Discutindo o conceito e sua aplicabilidade na escala local”, envolve um aporte teórico entrelaçado com discussões do Índice de Desenvolvimento Rural. O quarto

²O grupo de pesquisa do LEAA é formado por uma equipe de professores-pesquisadores e alunos bolsistas e orientandos de cursos de graduação e pós-graduação e dedica-se aos estudos sobre a heterogeneidade dos espaços rurais, buscando apreender, por um lado, a diversidade na organização socioespacial da agricultura familiar e, por outro, as dinâmicas e identidades territoriais, entendendo o desenvolvimento local e regional como resultante das interrelações complexas entre natureza e sociedade, ou seja, que o ambiente natural e as tradições culturais encontram-se imbricados na construção dos territórios rurais.

³ Entre os anos de 2012 e 2013 foi realizada pesquisa para Monografia de Conclusão de Curso de Licenciatura em Geografia- UFPEL, intitulada “ENSINO DE GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Estudo de caso sobre a prática pedagógica dos professores de Geografia na E.M.E.F. Dr. Jaime Faria - Vila Freire - Cerrito/RS”.

capítulo traz uma abordagem acerca das “políticas públicas do PRONAF, PAA E PNAE: Importância para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural”.

O quinto capítulo, corresponde às abordagens teórico-conceituais sobre agricultura familiar e campesinato, trazendo contribuições acerca deste tema.

Por fim, o sexto capítulo refere-se à pesquisa de campo, desse modo, apresenta-se um diálogo entre os dados primários e o marco teórico, procurando responder a problemática e aos objetivos desta pesquisa.

1.1 Problema de Pesquisa

Destarte, pergunta-se em que medida as políticas públicas contribuem para articular as potencialidades da agricultura familiar com vistas a promover o desenvolvimento rural no município de Cerrito/RS?

A partir da abordagem teórica proposta, esse estudo partiu dos seguintes questionamentos:

- ✓ Em que medida as políticas públicas atendem as demandas dos agricultores familiares do município de Cerrito/RS?
- ✓ Quais as facilidades e dificuldades que os agricultores familiares encontram em acessar as políticas públicas?
- ✓ É possível avaliar os índices de desenvolvimento rural no município, a fim de apontar ações e estratégias que beneficiem os agricultores familiares?

1.2 Objetivos

- Com base na abordagem apresentada foram traçados alguns objetivos, geral e específicos a serem atingidos ao longo desta pesquisa, sendo estes apresentados a seguir.

1.2.1 Objetivo Geral

- Compreender as relações entre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e os princípios do desenvolvimento rural no município de Cerrito/RS;

1.2.2 Objetivos Específicos

Para tanto, considerou-se estabelecer os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Cerrito/RS;
- Identificar as características presentes na organização espacial da agricultura familiar no município de Cerrito/RS;
- Discutir as repercussões das políticas públicas como PRONAF, PAA e PNAE, na ótica dos agricultores familiares do município;
- Avaliar a aplicabilidade do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) do município de Cerrito/RS;
- Apresentar as perspectivas para a agricultura familiar e suas relações com o desenvolvimento rural no município de Cerrito/RS;

1.3 O Contexto Empírico

Nesta sessão apresenta-se, primeiramente, um breve histórico da formação do município, na sequência uma caracterização geográfica da área de estudo.

Com base em estudos documentais, a denominação Cerrito surgiu em 1780 com a chegada de imigrantes africanos, italianos e alemães, estes colonizadores chamavam o município de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Conforme informações de descendentes dos primeiros colonizadores, o termo Cerrito deve-se pelo fato de ser um lugar bastante elevado e estar próximo de cerros e coxilhas. Uma das designações dadas pelos índios referia-se a montículos sepulcrais que significa: ponto culminante do lugar - Cerro Pelado. (IBGE, 2010)

A origem do município foi a localidade de Cerrito Velho, que devido ao seu grande progresso foi elevada à categoria de município pela Lei nº154, de 05 de agosto de 1848, não chegando a ser instalado e tendo sido tornado sem efeito no ano de 1857. Com seu desenvolvimento paralisado, os moradores de Cerrito Velho começaram a migrar para a sesmaria de Manuel José Gomes, situada na margem esquerda do Rio Piratini. Nesta época, em 12 de Dezembro de 1844, é inaugurada a Estação de Cerrito que mais tarde tornou-se Vila Cerrito. Paralelamente à Vila Cerrito, desenvolvia-se o núcleo de Santa Cruz ou

Maria Gomes, que com o passar do tempo denominou-se Olimpo e atualmente Pedro Osório. (IBGE, 2010)

No ano de 1959, Cerrito e Olimpo (Pedro Osório) uniram-se e emanciparam-se dos municípios-mãe, Canguçu e Arroio Grande, respectivamente, e formaram o Município de Pedro Osório, de acordo com a Lei nº3.735, de 03 de Abril de 1959. (IBGE, 2010)

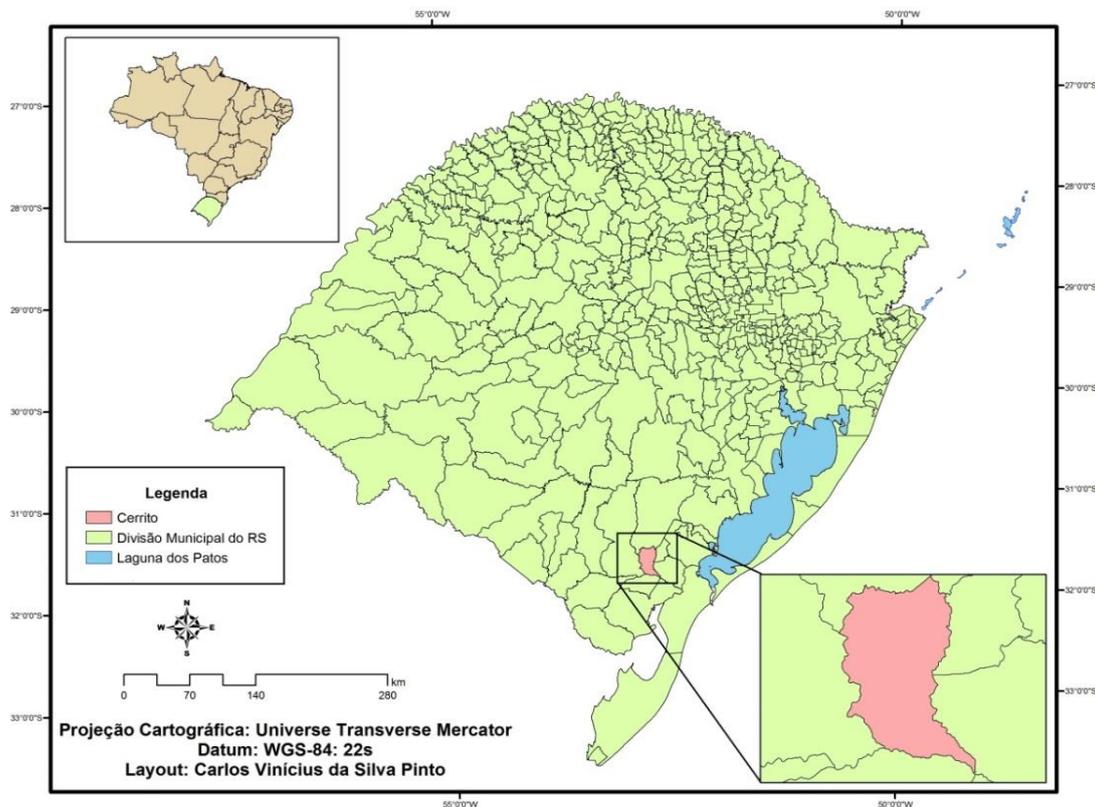
Nesse contexto, de acordo com levantamento documental, o município de Cerrito foi criado em 28 de dezembro de 1995, pela Lei nº 10.656/95, tendo como município de origem Pedro Osório. Em 03 de Outubro de 1995 foi realizado um plebiscito no qual os moradores votaram pela emancipação do município.

O município encontra-se na longitude 52,8° oeste e na latitude de 31,8° sul e faz limites com os municípios de Capão do Leão, Morro Redondo, Piratini, Canguçu e Pedro Osório (Figura 1) (FEE, 2011).

Situado geograficamente no Extremo Sul do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o IBGE (2010), o município possui uma população de 6.402 habitantes e uma área de unidade territorial que corresponde a 452 Km². As principais vias de acesso à cidade de Cerrito são: BRs 293 e 116 e a RS 703. O município de Cerrito é formado por três distritos, sendo o primeiro distrito a sede urbana, o segundo denominado Alto Alegre e o terceiro Vila Freire.

Com relação à economia é voltada ao setor agropecuário, tendo como maior expressão a produção leiteira com criação de gado da raça Jersey e produção de matrizes leiteiras, constituído predominantemente, por pequenas propriedades rurais de caráter familiar.

Figura 1. Localização do estado do Rio Grande dos Sul e do município de Cerrito.



Fonte: Adaptado do IBGE(2010) por Carlos Vinícius da Silva Pinto, 2013.

O município tem sua organização socioespacial, como mencionado anteriormente, caracterizada pela presença de propriedades rurais de caráter familiar, tendo como maior expressão a produção leiteira, de milho, soja, pêsego, arroz, avicultura e olericultura.

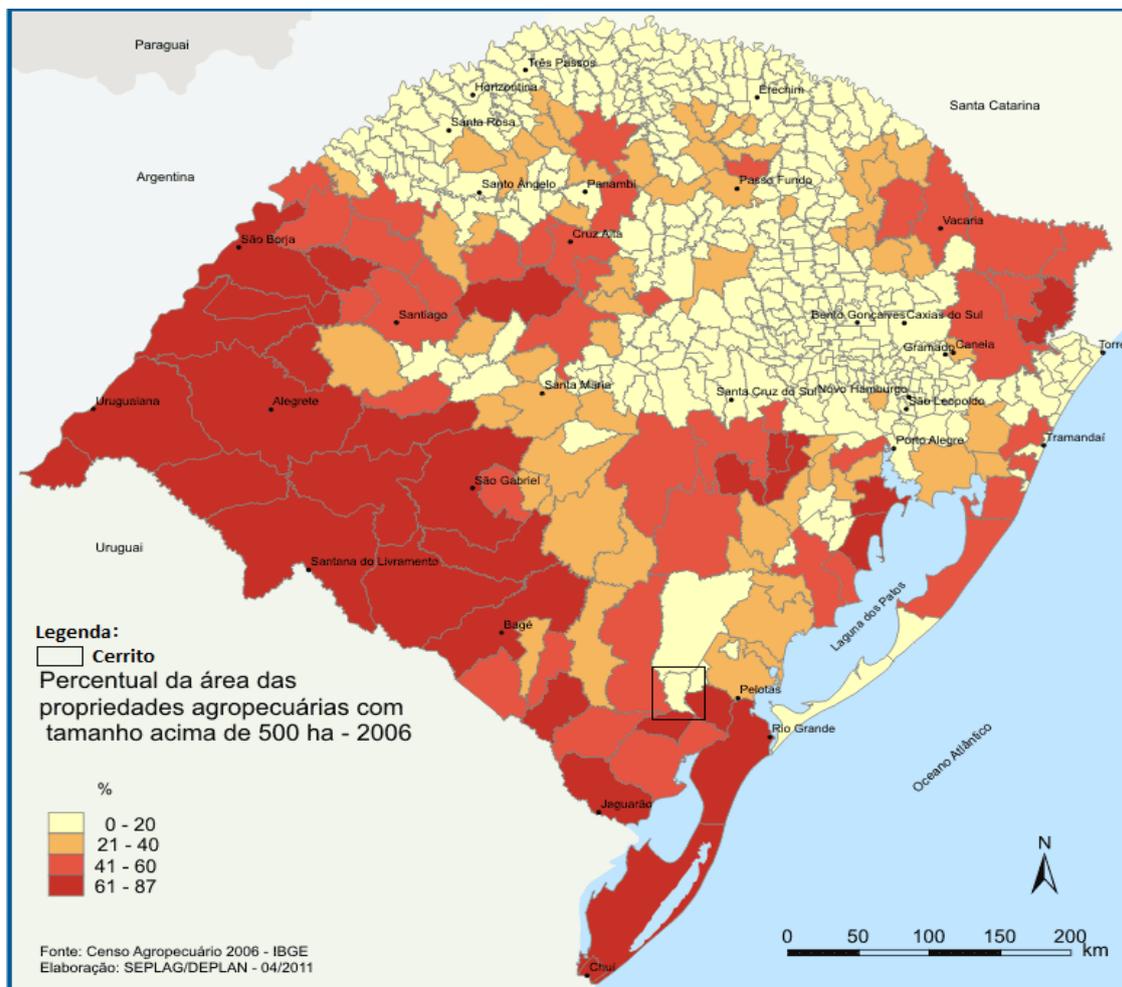
Na produção leiteira, com relação a criação de vacas Jersey produzindo matrizes leiteiras, reconhecida por sua categoria genética, essa raça produz leite de excelente qualidade, em torno de 9 milhões de litros ao ano.

A maior parte dos agricultores familiares do município produzem alimentos para o autoconsumo e quando ocorre o excedente de produção este é destinado à venda. Na zona urbana destacam-se as olarias, com significativa produção de tijolos, que é comercializada em toda a região sul por treze empresas instaladas na cidade. (Secretaria Municipal de Cerrito, 2012)

Conforme informações do Censo Agropecuário (2006) a respeito do número de estabelecimentos agropecuários do Município de Cerrito/RS,

existem 1.003 estabelecimentos em uma área de 37.004 hectares. Conforme explicitado pela figura 2, as propriedades acima de 500 ha ocupam entre 21% e 40% do total da área utilizada pela agricultura.

Figura 2. Mapa do percentual da área ocupada por propriedades agropecuárias com tamanho acima de 500 há por município do RS – 2006.



Fonte: Adaptado de SEPLAG, 2013.

Com relação ao tipo de propriedade presentes no município estas são, principalmente de caráter familiar, correspondendo uma área até 50 hectares. Os principais tipos de atividades produtivas (produção animal leite e vegetal) do município estão voltados tanto para o mercado quanto para o autoconsumo. A produção da soja vem crescendo nos últimos anos em Cerrito, juntamente com a produção de milho. O cultivo de hortaliças é ainda pouco expressivo para o mercado, sendo destinado basicamente para o autoconsumo. A produção

animal de maior destaque é o leite, sendo este produto comercializado junto às cooperativas de laticínios.

No que tange a produção do município, aparece como maior expressão a produção leiteira, o milho, soja, pêsego e o arroz. Entre os anos de 2009 e 2011, esses são os principais produtos (tabela 1):

Tabela 1. Principais produtos do município de Cerrito – RS.

Produto	Entre	Unidade
Leite	5.001 10.000	Litros
Milho	5.001 10.000	Toneladas
Soja	1 10.000	Toneladas
Pêssego	1.001 10.000	Toneladas
Arroz em casca	1 10.000	Toneladas

Fonte: IBGE, 2011.

Org.: Autora, 2014.

Na sequencia, precede-se o segundo capítulo desta dissertação reservado a descrever a metodologia adotada, como também as técnicas e instrumentos utilizados para a coleta e análise dos dados.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.” Paulo Freire

Capítulo 2



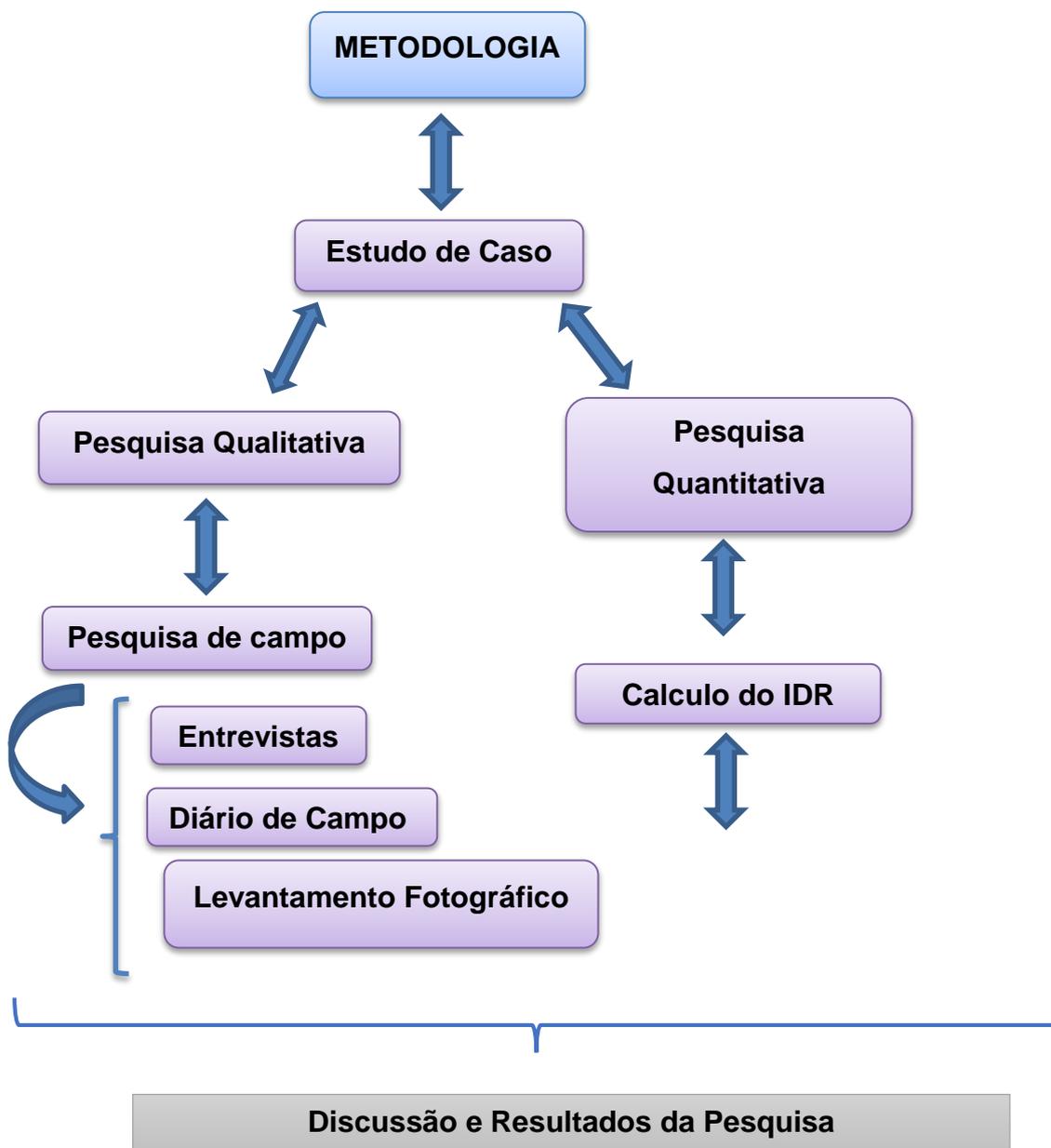
CAPITULO 2 - METODOLOGIA

A metodologia alude à organização que compõe a estrutura do trabalho de cunho científico, a partir de um problema de pesquisa até o alcance dos resultados finais obtidos pelo pesquisador. Compreende-se a metodologia como o procedimento que mostra os caminhos que foram percorridos durante a investigação acadêmica.

O caminho metodológico traçado pelo pesquisador é um momento importante na pesquisa, e a criticidade, a seriedade e a dedicação às leituras são elementos fundamentais nessa trajetória, portanto, é essencial que a definição da metodologia requeira atenção e cuidado do pesquisador.

Dessa forma, com base nos pilares teóricos “agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural” teve-se a atenção para que os métodos e técnicas utilizados abarcassem esses três temas de forma que no final pudesse se ter uma compreensão da totalidade. Para compreender o campo pesquisado o caminho metodológico foi construído a partir dos seguintes elementos e suas etapas que compõem a metodologia, conforme figura 3 abaixo:

Figura 3: Organograma - Elementos da metodologia da pesquisa



Fonte: Elaboração autora, 2014.

2.1 Estudo de Caso: Reflexões sobre sua aplicação

O estudo de caso pode ser entendido como, “sendo uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente.” (TRIVIÑOS, 2008, p.133). Para tanto, o estudo de caso facilita a compreensão

da realidade, pesquisando um caso particular, tomado como unidade significativa do todo sem perder de vista as relações socioeconômicas e políticas da sociedade mais ampla.

Sabe-se que ao adotar, para a realização da pesquisa, o estudo de caso não é um trabalho fácil, pois esses estudos são utilizados de maneiras dessemelhantes, com propósitos de verificações diferentes, com abordagens quantitativas e qualitativas, e assim, com aplicações específicas em diversas áreas do conhecimento. De toda forma, o estudo de caso requer do pesquisador todo o cuidado de trabalhar com o objeto explorado na pesquisa e “(...) o caminho começa com uma revisão minuciosa da literatura e com a proposição cuidadosa e atenta das questões ou objetivos da pesquisa. (YIN, 2010, p. 23)

Para Yin (2010), estudo de caso é sua capacidade de “lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível em um estudo histórico convencional” (YIN, 2010, p. 32). Considera-se destacar que o método de estudo de caso não é exclusivamente uma forma de “pesquisa qualitativa” (...). Na abordagem de Yin (2010):

- Um bom pesquisador de estudo de caso deve ser capaz de formular boas questões – e interpretar as respostas.
- Um pesquisador deve ser um bom “ouvinte” e não ser atrapalhado por suas próprias ideologias ou preconceitos.
- Um pesquisador deve ser adaptável e flexível para que situações novas possam ser vistas como oportunidades, não como ameaças.
- Um pesquisador deve ter noções claras dos assuntos em estudo, mesmo no modo exploratório. Essa noção reduz a proporções administráveis os eventos relevantes e a informação a serem buscados.
- O pesquisador deve ser imparcial sobre as noções preconcebidas, incluindo as derivadas da teoria. Portanto, ela deve ser sensível e responsiva à evidência contraditória. (YIN, 2010, p. 95)

Os estudos de caso para Ludke e Andre (1986) procuram retratar a realidade de forma completa e profunda, assim, o pesquisador busca propagar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo. Segundo os autores, “esse tipo de

abordagem enfatiza a complexidade natural das situações, evidenciando a inter-relação dos seus componentes.” (LUDKE e ANDRE, 1986, p. 19)

Ludke e André (1986), em seus escritos, referenciam a análise de Nisbet e Watt (1978), onde estes caracterizam o estudo de caso em três fases: uma primeira aberta ou exploratória, a segunda mais sistemática em termos de coleta de dados, e a terceira consistindo na análise e interpretação sistemática dos dados e na elaboração do relatório. Ainda, para esses autores, essas três fases se superpõem em diversos momentos, sendo difícil precisar as linhas que a separam. O estudo de caso vai além de um tipo de pesquisa qualitativa, podendo combinar essa com a abordagem quantitativa (YIN, 2010).

2.2 Pesquisa Qualitativa: trilhando a pesquisa

Com a finalidade de constatar as questões que nortearam a pesquisa, desde os objetivos até o problema de pesquisa, teve-se a preocupação em desenvolver uma metodologia que expressa uma pesquisa quanti-qualitativa, uma vez que são utilizados métodos estatísticos, como o caso do cálculo do IDR.

Entende-se ainda que as pesquisas quanti-qualitativas representam aportes teóricos-metodológicos proeminentes para a elaboração de análises no trabalho de campo. Compreende-se que a pesquisa com uma abordagem qualitativa não tem a pretensão de desprestigiar a contribuição dos dados quantitativos para elucidar o qualitativo, mas sim serem complementares, e é nessa perspectiva que esta pesquisa se propõe a trabalhar.

A pesquisa qualitativa fundamenta-se na compreensão e na interpretação dos fenômenos a partir de suas representações, crenças, opiniões, percepções, atitudes e valores. “Se tem uma relação dinâmica e interdependente entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.” (SILVA e MENDES, 2013, p. 205)

A investigação qualitativa acompanha o trabalho habitual dos pesquisados, observando as circunstâncias e sentido de suas atuações, interrogando-os sobre as razões e significados de suas ações, a fim de analisar

o tema em estudo, explicitar os diferentes aspectos do problema, bem como, sugerir suas possíveis soluções. Para Matos e Pessôa (2009):

Os estudos da pesquisa qualitativa se diferem da quantitativa em razão das questões teórico-metodológicas. Enquanto a pesquisa quantitativa procura estabelecer e seguir um plano elaborado com rigidez, os estudos qualitativos costumam ser direcionados ao longo do seu desenvolvimento. Por ser uma pesquisa concebida, principalmente, numa perspectiva compreensiva, a coleta de dados é baseada em métodos que não implicam quantificação e, sim, a interpretação dos fenômenos estudados. (MATOS; PESSOA, 2009, p. 279)

Percorrendo o caminho metodológico da pesquisa, num primeiro momento foi necessário fazer um aprofundamento bibliográfico a fim de subsidiar a discussão dos pressupostos teóricos sobre a temática acerca da agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural, de forma geral a fim de dar suporte necessário para o desenvolvimento da pesquisa. Esse levantamento bibliográfico ocorreu por meio de leituras de livros, dissertações, teses, artigos e outros materiais atuais que abordaram a respeito do tema em questão, bem como pesquisas de instituições técnicas e científicas.

Esta pesquisa é pautada também sobre a análise de dados de fontes secundárias, sendo assim, em um segundo momento, foram utilizados dados secundários, a partir de banco de dados sobre as políticas públicas em questão, levantamento no Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE); cadastros do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outros.

O levantamento de dados primários foi realizado no terceiro momento da pesquisa, para reconhecimento da realidade empírica por meio de trabalhos de campo, utilizando os seguintes instrumentos de pesquisa: Entrevistas fundamentadas em um roteiro semi-estruturado; observação de campo; registro diário de campo e levantamento fotográfico. A amostra escolhida para as entrevistas foi de caráter intencional e abrangeu dois grupos: primeiro, os informantes qualificados, que são representantes da Secretaria Municipal de Educação, EMATER, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e da Agricultura e da Associação de Agricultores Familiares, sendo este chamado de

Grupo 1; e segundo grupo, formado pelos agricultores familiares que são beneficiários de Políticas Públicas, nomeados como Grupo 2.

Cabe ressaltar que, considerou-se fundamental caracterizar os sujeitos da pesquisa, já que eles não são apenas fontes de informação, mas também autores, sendo estes expressos pela agricultura familiar. Assim, a fim de preservar o sigilo dos informantes serão apresentadas a partir das iniciais dos nomes dos entrevistados, portanto, são elas: AT, OM, LC, ID, RB, JS, LR, NI, AD. Cabe mencionar ainda que as falas dos entrevistados estão identificadas ao longo do texto pelo uso do *itálico*.

Neste estudo determinou-se empregar a amostragem não probabilística, ou seja, quando não se conhece a probabilidade de cada elemento da população ser escolhido para participar da amostra. Dessa forma, é o pesquisador determina os critérios de definição da amostra que serão apropriados para a pesquisa.

Cabe nota que os entrevistados foram definidos a partir dos seguintes critérios para escolha intencional dos agricultores familiares que compõem o Grupo 2:

- Todos entrevistados deveriam residir no Município de Cerrito/RS e apresentar características de agricultura familiar camponesa;
- Estes devem ser beneficiários de alguma política pública;
- E, estarem ligados a um tipo de associação ou cooperativa.

Compondo esses requisitos, para o levantamento de dados e informações primárias foi utilizado os informantes qualificados (Grupo 1) que mediarão e indicaram um ou mais possíveis entrevistados que compuseram a amostra. Nesse sentido, estabeleceu-se uma proporção percentual aproximada de entrevistados que se constituem em beneficiários do PRONAF e agricultores beneficiados com o PAA, e agricultores beneficiários do PRONAF e que participam do PNAE. Quanto o número de entrevistados estes totalizando 9, cabe salientar que a qualidade das informações coletadas foi muito importante para a tomada de decisão quanto ao número dos sujeitos, visto que, como as entrevistas eram divididas em dois roteiros longos, tornou-se possível identificar

categorias de análise no qual, subsequentemente, foram usadas para classificar as informações pertinentes, concebidas pelos sujeitos da pesquisa.

Pondera-se que na entrevista “a interlocução é mais profunda e equilibrada, porque se limita ao esquema pergunta-resposta, podendo ocorrer um diálogo orientado por uma temática” (VENTURI, 2011, p. 455). Ainda referenciando este autor, a entrevista também pode revelar fatos ou dados novos enriquecendo as reflexões acerca daquele tema em pauta, deve-se ainda levar em consideração que a entrevista pode suscitar informações contrárias aos argumentos propostos, o que cientificamente conteria o mesmo valor e poderia amadurecer a reflexão.

Ao elaborar o roteiro semiestruturado, a partir dos objetivos da pesquisa, levaram-se em consideração alguns fatores, a saber: objetividade, flexibilidade, adaptação, encadeamento e clareza nas questões, entre outros. Para complementar adotou-se o uso do gravador, a fim de registrar todos os momentos da entrevista.

Segundo Matos e Pessoa (2013), as entrevistas semiestruturadas compõem uma interação entre perguntas abertas e fechadas (previamente formuladas), no qual o informante tem a possibilidade de conversar sobre o assunto proposto de forma mais espontânea. A entrevista semiestruturada é um modelo que é considerado flexível permitindo que o entrevistador fale com uma maior liberdade sobre um determinado assunto, porém, deve-se estar atento para que o assunto não perca o foco.

Outra técnica utilizada foi a observação em campo, considerando esta técnica importante na coleta de dados de uma pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Verifica-se que através da observação o pesquisador tem um contato mais direto com a realidade pesquisada a partir de seu olhar ativo. Segundo Bachelard (2005, p. 12), é “observando que as coisas nos ‘falam’ e por isso temos, se dermos pleno valor a essa linguagem, um contato com as coisas (...)”.

Para Matos e Pessôa (2009):

Na pesquisa qualitativa, a observação constitui uma técnica muito valorizada e fundamental na coleta de dados de pesquisa nas Ciências Sociais. A utilização dessa técnica permite ao pesquisador o contato e a proximidade com objeto/fenômeno de estudo. (MATOS; PESSÔA, 2009, p. 284)

A observação leva o pesquisador a ter contato com o contexto do seu estudo, possibilitando uma análise descritiva de determinado objeto de estudo e uma visão da realidade dos sujeitos. Segundo Silva e Mendes (2013):

(...) a observação baseia-se no registro das experiências vivenciadas pelo pesquisador, em que são utilizados os sentidos para obter as informações acerca da realidade pesquisada. Mas observar não significa apenas olhar para o fenômeno estudado, e, sim absorver o que está além da aparência, ou seja, buscar a essência. Essa técnica vem sendo cada vez mais utilizada pela geografia, pois permite compreender grupos, comunidades e instituições a partir da interpretação do pesquisador. (SILVA E MENDES, 2013, p. 219)

Na perspectiva de Ludke e Andre (1986, p. 25) é necessário planejar a observação isso significa determinar com antecedência “o que” e “o como” observar. Nesse ponto, é importante ter claro a delimitação do objeto de estudo, como também, os objetivos da pesquisa.

Além disso, foram adotados outros instrumentos de investigação para atingir os objetivos propostos, como registro visual através de um levantamento fotográfico. O registro fotográfico, a partir do olhar geográfico, pode registrar uma série de elementos do espaço rural.

A respeito da importância do registro do diário de campo é destacada por Venâncio e Pêsoa (2009) que:

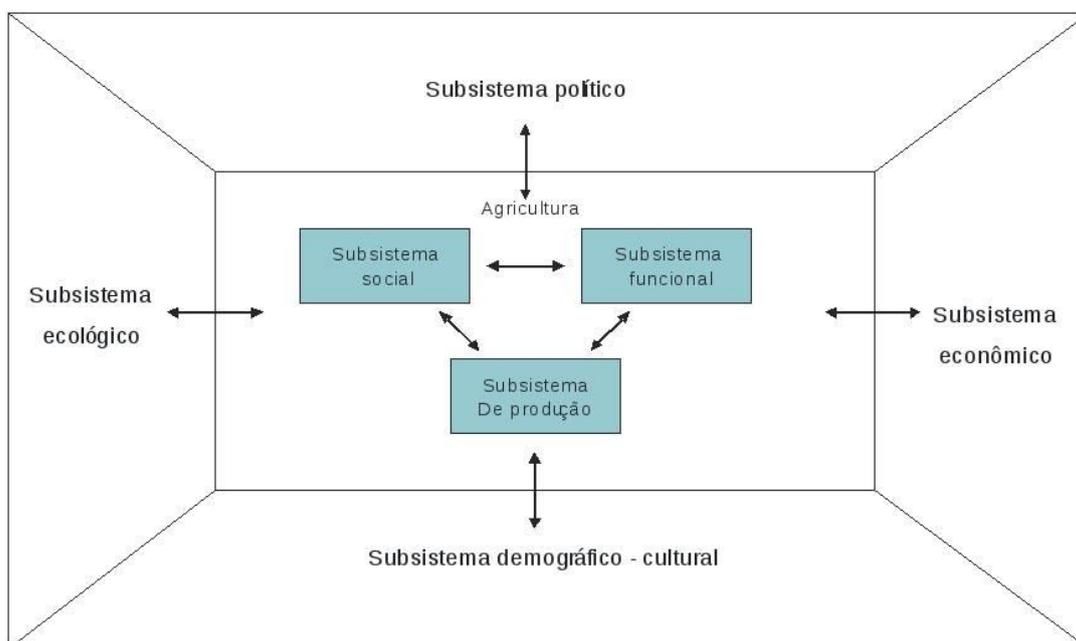
(...) o registro em diário permitiu-nos mostrar uma riqueza de detalhes das pessoas e do lugar, que outras técnicas convencionais (gravadores, as câmeras fotográficas, os questionários e os roteiros de entrevistas), mesmo indispensáveis, não conseguiriam mostrar. Dessa forma, o registro dos sentimentos e emoções, as linguagens faladas a gerações, as culturas e as tradições, as impressões como pesquisadores, a descrição da paisagem e a organização do lugar, só nos foi possível mostrar a partir da elaboração do diário. (VENÂNCIO; PÊSSOA, 2009, p.335)

Outro momento importante da metodologia é a análise dos dados coletados, pois estabelece uma compreensão destes, confirmando ou não os pressupostos da pesquisa, respondendo ou não às questões norteadoras, enfim, ampliando o conhecimento sobre o assunto pesquisado e articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte (MINAYO, 1994).

Cabe salientar que todos esses instrumentos utilizados desde as entrevistas, passando pelas observações de campo, levantamento fotográfico foram registrados no diário de campo, para posterior combinação com o material transcrito das gravações.

A fim de compreender a organização da agricultura familiar no recorte espacial dessa pesquisa, o roteiro de entrevistas foi baseado no sistema proposto por Diniz (1984) que identifica os elementos internos e externos que caracterizam a agricultura (figura 4).

Figura 4. Sistema da Agricultura: subsistemas internos e externos.



Fonte: DINIZ, 1984, p.58.

Dessa forma, propõem-se traçar um perfil dos agricultores familiares do município de Cerrito/RS, utilizando apenas os elementos que compõem as características internas das unidades familiares, a saber:

Características Sociais: busca analisar aspectos relacionados a força de trabalho empregada na propriedade: familiar e ou externo (trabalhador temporário permanente e ou ajuda mútua); identificar as famílias pluriativas: tipo de atividade (e se a mesma ocorre dentro ou fora da propriedade familiar) e remuneração; como também compreender as heranças agrárias a partir das

formas de aquisição da propriedade (herança, compra, posse ou beneficiário de reforma agrária) e da transmissão de saberes através das gerações.

Características de Produção: De acordo com Diniz (1984), o subsistema de produção, responde a três tipos de questões: quanto é produzido?, o que é produzido?, para quem é produzido?. Essas respostas são buscadas por meio da análise da produtividade da terra e do trabalho, da orientação da agricultura e a especialização agrícola das propriedades. Bem como, caracterizar a produção para o autoconsumo, para o mercado e a alternatividade dos produtos entre os agricultores familiares (tipos de produtos); e avaliar os processos de integração da agricultura familiar com as políticas públicas (PAA e PNAE).

Características Técnicas: O subsistema técnico busca caracterizar a intensidade da agricultura no interior das unidades de produção familiar (uso de insumos, instrumentos agrícolas, financiamentos e assistência técnica); identificar os tipos de uso da terra nas propriedades familiares (área de cultivos, áreas de pastagem artificial e natural, áreas de mata nativa, artificial e áreas não utilizáveis) e; apresentar os sistemas de cultivo (Rotação de cultivos, associação de cultivos, associação pecuária/cultivos) e práticas de conservação do solo (adubação verde, prática do pousio, curva de nível, entre outros) observadas nas propriedades familiares.

Nesse contexto, entende-se que este conjunto de subsistemas possibilita o estabelecimento de relações entre os elementos da organização espacial da agricultura em qualquer recorte geográfico, como no caso da área de estudo dessa pesquisa.

2.3 Análise de Conteúdo: entendendo o papel das políticas públicas

Nessa pesquisa, a fim de realizar a organização e a posterior análise das informações obtidas como respostas às questões abertas do roteiro das entrevistas optou-se por apropriar-se da técnica da análise de conteúdo.

Para Minayo (2007):

A análise de conteúdo surgiu no início do século XX, num cenário em que predominava behaviorismo. Essa corrente psicológica – influenciada por princípios do positivismo – preconizava com máximo de rigor e cientificidade, a descrição de comportamentos (vistos como respostas a estímulos). A estratégia de análise de conteúdo – que passou por várias formas de efetivação ao longo desse século – inicialmente era concebida a partir de uma perspectiva quantitativa. (MINAYO, 2007, p. 82).

A história da análise de conteúdo – com seus primórdios, sua expansão e sua atualização até os anos 1970 – se encontra muito bem sistematizada por Bardin (1979). Em sua obra clássica, essa autora traz uma definição abrangente acerca do assunto.

Conforme Bardin (2009), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de investigação que, por meio de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por escopo a interpretação destas mesmas comunicações. Segundo Oliveira (2008) a análise de conteúdo permite:

O acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em um texto, sejam eles expressos na axiologia subjacente ao texto analisado; implicação do contexto político nos discursos; exploração da moralidade de dada época; análise das representações sociais sobre determinado objeto; inconsciente coletivo em determinado tema; repertório semântico ou sintático de determinado grupo social ou profissional; análise da comunicação cotidiana seja ela verbal ou escrita, entre outros (OLIVEIRA, 2008, p. 570)

Os procedimentos metodológicos da análise de conteúdo, utilizados a partir da perspectiva qualitativa, tem como base a abordagem de Minayo(2007), destacando os seguintes passos:

- 1º) Decompor o material a ser analisado em partes.
- 2º) Distribuir as partes em categorias.
- 3º) Fazer uma descrição do resultado da categorização (expondo os achados encontrados na análise).
- 4º) Fazer inferências dos resultados.
- 5º) Interpretar os resultados obtidos com auxílio da fundamentação teórica adotada.

Nesse contexto, definiram-se as categorias de análise para o Roteiro⁴ de questões que trataram sobre as Políticas Públicas:

- Categorização do Beneficiário e da Família.
- Produção e Comercialização.
- Assistência Técnica.
- Impactos dos Programas Federais.
- Perspectivas para o Futuro.

2.4 Pesquisa quantitativa: a Construção do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR)

Para melhor compreender o campo de pesquisa e assim articular os pilares teóricos da pesquisa (agricultura familiar – políticas públicas e desenvolvimento rural) apresenta-se como proposta metodológica avaliar a aplicabilidade do Índice de Desenvolvimento Rural, com base em estudos recentes desenvolvidos por Kageyama (2004). Precisamente nesse contexto, se propõe responder a um dos objetivos específicos, ou seja, se é possível avaliar a aplicabilidade dos índices de desenvolvimento rural no município, a fim de apontar ações e estratégias que beneficiem os agricultores familiares.

Portanto, o IDR tem por finalidade analisar as dinâmicas de desenvolvimento rural numa perspectiva multidimensional, priorizando elementos rurais na construção do IDR.

A seguir, apresentam-se esses indicadores⁵, conforme a figura 5, (OECD, 1996).

⁴ Ver Apêndice 3.

⁵ Para Kageyama (2004), o quadro pode servir de inspiração para propor medidas factíveis que levem em conta pelo menos alguns aspectos mais importantes contidos na ideia de desenvolvimento rural. A autora enfatiza ainda que a medida proposta não é a única possível e muito menos a ideal. Através dos mesmos dados, outros índices poderiam ser gerados, alterando os pesos dos componentes ou arbitrando de forma diversa os limites propostos; trata-se apenas de um exemplo possível de medida, a partir das estatísticas disponíveis. E ainda que tenha sido o exemplo selecionado, contém várias imperfeições que podem vir a ser atenuadas pela melhoria das estatísticas existentes e pela disponibilização de novos dados (sobretudo os indicadores de meio ambiente), bem como pela melhor escolha de indicadores básicos.

Figura 5. Indicadores rurais: um conjunto básico.

População e migração	Bem-estar social e equidade
Densidade	Renda
Variação	Habitação
Estrutura	Educação
Domicílios	Saúde
Comunidade	Segurança
Estrutura e desempenho econômico	Meio ambiente e sustentabilidade
Força de trabalho	Topografia e clima
Emprego	Mudanças no uso da terra
Participações setoriais	Espécies e habitats
Produtividade	Água e solo
Investimentos	Qualidade do ar

Fonte: KAGEYAMA, 2004.

Diante dessa metodologia, para construir o IDR, serão calculados quatro índices parciais representados por quatro aspectos. Cada um desses índices parciais é composto pela média aritmética de indicadores simples, sendo apresentados na figura 6. Assim, o IDR é a média aritmética dos quatro índices parciais cujas variáveis tiveram seus valores normalizados, sendo eles: o Índice de População (IPOP), o Índice de Bem-Estar Social (IBES); o Índice de Desempenho Econômico (IDECO) e o Índice de Meio Ambiente (IMA).⁶

$$\text{IDR} = (\text{IPOP} + \text{IBES} + \text{IECO} + \text{IMA})/4$$

Figura 6. Indicadores utilizados no IDR

População e migração	Bem-estar social
Densidade demográfica	Domicílios com instalação sanitária
Variação da população rural entre 1991 e 2010	Domicílios com telefone
% de população rural em 2010	Anos de estudo das pessoas de 7 anos e mais
% de população que não morou sempre no município (migrantes)	Proporção da população de 7 a 14 anos que frequenta escola
Economia	Meio ambiente
Renda domiciliar per capita	Utilização das terras
Pluriatividade	Sistema de preparo do solo
Produtividade do trabalho na agricultura	

Fonte: Adaptado pela autora, 2014.

⁶ Tomando como referência os estudos realizados por Ângela Kageyama (2004), foram feitas algumas adaptações quanto as variáveis utilizadas na construção do indicador de Meio Ambiente (IMA).

Para tanto, as variáveis que propiciam a construção do IDR, foram provenientes dos seguintes bancos de dados do IBGE: Censo Demográfico (2010), utilizando o Universo e a base Amostral (Microdados) e Censo Agropecuário (2006).⁷

Tabela 2. Indicadores Componentes do IDR

⁷ Ver em anexos.

INDICADORES COMPONENTES DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL			
AGUIAIS E PIRES (2012)	KAGEYAMA (2004)	CORREA; SILVA; NEDER (2007)	FAGUNDES (2014)
IPOP			
Densidade demográfica (padronizada)*	Densidade demográfica	Densidade demográfica (padronizada)	Densidade demográfica (padronizada)
Varição da população rural entre 1991 e 2002 (padronizada)	Varição da população rural entre 1991 e 2000	Varição da população rural entre 1991 e 2002 (padronizada)	Varição da população rural entre 2000 e 2010
Proporção da população rural no Município	Varição da população rural entre 1991 e 2000	Proporção da população rural no Município	% de população rural em 2010
Proporção da população rural que não morou sempre no município (migração)	% de população que não morou sempre no município (migrantes)	Proporção da população rural que não morou sempre no município (migração)	Proporção da população rural que não morou sempre no município (migração)
IBES			
Taxa de analfabetismo	Domicílios com instalação sanitária	Taxa de analfabetismo	Taxa de analfabetismo
Media de anos de estudo (padronizada)	Domicílios com telefone	Media de anos de estudo (padronizada)	Anos de estudo das pessoas de 7 anos e mais
Proporção de crianças de 7 a 14 anos na escola	Anos de estudo das pessoas de 7 anos e mais	Proporção de crianças de 7 a 14 anos na escola	Proporção de crianças de 7 a 14 anos na escola
Proporção de domicílios rurais com água encanada em pelo menos um cômodo	Proporção da população de 7 a 14 anos que frequenta escola	Proporção de domicílios rurais com água encanada em pelo menos um cômodo	Domicílios com instalação sanitária
Proporção de domicílios rurais com acesso a água, ligada a rede geral de abastecimento		Proporção de domicílios com abastecimento de água	

IDE			
Proporção de ocupados rurais em atividades não agrícolas**	Renda domiciliar per capita	Proporção de ocupados rurais em atividades não agrícolas	Proporção de ocupados rurais em atividades não agrícolas**
Rendimento médio domiciliar per capita (exceto agregados, pensionistas e empregados domésticos) (padronizado)	Produtividade do trabalho na agricultura	Rendimento médio domiciliar per capita	Rendimento médio domiciliar per capita (exceto agregados, pensionistas e empregados domésticos) (padronizado)
	Pluriatividade		Produtividade do trabalho na agricultura valor da produção Agropecuária do município/número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos Agropecuários (padronizado)
IMA			
Proporção de estabelecimentos que usam adubos e fertilizantes	Ausência de monoculturas	Proporção de estabelecimentos que adotam práticas de conservação do solo	Proporção de estabelecimentos que usam agrotóxicos (Ver se os dados estão estratificados em: inseticidas, fungicidas e herbicidas)
Ausência de monocultura	Conservação do solo	Proporção de estabelecimentos que usam adubos e fertilizantes	Proporção de estabelecimentos que usam adubos e fertilizantes
		Ausência de monocultura (definir culturas)	Ausência de monocultura - Soja - Pastagem (área ocupada)

Fonte: Adaptado pela autora, 2014.

“A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, essas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo.” Paulo Freire

Capitulo 3



CAPITULO 3 - DESENVOLVIMENTO RURAL: Discutindo o conceito e sua aplicabilidade na escala local

Esse capítulo divide-se em quatro sessões: a primeira sessão tem como propósito buscar a compreensão dos conceitos de desenvolvimento, desenvolvimento rural, como também, o entendimento do desenvolvimento local. A fim de trazer a discussão sobre o conceito, as controvérsias sobre seu uso na realidade e sua aplicabilidade no recorte espacial estudado. Porquanto, compreende-se que a realidade encontra-se em constante transformação, então a necessidade de entender a relação entre esta base conceitual com a agricultura familiar e as políticas públicas.

A segunda sessão consiste na apresentação do marco teórico sobre o “Desenvolvimento Rural no Brasil”, a fim de propiciar um entendimento sobre alguns elementos considerados importantes no discorrer da discussão do tema no contexto atual.

Na terceira sessão deste capítulo pretende-se promover a conexão teórica entre o conceito de desenvolvimento rural com a perspectiva metodológica utilizada por Kageyama (2004), buscando avaliar a aplicabilidade do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) no município de Cerrito/RS.

E por fim, uma breve reflexão sobre a importância das políticas públicas para a agricultura familiar no desenvolvimento rural.

3.1 Percepções sobre os conceitos de Desenvolvimento, Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Rural

Nos debates acerca do termo “desenvolvimento” sabe-se que existem diversas interpretações quanto ao seu uso, uma vez que esta palavra pode ser associada a outras, atribuindo significados específicos para cada uma delas, tais como: desenvolvimento rural, desenvolvimento local, desenvolvimento humano, entre outras designações.

Não se trata aqui de aprofundar a discussão sobre a validade ou não do uso do conceito de desenvolvimento, mas sim, apresentar algumas percepções sobre o desenvolvimento rural, bem como, o desenvolvimento local, sendo estes muitas vezes usados como sinônimos.

Com a finalidade de propiciar melhor compreensão acerca dos conceitos, a primeira parte desta sessão apresenta uma breve análise sobre o conceito de desenvolvimento, particularmente, sob o prisma de análise de Amartya Sen (2000). Num segundo momento, aborda-se o contexto conceitual do desenvolvimento rural e do desenvolvimento local e como estes vêm sendo tratados nas abordagens acadêmicas.

No que tange sobre as concepções de desenvolvimento encontram-se muitas vertentes teóricas, Conterato e Fillipi (2009), ressaltam que:

O desenvolvimento é um fenômeno de natureza social marcado pela controvérsia quanto as suas formas de concepção e aferimento. Isso se deve basicamente ao fato de que o desenvolvimento só existe como tal na medida em que passa a ser percebido como uma situação que promove mudanças em determinada coletividade humana. Tais mudanças se dão graças a ações individuais e coletivas que podem produzir impactos positivos em seus meios de vida. (CONTERATO; FILLIPI, 2009, p. 11)

Ainda referenciando estes autores, as propostas mais recentes procuram corrigir a perspectiva de que o desenvolvimento se mede apenas pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), apontando para outras dimensões do fenômeno, como por exemplo, social, cultural, demográfica e ambiental. Uma vez que aqui se entende que o desenvolvimento tem maior amplitude, não se restringindo ao aumento do PIB, sendo assim, mais abrangente que a noção de progresso.⁸ Indo ao encontro da análise de Martins (2002), quando este diz que o desenvolvimento associado apenas ao progresso material procede de uma visão positivista, que só enxerga desenvolvimento no crescimento de taxas e indicadores econômicos.

Ao discutir a noção e o entendimento de desenvolvimento recorreu-se ao prisma de análise de Amartya Sen⁹, um economista pioneiro no estudo sobre o desenvolvimento como bem-estar social. Tendo como referência uma de suas obras intituladas “*Desenvolvimento como Liberdade*”, ganhador do prêmio Nobel de Economia e publicado em 1999, o autor propõe uma nova abordagem

⁸ Ver mais em “A modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil”. Maria de Nazareth Baudel Wanderley, 1996.

⁹ Amartya Sen nasceu em Santiniketan em 1933. Foi professor na Delhi School of Economics, London School of Economics, Oxford e Harvard. É um dos fundadores do WIDER, Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento (Universidade da ONU).

para a questão do desenvolvimento econômico e social: o desenvolvimento seria um processo de expansão das liberdades individuais.

A perspectiva de desenvolvimento de Amartya Sen (1999, p.17) é pensada como “um processo de expansão de liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Por meio deste princípio, busca-se articular com o enfoque apresentado por Angela Kageyama, no entanto, sob a análise do desenvolvimento rural. Sendo assim, a hipótese que orienta esta abordagem, é que se a representação dos indicadores socioeconômicos e ambientais presentes nos espaços rurais, principalmente no que concerne ao chamado índice de “bem-estar social e equidade” proposto por Kageyama, encontra ressonância na análise de desenvolvimento de Amartya Sen.

Amartya Sen (1999), em seus escritos, define desenvolvimento como o processo de ampliação das capacidades dos indivíduos fazerem escolhas. Segundo o autor, o desenvolvimento pode ser visto como:

(...) O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (SEN, 2000, p. 17)

Tal reflexão parte do princípio de que os índices de desenvolvimento social vão além da capacidade produtiva de uma sociedade. A indagação é saber se o aumento desta capacidade produtiva traz bem-estar? Para o autor, trata-se de saber se ela melhora a qualidade da vida em comum, a confiança das pessoas no futuro e, principalmente, sua possibilidade de levar adiante iniciativas pelas quais possam realizar seu potencial e contribuir de maneira a valorizar o tecido social.

Outra importante reflexão se dá sobre os conceitos de desenvolvimento local e desenvolvimento rural. Partindo do entendimento de desenvolvimento local, Etges (2001) menciona que as iniciativas voltadas para o desenvolvimento local são destinadas prioritariamente para o fenômeno de

empreendedores locais, para programas de inclusão social, para melhoria da qualidade de vida em comunidades do município, entre outros.

Para Milani (2003), o desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob a ótica intersetorial e transescalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Buarque (1999) entende que o desenvolvimento local:

É um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais. (BUARQUE, 1999, p. 9)

De acordo com Buarque, embora constitui-se num movimento de forte conteúdo interno, o “desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas” (BUARQUE, 1999, p. 9). O autor ainda aborda que com relação ao conceito genérico de desenvolvimento local, este é aplicado para diferentes recortes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala, desde a comunidade até os assentamentos de reforma agrária, o município ou mesmo microrregiões homogêneas de porte reduzido. (BUARQUE, 1999).

Visto alguns entendimentos sobre o desenvolvimento local, parte-se para a compreensão do conceito de desenvolvimento rural.

Ao tratar da terminologia do desenvolvimento rural este remete a uma área específica dos estudos sobre o mundo rural, diferente de outras formas de desenvolvimento. Este tem de peculiar o fato de referir-se a uma base seja ela territorial, local ou regional, onde interagem distintos atores e segmentos produtivos presentes no espaço rural.

O conceito de desenvolvimento rural é muito abrangente, este abarca os fatores sociais, econômicos, políticos, relacionados a agricultura, como também incorpora as dinâmicas não agrícolas. Segundo Conterato e Fillipi (2009):

(...) não há uma política única, ou ideal, de desenvolvimento rural, dado que as estruturas políticas, institucionais, econômicas e sociais são distintas e tem diferentes graus, em função de distintos territórios, culturas e técnicas de emprego da mão-de-obra e do capital (tecnologia). (CONTERATO; FILLIPI, 2009, p. 12)

Na compreensão de Kageyama (2004) o desenvolvimento rural implica na criação de novos produtos e novos serviços, sendo estes agregados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; ainda, tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo. Ainda de acordo com a autora, no desenvolvimento rural deve-se ter a combinação entre o aspecto econômico, social e ambiental. Com relação ao primeiro, refere-se a aumento do nível e estabilidade da renda familiar; o segundo à obtenção de um nível de vida socialmente aceitável; por terceiro, em que uma de suas trajetórias principais reside na diversificação das atividades que geram renda. (KAGEYAMA, 2008)

No contexto dos estudos rurais a autora aborda três enfoques, sendo eles:

(...) Desenvolvimento exógeno, o enfoque do desenvolvimento endógeno e uma combinação dos dois. No primeiro enfoque, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões. Exemplo emblemático é o das políticas de modernização da agricultura como forma de estimular o desenvolvimento rural. O enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial; o caso típico é o dos modelos dos distritos industriais. Finalmente, o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões. (KAGEYAMA, 2008, p. 393)

Em contraposição, Alves e Guivant (2010) ressaltam que o enfoque do desenvolvimento exógeno, pautado pela revolução verde, conflui para uma sugestão de articulação subordinada das atividades desenvolvidas no espaço

rural pelas desenvolvidas nas economias urbanas. Para os autores, nesta perspectiva o aspecto dinâmico da economia (com desenvolvimento de produtos, serviços e pesquisas) ocorreria no espaço urbano, dessa forma, “ao rural competiria o papel de receptáculo de tecnologia e insumos e de fornecedor de matérias-primas e de alimentos para nutrir a máquina produtiva urbana”. (ALVES e GUIVANT, 2010, p. 90)

Por sua vez, a tabela 3 a seguir representa modelos de desenvolvimento, este a partir de suas características do desenvolvimento exógeno e desenvolvimento endógeno.

Tabela 3: Modelos de desenvolvimento rural

Características	Desenvolvimento exógeno	Desenvolvimento endógeno
Princípio-chave	Economia de escala e concentração	Arranjos locais (naturais, humanos e culturais)
Força dinâmica	Polos de crescimento urbano. As áreas rurais são concebidas como fonte de alimentos e de produtos primários para a expansão das economias urbanas.	Empresas e iniciativas locais.
Função das áreas rurais	Produção de alimentos e de produtos primários para a expansão da economia urbana.	Diversificação das economias e dos serviços.
Maiores problemas de desenvolvimento rural	Modernização agrícola: estímulo à mobilidade de capital e trabalho.	Construção de capacidades (habilidades, instituições e infra-estrutura). Superação da exclusão social.

Fonte: Adaptado de Ward *et alii* (2005) por ALVES; GUIVANT, 2010, p. 95.

Alves e Guivant (2010) expressam que, contudo, as divisões nem sempre são tão claras. Devido, principalmente porque na prática acontecem entrelaçamentos entre ambas, “levando-se a formulações que procuram

superar as dicotomias e conseguir um diálogo equilibrado entre ambos os lados.” (ALVES e GUIVANT, 2010, p. 95)

Nesta conjuntura, cumpre destacar um conjunto de elementos que favorecem e/ou compõem o desenvolvimento rural, segundo Kageyama (2004):

A integração mercantil com cidades da própria região: o dinamismo econômico das cidades de médio porte, principalmente pela criação de atividades “terciárias”, favorece o desenvolvimento das comunidades rurais “adjacentes”(VEIGA, 2000, p. 195); A combinação de uma agricultura familiar consolidada com um processo de urbanização e industrialização endógeno e descentralizado, gerando um mercado local de consumo de produtos diversificados e fornecimento de matérias-primas e mão-de-obra rural para a indústria local. (Ibid.); A pluriatividade das famílias rurais; A diversidade das fontes de renda; Os programas de geração de emprego e de melhoria da qualidade de vida; A existência de recursos territoriais que permitam produzir para mercados específicos (vinhos, turismo, etc.), possibilitando a internalização de externalidades positivas. (MOLLARD, 2003). (KAGEYAMA, 2004, p. 11)

Diante dessa discussão, adotam-se as contribuições de Kageyama (2008), bem como as características fundamentais das novas trajetórias do desenvolvimento rural, apontado pela autora, a primeira refere-se à *diversidade* de atores envolvidos, de atividades empreendidas e de padrões de motivação emergentes. Segundo, a *multifuncionalidade*, que acarreta a reconfiguração no uso de recursos como terra, trabalho, *conhecimento e natureza* (reconfiguração que se opera no interior das unidades agrícolas e entre a agricultura e outras atividades rurais) (KAGEYAMA, 2008, p. 70).

Após traçar entendimentos acerca dos conceitos de desenvolvimento, na próxima sessão oferece uma breve análise do desenvolvimento rural no Brasil.

3.2 Breve análise do Desenvolvimento rural no Brasil

Ao percorrer a linha do tempo acerca da abordagem do desenvolvimento rural no Brasil, pode-se perceber que por muitos anos este conceito esteve incorporado ao complexo de ações do Estado, orientadas pelas diretrizes de organismos internacionais, com o objetivo de promover o desenvolvimento nas chamadas “regiões deprimidas”, ou seja, aquelas que não conseguiram

incorporar o processo da modernização agrícola. Segundo Nicola e Diesel (2005):

A noção de desenvolvimento assumiu, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, uma importância ideológica sem precedentes, balizando os projetos políticos das nações e as relações de cooperação internacional. O desenvolvimento era, então, concebido como um processo de mudança social, com um sentido pré-definido, de passagem de “sociedades tradicionais” a “sociedades modernas”. Nesse contexto, enquanto as sociedades do “hemisfério sul” eram consideradas, em sua maioria, “tradicionais”, as sociedades do norte (capitalistas e industriais) eram consideradas referências de “modernas”. Assim, desenvolvimento significava o processo através do qual uma sociedade “tradicional” abandonava sua especificidade cultural e econômica para buscar assemelhar-se às sociedades industriais ocidentais “modernas” (NICOLA e DIESEL, 2005, p. 315).

Nesse contexto, entre os princípios elaborados tendo em vista o desenvolvimento da agricultura e, conseqüentemente dos espaços rurais, evidenciou-se a defesa em favor da “aplicação do conhecimento científico agrônomo para a inovação tecnológica dos processos produtivos, o que desencadeou a ‘Revolução Verde’ ” (NICOLA e DIESEL, 2005, p. 316).

Estimando as implicações da Revolução Verde, a maior parte dos analistas finalizaram que este processo colaborou para aumentar a produção em propriedades e regiões nas quais as rendas eram mais altas. No entanto, não ajudou a melhorar a condição das pessoas pobres no campo, ao invés, aumentou a exclusão e as desigualdades sociais, como também intensificou as repercussões negativas da agricultura sobre o meio ambiente. Para Caporal e Costabeber (2001):

(...) a Revolução Verde seguiria sendo um esforço de homogeneização do padrão agrícola dominante, adaptado aos agricultores que podem adotar as novas tecnologias, sem haver a preocupação com as externalidades negativas comprovadamente inerentes a tal modelo, ou até mesmo tentando estabelecer preços e taxas fictícias a modo de internalizar os custos destas externalidades mediante formulações econométricas. (CAPORAL e COSTABEBER, 2001, p. 25)

Diante dessa abordagem, tais estratégias fundamentadas na inovação tecnológica, principalmente acopladas às regiões mais pobres originaram diversos estudos críticos sobre seus impactos, dos quais nasceriam novas e

diferentes estratégias de intervenção nos processos de promoção do desenvolvimento agrícola e rural. (NICOLA e DIESEL, 2005).

No decorrer dos anos 70, as agências internacionais passaram a promover o desenvolvimento das regiões pobres através dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI). Nicola e Diesel (2005) abordam que as avaliações dessas experiências demonstraram tanto a necessidade de diagnósticos adequados para o “desenho” dos projetos quanto o valor da participação popular, para o bom andamento dos programas de desenvolvimento rural, seriam fundamentais.

No caso brasileiro, as políticas de “desenvolvimento rural integrado” eram consideradas como a solução viável para as regiões atrasadas, sendo exemplos eloquentes as ações de colonização e assentamento humano na Amazônia e as frentes de trabalho de combate à seca no Nordeste (SCHNEIDER, 2010).

Logo, para Schneider (2010) esta intensa identificação do desenvolvimento rural com a agenda das ações de intervenção do Estado ou das agências de desenvolvimento, acabou distanciando muitos pesquisadores e estudiosos deste tema, por considerá-lo excessivamente político e normativo. Nesse contexto, estudos acadêmicos brasileiros acabaram não priorizando o tema do desenvolvimento rural.

A partir da década de 90 o desenvolvimento rural ganha força, decorrido sobretudo de um interesse maior por parte do Estado pela agricultura familiar e políticas públicas. Fato este devido ao fortalecimento da agricultura familiar (categoria normativa e política) e a influência por parte do Estado no meio rural, devido a implantação e materialização de políticas públicas voltadas a esta categoria social, tendo também uma mudança no ponto de vista e do entendimento sobre o desenvolvimento rural. Para Rodrigues e Ferreira (2009):

O entendimento do campo como espaço de atraso e de caráter eminentemente agrícola, por muito tempo esteve presente nas políticas de desenvolvimento e apenas recentemente são traçados novos entendimentos e orientações que definem o campo como um espaço multifuncional e difuso. As novas abordagens sobre o campo e o surgimento de uma análise integral e menos setorial levam à emergência da utilização do território como referência espacial e cultural e palco de ações territoriais para as políticas de desenvolvimento. (RODRIGUES e FERREIRA, 2009, p. 13)

Cabe lembrar que especialmente a partir de 1993/94, passa a entrar em vigor muitas das regulamentações estabelecidas pela nova constituição, formulada em 1988. Segundo Schneider (2010, p.8) “uma delas, por exemplo, trata da descentralização política e financeira, pois os municípios passam a ser “entes federados” e, portanto, responsáveis pela execução de boa parte das políticas públicas (saúde, educação, segurança)”.

Neste cenário da década de 90, o entendimento sobre o desenvolvimento, como também as realizações de projetos de desenvolvimento local tem uma profunda transformação, ou seja, o enfoque do desenvolvimento passa a ser questionado; desafia-se a imposição a realidades tão diversas (principalmente nos países menos desenvolvidos) de normas e técnicas uniformes e universalizantes definidas, sobretudo, nas grandes capitais dos países ocidentais; “também o fracasso de esforços teóricos de legitimar o desenvolvimento econômico independentemente de suas dimensões sociais e culturais” (MILANI, 2003, p. 8).

No decorrer dessa década surge um marco importante para o desenvolvimento, o relatório mundial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e o Índice de Desenvolvimento Humano- IDH¹⁰.

Outro fator que ainda cabe se destacar, é a luta das organizações e movimentos sociais e do movimento sindical que retornam com força ao cenário político, resultado de importante conquista da sociedade brasileira intensificada pela “consolidação de um regime político democrático, em que a sociedade civil organizada passava a exercer papel fundamental na consolidação de novas categorias sociais”. (CONTERATO e FILLIPI, 2009, p.13)

Diante dessas premissas, podem-se elencar alguns elementos que foram essencialmente importantes no decorrer da discussão do

¹⁰ A criação do Índice de Desenvolvimento Humano tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Embora de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abarca todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da “felicidade” das pessoas, nem indica “o melhor lugar no mundo para se viver”. Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. O IDH tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate.

desenvolvimento rural no Brasil. Primeiramente, pode-se destacar os desdobramentos em torno do debate da agricultura familiar como categoria (analítica e normativa) na década de 90. Um outro elemento é com relação a influência do Estado no meio rural, mediante as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, no qual Schneider ressalta que:

(...) sob o governo Itamar Franco e depois Fernando Henrique Cardoso, o Estado passa a legitimar as reivindicações dos movimentos sociais e a promover várias ações inéditas no espaço rural. Uma das principais ações foi a aceleração da Reforma agrária, o que ocorreu pós sanção da Lei Agrária e do Rito Sumário, em 1993, sendo em seguida criada a Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários, que viria a ser transformada no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1998. (SCHNEIDER, 2010, p.6)

Na abordagem de Schneider (2010), o autor ainda acrescenta alguns elementos que contribuem na representação das discussões do desenvolvimento rural no Brasil, com destaque às mudanças na esfera político e ideológico. No entanto, esta mudança possui um duplo sentido, ou seja, “de um lado setores das elites agrárias que até então eram contrárias às mudanças, principalmente no apoio às políticas sociais e de caráter compensatório passam a ser forçados a mudar de posição, assim como na questão da reforma agrária.” (SCHNEIDER, 2010, p. 517).

Outro viés desta mudança, é que no contexto dos anos 90 “foi sendo construída vagarosamente uma argumentação que pretendia descortinar as diferenças fundamentais existentes entre o universo de produtores da agricultura brasileira.” (SCHNEIDER, 2010, p. 517). Para Schneider (2010), o aporte destes argumentos fundamenta-se na ideia de que se tem uma oposição e uma polarização entre a forma familiar e a patronal/empresarial, na qual a diferenciação estaria na conjuntura de que, uma ser destinada mais para produção de produtos de consumo local ou para o mercado interno e a outra produziria *commodities*, principalmente para exportação. De acordo com o autor:

Daí deriva um dualismo que, na prática, traduz-se numa acirrada disputa política e ideológica permanente entre o assim chamado agronegócio e as demais formas de produção, em geral agrupadas apressadamente em torno da agricultura familiar e do desenvolvimento rural. (SCHNEIDER, 2010, p. 517).

Por último, um elemento importante que vem contribuindo nas discussões acerca do desenvolvimento rural no Brasil mencionado por Schneider (2010) refere-se à abordagem da sustentabilidade ambiental, segundo o autor:

(...) o debate em torno desta questão transcende e extrapola a fronteira do espaço rural porque a própria discussão sobre a sustentabilidade é anterior à retomada do debate sobre o desenvolvimento rural. Neste caso, ocorre a confluência de dois temas que emergem no cenário social, político e intelectual ao mesmo tempo que foi a primeira metade de década de 1990. O primeiro são as críticas cada vez mais severas e consequentes ao modelo agrícola da “revolução verde”, que tomam impulso a partir da metade da década de 1980. Coincidindo com estas críticas, assiste-se a uma tentativa de internalização da questão ambiental aos modelos técnico-produtivos denominados alternativos, ecológicos, orgânicos e outras nomenclaturas (Almeida, 1999; Ehlers, 1996). (SCHNEIDER, 2010, p.16)

Ainda na discussão acerca do desenvolvimento rural, no quadro a seguir, organizado por Alves (2008), são apresentados na tabela 4 os principais modelos de desenvolvimento e paradigmas dominantes do período compreendido entre os anos 1950 a 2000.

Tabela 4: Principais modelos de desenvolvimento e paradigmas (1950-2000)

Décadas			Características dos principais modelos de desenvolvimento	Paradigmas dominantes
		1950	Modelo de dupla modernização da econômica e desenvolvimento de comunidade: ideia de camponeses preguiçosos.	1. Modernização e economia dual
		1960	Transformação da abordagem de transferência de tecnologia (extensão) e mecanização agrícola crescimento do papel da agricultura (início da Revolução Verde): Ideia agricultores racionais.	1. Modernização, economia dual 2. Rendimentos crescentes em pequenas e eficientes propriedades.
		1970	Redistribuição com crescimento atendimento das necessidades básicas o rural integrado ao	1. Rendimentos crescentes em pequenas e eficientes

		desenvolvimento do Estado, políticas estatais de crédito levaram ao campo um viés de inovação vinculado ao setor urbano revolução verde (continuação).	propriedades.
	1980	Ajustamento estruturala mercados livres “obtenção de preços corretos. Recuo do Estado aumento das ONGs Diagnóstico Rural Rápido (DRR). Foco na segurança alimentar e fome análise. Pesquisa e Desenvolvimento como processo não como produto. Foco no desenvolvimento das mulheres (WID) e na redução da pobreza”.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Rendimentos crescentes em pequenas e eficientes propriedades. 2. Participação e empoderamento. 3. Pesquisa sobre meios de vida sustentável (SL Approach)
	1990	Microcrédito, Pesquisa Rural Participativa (PRP), Ator-orientado Stakeholder; análise Rural segurança, redes, Gênero e Desenvolvimento (GAD) Ambiente e sustentabilidade. Redução da pobreza.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Rendimentos crescentes em pequenas e eficientes propriedades. 2. Participação e emponderamento. 3. Pesquisa sobre meios de vida sustentável (SL Approach)
	2000	Estilo de vida sustentável, boa governança e descentralização crítica aos Programas com o enfoque setorial amplo (Sector-wide approaches – SWAps) como proteção social e erradicação da pobreza.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Rendimentos crescentes em pequenas e eficientes propriedades. 2. Participação e empoderamento. 3. Pesquisa sobre meios de vida sustentável (SL Approach)

Fonte: Ellis, F; Biggs, S (2001), organizado por ALVES, 2008, p. 94.

Por fim, para Kageyama (2008):

(...) podemos considerar que no Brasil, estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são áreas privilegiadas para entender os novos rumos do desenvolvimento rural, por contarem com uma agricultura dinâmica e com uma rede urbana densa e difundida que permite que a interação rural-urbana se manifeste em sua plenitude. (KAGEYAMA, 2008, p. 73)

Diante disso, realiza-se uma conexão teórica com a perspectiva metodológica utilizada por Kageyama (2004), com o objetivo de avaliar a aplicabilidade do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) no município de Cerrito/RS.

3.3 Do conceito de Desenvolvimento Rural ao Índice de Desenvolvimento Rural – desafios/e estratégias para os estudos agrários

O debate acerca do desenvolvimento rural emergiu por alguns fatores primordiais como já vistos anteriormente, como por exemplo, na década de 90, quando as ações do Estado, a partir das políticas públicas para a agricultura familiar, tomam maior amplitude nas agendas governamentais. Percebe-se assim, que a partir desse momento o termo “desenvolvimento” começa a introduzir-se no cenário político com maior força.

Portanto, com o propósito de avançar entre o conceito de desenvolvimento rural e o índice de desenvolvimento rural, apresenta-se como proposta metodológica avaliar a aplicabilidade do Índice de Desenvolvimento Rural, tendo como base os estudos recentes de Ângela Kageyama (2004). Para a autora (2004):

O Programa de Desenvolvimento Rural da OCDE, lançado em 1991, estabeleceu três etapas para a geração de indicadores de desenvolvimento rural. Primeiro, estabeleceu um esquema territorial para a coleta de dados em nível subnacional nos diversos países-membros, que permitiu classificar as regiões em três tipos (predominantemente rurais, predominantemente urbanizadas e significativamente rurais). O indicador básico que define as unidades territoriais rurais e urbanas e permite classificar as regiões é a densidade populacional. Em seguida, é definido um conjunto de indicadores demográficos, econômicos, sociais e ambientais. Finalmente, são produzidas as séries estatísticas que permitem comparar e analisar as tendências do desenvolvimento rural. (OECD, 1996). (KAGEYAMA, 2004, p. 391)

O Índice de Desenvolvimento Rural tem por finalidade analisar as dinâmicas de desenvolvimento rural numa perspectiva multidimensional, priorizando elementos rurais na construção do IDR. Para tanto foram calculados quatro índices parciais representando por quatro aspectos¹¹. Cada um desses índices parciais é composto pela média aritmética de indicadores simples.

¹¹ Como visto no Capítulo 2 desta dissertação correspondente a Metodologia.

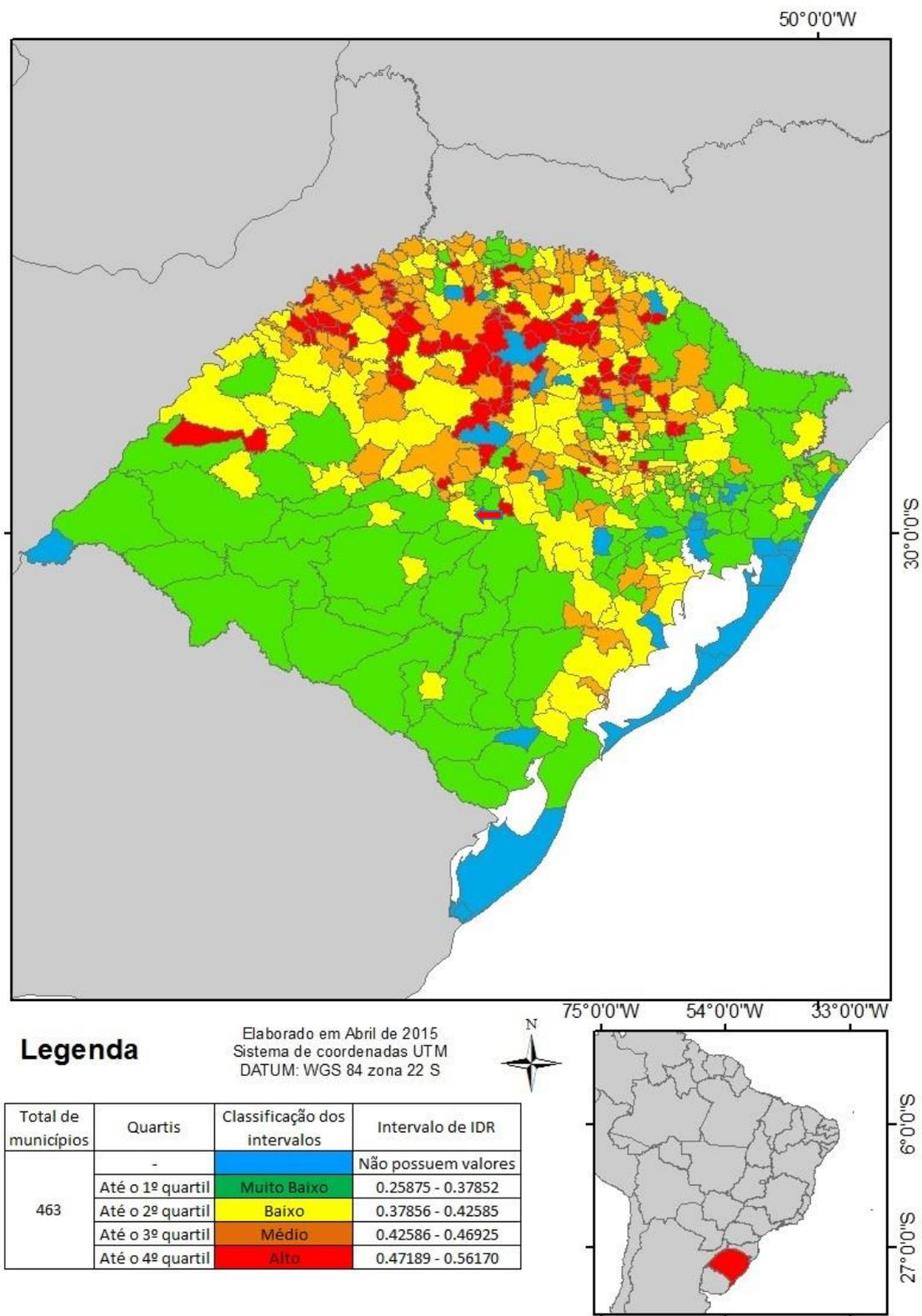
Podemos considerar que o desenvolvimento rural possui em seu arcabouço características de um processo remetendo ao “desenvolvimento”, aplicado a um contexto específico, o rural.

Nessa proposta de avaliação da aplicação de um Índice de Desenvolvimento Rural para o recorte espacial do Município de Cerrito/RS, parte-se da premissa que esta metodologia se ampara em alguns elementos, para os indicadores que mais se aproximam aos sugeridos pela autora no cálculo do IDR. Desde já, salienta-se que esta é uma ferramenta metodológica que contribui na elaboração de projetos estratégicos voltados para o desenvolvimento rural, ainda que, compreende-se que sua aplicação e suas medidas necessitam serem trabalhadas para cada área, assim melhorando e apontando aspectos relevantes a serem utilizados para estudos futuros.

Para as análises desenvolvidas foram considerados os municípios do Rio Grande do Sul com número de 430 municípios. Como já visto anteriormente, conforme esta metodologia, o Índice de Desenvolvimento Rural é obtido a partir da média aritmética simples de quatro outros indicadores: Índice de População (IPOP), Índice de Bem-Estar Social (IBES), Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e Índice de Meio Ambiente (IMA). Visto a classificação dos municípios conforme os percentis dos índices de desenvolvimento, será apresentado abaixo o cartograma com a descrição das variáveis do IDR do município de Cerrito/RS. A partir desses índices parciais são agregados constituindo assim o IDR final, a partir de ascendência respectiva de cada dimensão.

Fundamentados esses resultados obtidos através do cálculo dos sub-índices descritos anteriormente, obteve-se o valor dos Índices de Desenvolvimento Rural (IDR's) para o município de Cerrito/RS. Deste modo, os valores para o IDR variam no intervalo entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior será o nível de desenvolvimento rural. Apresenta-se, então, na figura 7, um cartograma parcial do índice de Desenvolvimento Rural, do Estado do Rio Grande do Sul, sendo destacado o recorte espacial dessa pesquisa.

Figura 7 – Cartograma Índice de Desenvolvimento Rural (IDR)



Fonte: Organizado por Dias, Fabiano, 2015.

Embora os avanços das políticas públicas, pode-se observar no cartograma da figura 7 que o município de Cerrito/RS¹² está numa classificação com grau mais baixo, indicando valores baixos nos indicadores indicadores que compõem o IDR, pode-se inferir que o desenvolvimento rural, passível de ser mensurado, ainda não está vigorosamente incorporado neste município.

Neste sentido, no IPOP¹³, o município de Cerrito/RS ficou numa classificação média, refletindo assim na densidade demográfica, bem como, no processo de migração, demonstrando uma constância da população rural residente entre os anos de 1991 e 2002.

Mediante a análise do IBES¹⁴, o qual abrange resultados da taxa de analfabetismo, média de anos de estudo, quantidade de crianças de 7 a 14 anos que residem no meio rural e frequentam a escola, e aos domicílios com abastecimento de água, obteve-se a classificação de níveis baixo.

No que se trata do IECO¹⁵, o qual contempla questões do mercado de trabalho e do rendimento médio dos domicílios rurais, a partir dos resultados obtidos neste indicador apresentou-se valores médios.

Por fim, o IMA¹⁶ que trata de questões ambientais, compreendendo o uso de agrotóxicos, adubos e fertilizantes e a ausência de monocultura, este indicador apresentou valor baixo.

Neste universo de municípios analisados, pode-se observar que os municípios da porção norte do estado do RS têm maior concentração de classificações altas do IDR, contemplando as dimensões econômica, ambiental e social na composição dos índices de desenvolvimento rural .

Neste esforço metodológico, os resultados deste estudo revelaram que existe municípios com diferentes parâmetros rurais, necessitando de uma aplicação de políticas públicas específicas, onde estas atuem em suas particularidades.

No entanto, ressalta-se que esta metodologia ainda necessita ser aperfeiçoada e estudada com maior profundidade, pois esta esbarra em

¹² Município esta indicado por um seta.

¹³ Ver anexo, figura 23.

¹⁴ Ver anexo, figura 22.

¹⁵ Ver anexo, figura 24.

¹⁶ Ver anexo, figura 25.

algumas dificuldades, tais como: dificuldades na busca de disponibilidade de dados estatísticos (município); informações específicas para mensurar o IMA.

3.4 A importância das políticas públicas para a agricultura familiar no desenvolvimento rural

A agricultura familiar tem uma importância histórica desde o seu surgimento no Brasil, como forma de viabilizar o acesso dos pequenos produtores aos fundos públicos e às políticas governamentais. Segundo Neves (2007), nos campos de estudos das Ciências Sociais e na construção de projetos agrônômicos, até o início da década de 90 o termo agricultura familiar raramente aparecia.

De forma geral, a agricultura familiar, tem grande importância na geração/produção de alimentos e matérias-primas; desenvolvimento dos municípios, abastecimento dos centros urbanos e industriais liberando recursos até então usados na importação de produtos agrícolas, sendo assim, expandindo o mercado interno; contribui para o crescimento econômico, liberando mão de obra para a indústria, favorecendo a modernização do campo e o rebaixamento dos salários urbanos. Pelo meio das ligações intersetoriais mais amplas, a agricultura também possibilita a transferência de capital para a indústria. Segundo Mantelli e Moura (2011):

A agricultura familiar é responsável pela produção da maior parte dos alimentos e ocupa a maioria das pessoas no campo. Para reproduzir esse processo, algumas ações são necessárias como: atender as demandas dos produtores, estabelecer compromissos, viabilizar a produção, industrialização e comercialização, assim como o acesso a crédito e novas tecnologias. (MANTELLI e MOURA, 2011, p.11)

Contudo, o segmento da agricultura familiar, atende a funções específicas, tais como multifuncionalidade da agricultura familiar.

Outra função da agricultura é fortalecer o desenvolvimento dos produtores, pois além de reduzir os problemas sociais, este segmento da agricultura permite uma melhor distribuição de renda e aumento da massa de

consumidores tanto no campo quanto nas cidades, ao ofertar alimentos a baixos custos dado o caráter da mão de obra familiar não remunerada. E, não menos importante a geração de emprego e renda pela agricultura familiar permite a fixação das famílias no campo.

Diante dessas premissas, a abordagem sobre o desenvolvimento rural ou de seu potencial em escala local e regional deve levar em conta a diversidade de estratégias socioprodutivas, as especificidades culturais, as condições econômicas e articulação e mobilização política que envolve o segmento da agricultura familiar.

Assim, entende-se que a agricultura familiar vem contribuindo para o desenvolvimento rural dos municípios e o governo, nas diferentes esferas do poder público (municipal, estadual e federal) tem reconhecido o papel estratégico desse segmento social e tem buscado promover o desenvolvimento rural a partir da implementação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Para Oliveira (2002):

É preciso pensar um novo cenário que favoreça o conjunto da população e não, apenas e tão-somente, pequenos grupos sociais. É preciso pensar em uma economia social, a serviço de todos, em favor da melhoria dos indicadores de qualidade de vida. Não se pode pensar o contrário, seria como andar na contramão da história. (OLIVEIRA, 2002)

Assim, compreende-se que o desenvolvimento rural está ancorado na participação da agricultura familiar, como também de outras atividades produtivas (como por exemplo, indústrias artesanais, serviços), a qual vem desempenhando diversas funções nos projetos de desenvolvimento através de suas práticas sociais e produtivas e que, atualmente, estão sendo valorizadas e incentivadas pelas políticas públicas.

Capitulo 4



CAPITULO 4 - AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PRONAF, PAA E PNAE: Importância para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural

Os temas da *agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural*, atualmente vêm ganhando força em diversos segmentos da sociedade brasileira. Fato que pode ser percebido tanto em termos práticos, a partir das ações do Estado com a implementação de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, como também, ao ser alvo de estudos de pesquisadores de diversas instituições. Evidencia-se que historicamente o segmento da agricultura familiar tem um papel importante na organização, produção e configuração do espaço agrário brasileiro, sobretudo, passa a ter uma maior representatividade na sociedade brasileira, devido a diversos fatores, tais como: sua importância na produção de alimentos, sua inserção nas políticas públicas, a diversificação na ocupação da mão de obra familiar via pluriatividade, entre outros.

Diante disso, este capítulo tem por finalidade fazer uma discussão teórica sobre as políticas públicas implantadas no espaço rural, especificamente voltadas para a agricultura familiar, tendo em vista apresentar as principais delas, a saber: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE), a fim de compreender a importância atribuída a estes programas e seus reflexos no desenvolvimento rural.

4.1 Políticas públicas no cenário rural: perspectivas para o futuro do desenvolvimento rural

Partindo da compreensão da terminologia “Políticas Públicas” esta representa as ações, diretrizes, princípios regulamentados de ação do poder público, um conjunto de programas, procedimentos e atividades que são

desenvolvidas pelo Estado, sendo este com relações e/ou participação direta ou indiretamente entre o poder público e sociedade, com entes públicos ou privados. Cabe destacar, neste contexto, o papel do Estado como de fundamental importância no que concerne as suas ações e atuação nos setores da educação, saúde e meio ambiente. Dessa forma, entende-se que para promover o bem-estar da sociedade e desenvolver essas ações são formuladas as políticas públicas.

Considerando as políticas direcionadas para o meio rural, identifica-se no período que antecede os anos de 1980, que estas se amparam nos mesmos fundamentos e concepções que guiavam o Estado desde o período de 1920. Neste período as políticas públicas estavam movidas para proporcionar o crescimento econômico, e assim aligeirando o processo da industrialização e urbanização no país.

O Estado centralizador guiava as políticas públicas voltadas para o meio rural por uma perspectiva setorial, isto devido ao fato de privilegiar o crescimento do volume produzido e dos índices de produtividade na agricultura, com implicações na incorporação de inovações tecnológicas pelas atividades agropecuárias. (HESPANHOL, 2008)

Todavia, a partir dos anos 90 este cenário começa a ser alterado pela conjuntura econômica e pelas pressões dos movimentos sociais, mudando a lógica setorial para outro viés, que tomava o rural de forma mais abrangente, a saber: na perspectiva territorial. Assim, as políticas públicas direcionadas para o meio rural, passam a incorporar algumas mudanças, desde as formas de implementação, de concepções, propósitos e estruturação e, principalmente, estabelecendo relações entre os programas formulados pelo Estado. Fundamentada nessa perspectiva, percebe-se que as políticas públicas começam a levar em conta as particularidades locais e regionais, tendo em vistas, a realidade econômica, social e cultural das populações rurais.

No âmbito de políticas públicas com abrangência nacional, voltada para o atendimento das necessidades da agricultura familiar, observa-se que até o início da década de 90 não havia nenhuma que atendesse, especificamente, este segmento social da agricultura.

Cabe retomar, através dos estudos de Schneider et al. (2004), no que concerne o início da década de 90, a agricultura brasileira, e especialmente a da região Meridional do Brasil, encontrava-se profundamente afetada pelo processo de abertura comercial e também de desregulamentação dos mercados, elementos que a sujeitavam a uma concorrência intensa com os países do Mercosul. Dentre as dificuldades subsequentes da crise aportada desde a segunda metade dos anos 80, se acena a menor disponibilidade de crédito e a queda da renda agrícola. Para Schneider et al. (2004, p. 2), “os agricultores familiares da região Sul do Brasil, e em menor medida os agricultores da região Nordeste (sobretudo os produtores de algodão), encontravam-se debilitados diante da nova conjuntura econômica e comercial”.

A partir de 1990, percebe-se um interesse maior por parte do Estado pela agricultura familiar no Brasil, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, particularmente, da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Tal fato se materializou em políticas públicas, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, financiando projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Portanto, verifica-se que não se tinha até meados da década de 90 uma política pública que fosse voltada para a agricultura familiar, sendo assim, o PRONAF torna-se como uma perspectiva para o desenvolvimento rural com a participação desses atores sociais. No entanto, para Azevedo (2012):

(...) numa fase anterior à criação do PRONAF, algumas ações governamentais reconheciam a importância da agricultura familiar sem, contudo, alterar o enfoque e o modo de políticas públicas para o espaço rural, o qual permaneceu de caráter estritamente setorial. Dentre essas medidas destaca-se a criação de secretarias e conselhos incumbidos de trabalhar com o assunto em nível federal, a exemplo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Agrário, Conselho Curador do Banco da Terra, Secretaria de Desenvolvimento Territorial, dentre outros órgãos do século XX para tratarem o assunto. (AZEVEDO, 2012, p. 136)

Posteriormente, em 2003, outro marco importante no que corresponde às políticas públicas, foi a criação do Programa de Aquisição de Alimentos, que tem como finalidade colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e para fortalecer a agricultura familiar, ou seja, visa a compra dos

produtos dos agricultores familiares para a formação de estoques públicos e repasse a programas de alimentação. Por meio da Lei nº 11.947/2009, a agricultura familiar passa também a fornecer gêneros alimentícios a serem servidos nas escolas da Rede Pública de Ensino, a partir da adesão ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. (MDA, 2012)

Ressalta-se que os agricultores familiares conseguiram conquistar também uma política pública de direito, em 24 de julho de 2006, quando sancionada a Lei nº 11.326, que forneceu o marco legal da agricultura familiar, permitindo a sua inserção nas estatísticas oficiais. Vários trabalhos científicos e grupos de pesquisadores já realizaram esforços semelhantes com os resultados de censos agropecuários anteriores, mas era necessária uma delimitação conceitual categorizada da agricultura familiar que procurasse atender ao enunciado legal de 2006. (IBGE, 2006)

Percebe-se que essa conquista para a agricultura familiar é advinda das reivindicações dos trabalhadores rurais que lutavam e ainda lutam para melhorar suas condições de produção, de trabalho e de vida. Sendo assim, depois de muitas décadas, a agricultura familiar passou a ter lugar de destaque no contexto da agricultura brasileira.

4.1.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado pelo governo federal e atualmente sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA é uma estratégia vinculada às políticas públicas direcionadas ao agricultor familiar com a finalidade de amparar e promover incentivos aos produtores em trabalhar a terra produzindo para o autoconsumo e para o mercado. Para Anjos et al. (2004), o aparecimento do PRONAF marca um momento singular na história agrária brasileira. “Pela primeira vez temos um programa comprometido com o apoio àquele setor, que até o começo dos anos 1990, erroneamente se identificava como sendo o dos ‘pequenos produtores’”. (ANJOS et al. 2004, p. 542)

O programa tem a intenção de mitigar a dificuldade encontrada pelos agricultores familiares em permanecer no espaço rural, por meio de linhas de

créditos acessíveis a cada produtor, enquadrando-o conforme o limite de hectares determinado por meio do padrão de normatização do PRONAF, a fim de inserir os produtos desse segmento no mercado consumidor.

O PRONAF financia projetos individuais e/ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Este programa tem as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país, visto que, auxilia o agricultor familiar a se manter no campo. Na tabela 5 são apresentados o número de contratos e os valores para cada linha de crédito referente a essa política:

Tabela 5. Anuário Estatístico do Crédito Rural/2012 Pronaf- Município – Cerrito/RS - Atividade e Finalidade.

	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contrato	Valor
Agrícola	210	R\$ 1.548.216,77	44	R\$ 652.942,07	0	0	254	R\$ 2.201.158,84
Pecuária	81	R\$ 666.106,20	81	R\$ 760.887,08	0	0	162	R\$ 1.425.993,28
Total	291	R\$ 2.214.322,97	125	R\$ 1.413.829,20	0	0	416	R\$ 3.627.152,12

Fonte: MDA, 2012, organizado pela autora, 2014.

Com relação ao acesso ao PRONAF, parte-se das necessidades de cada família sobre a demanda de crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, ou para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. (MDA, 2014)

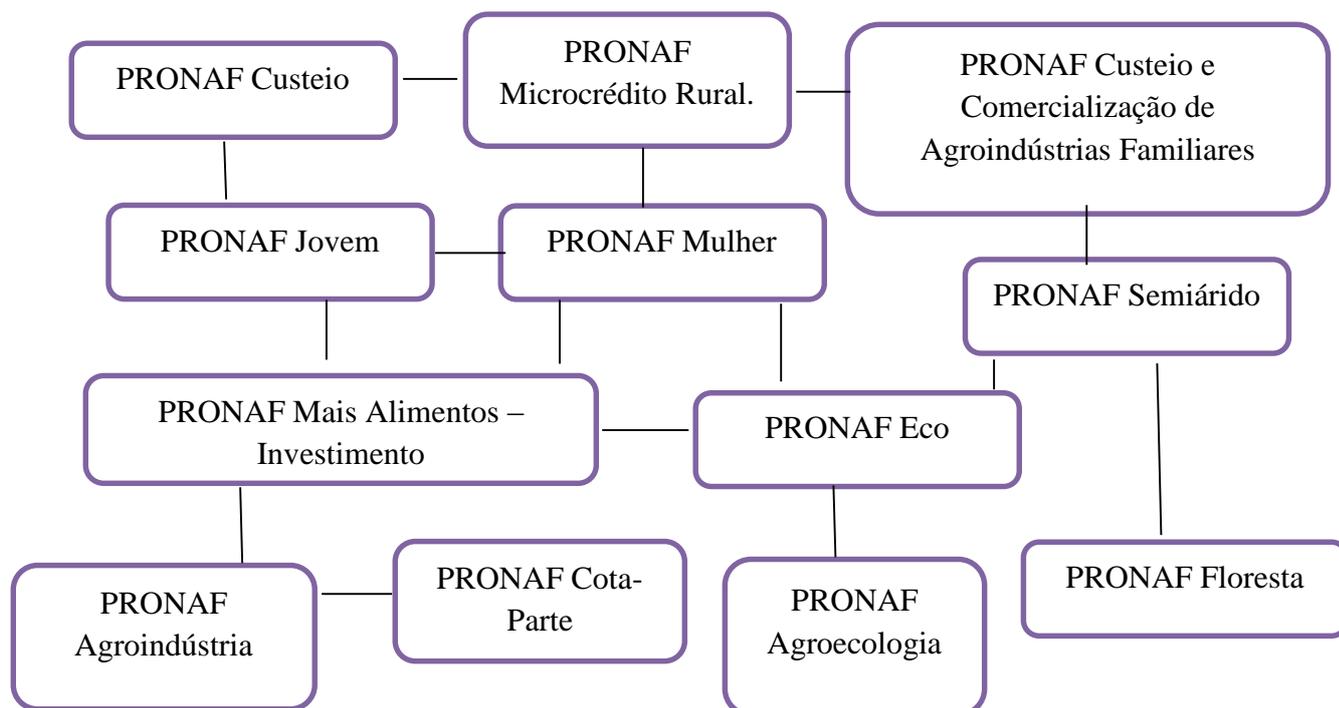
O programa atende especificamente os agricultores familiares, sendo estes caracterizados a partir dos seguintes critérios:

- A mão de obra ser exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes;
- Explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário;
- Ter, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária;
- Deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até 6 módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária);

- Morar no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- Possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00. (MDA, 2014)

O programa possui atualmente doze linhas de crédito, sendo essas representadas na figura 8:

Figura 8: Organograma das linhas de crédito do PRONAF.



Fonte: MDA, 2014.

- *PRONAF Custeio*: Esta linha de crédito destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf.
- *PRONAF Mais Alimentos – Investimento*: Designado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

- *PRONAF Agroindústria*: Esta linha de crédito se enquadra para o financiamento de investimentos, também em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.
- *PRONAF Agroecologia*: Destina-se para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
- *PRONAF Eco*: Financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
- *PRONAF Floresta*: Linha de crédito para financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.
- *PRONAF Semiárido*: Destinado para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, com o foco na sustentabilidade dos agroecossistemas, dando prioridade na infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, conforme a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.
- *PRONAF Mulher*: Para financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.
- *PRONAF Jovem*: Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.
- *PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares*: Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

- *PRONAF Cota-Parte*: Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.
- *PRONAF Microcrédito Rural*: Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrir qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

Com relação às categorias de financiamentos, estas correspondem conforme a tabela apresentada a seguir:

Tabela 6. Categorias de financiamentos do PRONAF.

PRONAF Grupo A	É o primeiro crédito para os assentados da reforma agrária e para os participantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário. É um recurso para investimento destinado à estruturação das unidades produtivas.
PRONAF Grupo B	É a linha de microcrédito criada para combater a pobreza rural. Os recursos do crédito são para investimentos e têm como destino os agricultores com renda familiar anual bruta de até R\$ 2 mil. O Pronaf Grupo B financia qualquer atividade geradora de renda desenvolvida no meio rural.
PRONAF Grupo C	Beneficia com crédito de custeio e de investimento os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 2 mil e inferior a R\$ 14 mil.
PRONAF Grupo A/C	É o primeiro crédito de custeio para as famílias assentadas da reforma agrária e para os que adquiriram terra pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário que já receberam financiamento de investimento do Grupo A.
PRONAF Grupo D	Beneficia com crédito de custeio e de investimento os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 14 mil e limitada a R\$ 40 mil.
PRONAF Grupo E	Abrange os agricultores com renda familiar anual bruta entre R\$ 40 mil e R\$ 60 mil, que passam a ter direito a linhas de crédito de investimento e custeio.

Fonte: MDA, 2004.

É importante ressaltar a contribuição de Carneiro (1997) sobre o papel das políticas públicas, para a autora:

A ideia de municipalizar a implementação do Pronaf tem de ser vista, portanto, de forma mais ampla e não limitada ao mero mecanismo de operacionalização de metas e objetivos definidos global e uniformemente para todo o país. Ao contrário, a chamada descentralização deve ser pressuposto da política e considerada na definição dos tipos de agricultores a serem beneficiados. Levar em conta as potencialidades locais (da natureza, do mercado de trabalho e da cultura) implica ampliar a noção de agricultor de maneira a incorporar também aqueles que combinam a agricultura com outras atividades. Integrando o social e o cultural ao econômico é possível conceber uma política pública que vá além da simples implantação de novos arranjos tecnológicos e que incorpore os hábitos e os costumes locais ainda que estes sejam considerados “tradicionalistas”. (CARNEIRO, 1997, p.79)

4.1.3 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA¹⁷ foi criado em 2003, no âmbito das ações do Programa “Fome Zero”, estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. O programa integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e tem as seguintes finalidades:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, incentivo ao processamento da produção e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais, inclusive para prover a alimentação escolar, quando

¹⁷ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um organismo de política pública estabelecido pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 4.772, de 02 de julho de 2003, sendo adulterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006.

necessário, nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;

VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;

VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e

IX - estimular o cooperativismo e o associativismo.

O PAA tem por objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e também fomentar a inclusão social no campo através do fortalecimento da agricultura familiar. O programa utiliza mecanismos de comercialização que auxiliam a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, incentivando os processos de agregação de valor à produção local. Segundo a CONAB, o programa tem por seguintes objetivos, a saber:

- **Remuneração da Produção**

O objetivo imediato do PAA é a aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar na hora oportuna, por preço compensador, trazendo segurança e incentivo para o pequeno agricultor, que passa a planejar suas atividades pela perspectiva de um horizonte maior de previsibilidade. A partir desta ação de compra do governo federal, outros objetivos são delineados, tais como os que se seguem. (CONAB, 2014)

- **Ocupação do Espaço Rural**

Ao garantir a compra da produção familiar, possibilita-se maior estabilidade à atividade agrícola e garante-se ocupação e renda ao produtor em seu próprio local, com o que se incentiva a permanência e a inclusão social no campo.

Com melhores condições de vida, o agricultor e sua família passam a desenvolver a atividade de forma mais ampla e sistemática, explorando com maior racionalidade o espaço rural. (CONAB, 2014)

- **Distribuição de Renda**

O pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar onde antes somente havia níveis mínimos de atividade de subsistência promove maior geração de renda para os agricultores, contribuindo para atenuar a secular iniquidade social. Ao mesmo tempo, assegura a circulação de dinheiro na economia da própria região, possibilitando às administrações públicas regionais maior arrecadação de impostos para custeio e investimento. (CONAB, 2014)

- **Combate à Fome**

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques de segurança e canalizados para populações em situação de risco alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes. Com isto, eleva-se o padrão nutricional e são construídos vínculos de solidariedade entre os habitantes da região. (CONAB, 2014)

- **Cultura Alimentar Regional**

Ao se adquirir os produtos agrícolas de uma determinada localidade, o governo passa a valorizar aquilo que muitas vezes é tipicamente regional. Com isto, preserva-se a cultura alimentar local, enriquece-se a gastronomia - que algumas vezes é atrativo turístico - diversificando-a no nível nacional. (CONAB, 2014)

- **Preservação Ambiental**

O PAA vem incentivando a recuperação e preservação da agrobiodiversidade em diversas regiões do país, por meio de incentivos ao trabalho de organizações dedicadas à agricultura familiar voltadas para este fim. Neste sentido, são estimulados sistemas e manejos sustentáveis de cultivos para o desenvolvimento de espécies características das regiões. (CONAB, 2014)

As unidades Gestoras e Executoras segundo orientações do Decreto ^o 7.775/12, Capítulo V, art. 27 e art. 28, a gestão e a execução do PAA devem ser conduzidas pelas Unidades Gestoras e Unidades Executoras. São Unidades Gestoras do PAA o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. As Unidades Executoras podem ser órgãos ou entidades da administração pública estadual, municipal, do Distrito Federal e consórcio públicos que celebrarem Termo de Adesão ou convênios com essas Unidades Executoras, e com a CONAB, que por ter celebrado Termo de Cooperação com o MDS e com o MDA, é uma Unidade Executora do PAA no nível federal. Segundo o MDS:

A alimentação adequada e saudável é compreendida como a realização de um direito humano básico, com a garantia do acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o curso da vida e as necessidades alimentares especiais, pautada no referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados. (MDS, 2014, s.p.)

O acesso é para agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais portadores de DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF. O funcionamento do PAA ocorre de forma que parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social.

De acordo com informações do MDA, os produtos destinados à doação são oferecidos para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e, ainda, para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal. Já a outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios. Logo, é possível comercializá-los, em momento de preços favoráveis, em mercados públicos ou privados, possibilitando maior agregação de valor aos produtos.

O Programa ainda coopera para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, no qual abrange as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, além do mais oportuniza aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos. O PAA propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais.

Como mencionado anteriormente, o programa contribui com o fornecimento de alimentos para entidades da rede socioassistencial como asilos, APAE's, abrigos públicos, entre outros. Na rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição, os alimentos do PAA abastecem restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Do mesmo modo, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos, a saber: atingidos por barragens, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, acampados e pescadores artesanais. (MDS, 2014)

O Programa funciona através da aquisição de alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no PRONAF, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral. Diante disso, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no PRONAF, no qual esta identificação é realizada através da DAP.

O PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário. Dessa forma, as diretrizes do Programa são determinadas por um grupo gestor coordenado pelo MDS e composto por mais cinco Ministérios, sendo eles: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Fazenda. Em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), governos estaduais e municipais, o programa é implementado por meio de cinco modalidades. Nesse contexto, o PAA encontra-se estruturado nas seguintes modalidades conforme a tabela 7:

Tabela 7. Modalidades do PAA

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$ 4,5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/ associações)	R\$ 4,8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/ associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/ associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/ associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/ associações)	R\$ 8 mil	-	compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Fonte: MDS, 2014, organizado pela autora, 2014.

É importante ressaltar que, em 2012, o Programa passou também a integrar o eixo “Inclusão Produtiva” do Plano Brasil sem Miséria, que tem como objetivo erradicar a pobreza extrema e também melhorar as condições de bem-estar da população. O marco legal do Programa passou por alterações a partir

da aprovação da Lei 12.512 de 14 de outubro de 2011 e do Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012 e de suas alterações, que incorporaram a possibilidade de atuação em parceria com estados, municípios e consórcios públicos, sem a necessidade de celebração de convênios, mas usando um novo instrumento, o Termo de Adesão. Apresenta-se este modelo organizado em etapas na tabela 8, a saber:

Tabela 8. Etapas do processo de adesão ao PAA.

Adesão	Consiste na assinatura de documento que estabelece os compromissos entre o MDS e as Unidades Executoras para implantação do Programa. A Adesão tem vigência de cinco anos, prorrogável por igual período, e ainda não envolve a pactuação dos valores e metas, mas apenas compromissos.
Pacto de valores e metas (Plano Operacional)	A pactuação de valores e metas é um processo anual no qual o MDS propõe às Unidades Executoras, montantes financeiros, metas e parâmetros para a execução do Programa. A partir da proposta do MDS, as unidades têm a possibilidade de firmar ou não com o Ministério um Plano Operacional.
Planejamento e pacto local (Proposta de Participação)	Nesta etapa do processo, as Unidades Executoras selecionam os beneficiários fornecedores do programa; as entidades a serem atendidas com alimentos; os produtos a serem adquiridos e definem os preços a serem adotados nas operações de compra. Para elaboração da Proposta de Participação é preciso que haja a compatibilização entre a demanda de alimentos das entidades e a oferta de alimentos pela agricultura familiar local. Dessa etapa resulta o cadastramento de uma Proposta de Participação no SISPA, a qual é posteriormente analisada pela equipe do MDS, para aprovação.
Aquisição e distribuição de alimentos	A partir da aprovação da proposta no SISPA e da emissão dos cartões bancários dos agricultores (beneficiários fornecedores) cadastrados, as Unidades Executoras estão autorizadas a adquirir produtos desses e destiná-los às organizações cadastradas (beneficiários consumidores).
Pagamento de beneficiários fornecedores	Com base nos dados das notas fiscais cadastradas e, atestadas no Sistema, o MDS providencia o pagamento direto aos beneficiários fornecedores, por meio de crédito no cartão bancário específico do PAA, disponibilizado ao beneficiário fornecedor no programa.
Apoio financeiro às Unidades Executoras	Para contribuir com a operação do PAA, o MDS previu realizar repasses financeiros para as Unidades Executoras, mediante o cumprimento de metas.

Fonte: MDS, 2014, organizado pela autora, 2014.

De maneira sucinta, segundo MDS (2014) enfatizam-se algumas modificações que este modelo ocasionou ao Programa:

- Pagamento direto em cartão bancário aos beneficiários fornecedores por meio de instituição financeira oficial;
- Novo instrumento de parceria por meio de Termo de Adesão e não mais convênios;
- Fim da necessidade de aporte de contrapartida financeira para executar o Programa;
- Execução por meio de sistema informatizado do Programa de Aquisição de Alimentos, o SISPA.

Diante dessa conjuntura, compreende-se que há ainda muitos espaços para estudos sobre os impactos das políticas públicas, pois nota-se que o programa vai sofrendo modificações ao longo do tempo. Para tanto, as inovações no âmbito do programa são significativas para discussões e reflexões sobre a aplicabilidade e repercussões na realidade local, realizando desde avaliações no caráter mais normativo, como também com relação a contribuições acerca de uma melhor compreensão nas ações e dinâmicas do Estado. Na seguinte sessão será tratado sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

4.1.4 O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Com base em estudos que abordam sobre a trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o programa teve sua origem em meados da década de 40, a partir do Instituto de Nutrição no qual este fazia a defesa da proposta de o Governo Federal oferecer alimentação escolar. No entanto, esta proposta não foi concretizada por questões de recursos financeiros. Por conseguinte, na década de 50, elaborou-se o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, designado “Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil”, se estruturando um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública.

Nessa conjuntura, somente o Programa de Alimentação Escolar resistiu, no qual este tinha o auxílio do financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), atualmente UNICEF, que possibilitou a distribuição do excedente de leite em pó destinado, inicialmente, à campanha de nutrição

materno-infantil.

No Decreto nº 37.106 em 31 de março de 1955, instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), submissa ao Ministério da Educação, com laços à convênios diretamente com o FISI e outros organismos internacionais. Já em 1956, com a edição do Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, designa-se Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), a fim de promover o atendimento em âmbito nacional.

Após nove anos, a partir do Decreto nº 56.886/65 a CNME teve sua denominação adulterada para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), no entanto, com o auxílio de vários programas de ajuda americana, dentre eles: o Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU); o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, destinado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Alimentos para a Paz, sendo este financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Entretanto, apenas em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar, pois antes disso, o programa era parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). No ano de 1988, devido à promulgação da Constituição Federal garante-se o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental através de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais.

A execução do programa, desde sua criação até 1993, ocorreu de maneira centralizada, de forma que o órgão gerenciador planejava os cardápios e adquiria os gêneros por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e também se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional. (FNDE, 2014)

No ano de 1994, ocorreu a descentralização dos recursos para execução do Programa, sendo, estabelecida através da Lei nº 8.913, de 12/7/94, mediante celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal,

onde se delegou competência para atendimento aos alunos das redes municipais às prefeituras que não haviam aderido à descentralização. O número de municípios que aderiram à descentralização neste período evoluiu de 1.532, em 1994, para 4.314, em 1998, representando mais de 70% dos municípios brasileiros. (FNDE, 2014)

Diante desse histórico sobre o PNAE, ressaltam-se suas conquistas, como por exemplo, a Medida Provisória nº 2.178, de 28/6/2001 (uma das reedições da MP nº 1784/98), no qual gerou amplos avanços ao Programa. Tais como: a obrigatoriedade de que 70% dos recursos repassados pelo governo federal sejam aplicados excepcionalmente em produtos básicos e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, promovendo o desenvolvimento da economia local.

Teve-se outra conquista, a instituição, em cada município brasileiro, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do Programa. Ocorreu através de outra reedição da MP nº 1.784/98, em 2 de junho de 2000, sob o número 1979-19. Hoje em dia, os CAEs são formados por representantes de entidades civis organizadas, dos trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo. (FNDE,2014)

Ainda, a partir de 2006, uma conquista fundamental foi a exigência da presença de nutricionista como responsável técnico pelo Programa, bem como, do quadro técnico composto por esses profissionais em todas as Entidades Executoras, o que permitiu uma melhoria significativa na qualidade do PNAE quanto ao alcance de seu objetivo.

Neste período, teve-se também a parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior, resultando na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANES), que são unidades de referência e apoio compostas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do PNAE, com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino.

Cabe ressaltar, que o PNAE ainda fora conhecido mundialmente como um caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável. Ou seja, os Acordos Internacionais firmados com a Organização das Nações

Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) e com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a apoiar o desenvolvimento Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada. (FNDE,2014)

Conforme a aprovação da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, o PNAE ganhou significativos avanços, tais como, a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Em 2013, teve a inclusão do atendimento para os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE); da Educação de Jovens e Adultos semipresencial; e, para os matriculados em escolas de tempo integral.

Em 2012, teve um aumento no valor repassado aos alunos matriculados em creches e pré-escolas, sob a diretriz da política governamental de priorização da educação infantil (ver tabela 9). Ainda, conforme a Resolução FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013, esta fortalece uma das linhas do Programa, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), ao dedicar uma Seção às ações de EAN.

De acordo com estudos referenciados sobre o PNAE, percebe-se que o programa contribui para o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, através da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.

Tabela 9: Valor repassado pela União a Estados e Municípios por dia letivo para cada aluno:

Etapa e Modalidade de ensino	Valor
Creches	R\$ 1,00
Pré-escola	R\$ 0,50

Escolas indígenas e quilombolas	R\$ 0,60
Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos	R\$ 0,30
Ensino integral	R\$ 1,00
Alunos do Programa Mais Educação	R\$ 0,90
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno	R\$ 0,50

Fonte: FNDE, 2014.

Sobre a realização do repasse, este é feito diretamente aos Estados e Municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

Diante dessas premissas, nota-se que o PNAE estimula a produção de alimentos e contribui para que a agricultura familiar se organize e qualifique suas ações para a comercialização de alimentos. Além disso, no contexto escolar se tem uma melhoria na qualidade da alimentação dos alunos, apropriação de hábitos alimentares saudáveis e promove o desenvolvimento local, por meio da valorização dos produtos da agricultura familiar.

Como já visto anteriormente, os sujeitos que vendem os alimentos são os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, individuais ou organizados em grupos formais e/ou informais, com DAP física e/ou jurídica; Grupos Formais – agricultores familiares e empreendedores familiares rurais constituídos em cooperativas e associações; Grupos Informais – grupos de agricultores familiares organizados que deverão ser apresentados junto à Entidade Executora por uma Entidade Articuladora. E, quem compra esses alimentos são as entidades Executoras (EEx.), como as Secretarias Estaduais de Educação, Prefeituras ou escolas que recebem recursos diretamente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Assim, as políticas públicas, no caso das compras institucionais, são elementos em destaque para o fortalecimento da agricultura familiar. Entretanto, percebe-se que no contexto atual, têm se apresentado alguns

desafios para que essas políticas públicas ocorram de forma adequada à realidade local dos municípios. Tais como, a garantia de preços para os produtos comercializados, a preparação do setor de licitação, a adequação da alimentação escolar e dos produtos advindos da agricultura familiar, coincidindo com safras e calendário escolar.

Diante dessas premissas, sobre o arcabouço normativo das políticas públicas, percebe-se a necessidade de compreender as relações das políticas públicas com a agricultura familiar e o desenvolvimento rural.

Para Neto et. al (2010) a análise das políticas públicas e do desenvolvimento rural no Brasil visa a fazer entender como os intelectuais da questão agrária têm, historicamente, visto o mundo rural brasileiro e como essa visão vem sendo transformada em políticas públicas pelo Estado brasileiro. Ainda de acordo com sua abordagem a nova realidade de uma agricultura tecnicamente desenvolvida e ligada ao mercado internacional, e com considerável peso na balança comercial do país, coloca a análise da questão agrária frente ao desafio de entender, também, os processos técnicos e seus efeitos, as novas formas de representações políticas existentes no meio rural e nas instâncias de decisões dentro do Estado.

Neste cenário, compreende-se que a articulação entre o papel da agricultura familiar e o movimento de implementações das políticas públicas são suportes significantes para o desenvolvimento rural.

Na compreensão de Kageyama (2004) o desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e novos serviços, sendo estes agregados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; ainda tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo.

A abordagem sobre o desenvolvimento rural ou de seu potencial aplicativo em escala local e regional deve levar em conta a diversidade de estratégias socioprodutivas, as especificidades culturais, as condições econômicas e articulação e mobilização política que envolve o segmento da agricultura familiar.

No capítulo subsequente, serão apresentadas as abordagens teórico-conceituais, a partir de enfoques clássicos e contemporâneos sobre agricultura familiar e campesinato, trazendo contribuições acerca deste tema e possibilitando a posterior conexão com os pilares desta pesquisa.

“Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como registro das lutas para conseguir espaço próprio na economia e na sociedade”. Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Capítulo 5



5. ABORDAGENS TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINATO

Para compreender o debate acerca da agricultura familiar são apresentadas breves reflexões teórico-conceituais com relação ao segmento social da agricultura familiar e campesinato. Entende-se que a agricultura familiar é uma categoria analítica que não é recente, ou seja, muitas terminologias já foram empregadas, ao longo do tempo, para se referir ao mesmo sujeito - o agricultor familiar -, entre elas, podem-se citar: camponês, colono, pequeno produtor, pequeno proprietário, agricultor de subsistência, entre outras designações. Apesar de esses termos apresentar especificidades de conteúdo conceitual, ora se referindo a contextos históricos e geográficos específicos, ora a categorias de ação política, muitas vezes, foram usados como sinônimos.

De acordo com Neves (2007), nos campos de estudos das Ciências Sociais e na construção de projetos agronômicos, até o início da década de 90 do século XX, o termo agricultura familiar raramente aparecia.

Esse caráter polissêmico deve-se ao seu próprio desenvolvimento no contexto social e econômico, em diferentes conjunturas históricas e espaços geográficos, vis a vis as especificidades dos grupos sociais envolvidos na organização da agricultura. As mudanças conceituais ocorridas para designar essa categoria social são, também, resultados das novas percepções sobre os sujeitos e sobre as ações reivindicatórias dos movimentos sociais, na perspectiva das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural.

A existência do campesinato brasileiro perpassa as discussões nos mais variados campos das ciências sociais na atualidade. Dentre esses debates encontram-se vertentes¹⁸ que mencionam que o campo brasileiro está se

¹⁸ Nesta corrente de pensamento podemos citar a influência das obras de LENIN (1985) e de KAUTSKY(1986), sendo esses autores importantes no debate acerca dos estudos agrários, suas análises contribuem para entender o desenvolvimento da agricultura no modo capitalista,

desenvolvendo a partir do capitalismo, por consequência o campesinato com o tempo tenderia a desaparecer, sendo assim, extinguidos pelo modo de produção capitalista. Por outro lado, encontram-se autores¹⁹ que abordam o campesinato como uma categoria social e política importante no cenário brasileiro contemporâneo.

Cabe salientar, que no presente trabalho os conceitos de campesinato e agricultura familiar são considerados indissociáveis e usados de forma similar, portanto, adota-se o termo agricultura familiar camponesa²⁰ como sendo um conceito chave para compreender o campesinato e/ou a agricultura familiar.

Com base nos estudos de Gorgen (2004) entende-se que:

A agricultura camponesa, porém, tem resistido bravamente ao longo da história do Brasil produzindo em pequenas áreas, com trabalho familiar, com busca contínua da autonomia tecnológica, produzindo para o mercado local e interno, num sistema complexo e integrado de policultivos (produção diversificada com muitos cultivos) e de combinação entre produção animal e vegetal. A história da agricultura camponesa no Brasil tem sido até hoje a história da resistência camponesa. (GORGEN, 2004, p. 9)

Ainda de acordo com esse autor, a agricultura camponesa não é só um modo de produzir no campo, é, sobretudo, um modo de viver. “É uma cultura própria de relação com a natureza. É uma forma diferenciada de vida comunitária.” (GORGEN, 2004, p. 11)

Ainda de acordo com Gorgen(2004):

na abordagem desses autores no período que cerne final do século XIX se fala no desaparecimento dos camponeses no processo de desenvolvimento desigual do capitalismo.

¹⁹ Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o século passado foi, por excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. O autor menciona ainda que a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. (OLIVEIRA, 2001)

Outra contribuição nesta vertente é de Eliani Tomiasi Paulino em sua obra intitulada “Por uma Geografia dos Camponeses”, a autora trata dos camponeses como classe social, sua criação e recriação. (PAULINO, 2006)

²⁰ “Camponês e agricultor familiar são termos utilizados neste trabalho de forma similar e indissociável, a fim de enfatizar a existência de um campesinato na contemporaneidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, a categoria analítica adotada – agricultura familiar camponesa – expressa o reconhecimento da permanência de “lógicas camponesas” que estão combinadas a uma diversidade de estratégias socioprodutivas de caráter familiar na agricultura. Lógicas de resistência e estratégias de reprodução social que combinam produção mercantil com produção para o autoconsumo, e cujos resultados estão voltados para a construção/reprodução do patrimônio familiar. ” (RIBEIRO e SALAMONI, 2011, p.215)

(...) Os camponeses brasileiros são muitos e têm na diversidade uma de suas riquezas. Soube-se adaptar-se ao mundo onde fincou o pé. Por isto que o campesinato brasileiro faz de tudo, produz de tudo, de várias formas, nos diversos biomas, (...) convivendo com as especificidades de cada local (...). (GORGEN, 2004, p. 13)

Diante desse contexto conceitual, são destacadas algumas premissas teóricas sobre as categorias de análise - campesinato e agricultura familiar -, a partir de enfoques clássicos e contemporâneos, representados, respectivamente, pelas obras de Marx, Lenin, Kautsky, Chayanov, Wanderley e Abramovay. Em seguida, são apresentados os parâmetros adotados nesta pesquisa para a análise da agricultura familiar camponesa.

Por fim, uma breve análise da emergência da categoria normativa da agricultura familiar, as relações com o processo de modernização e sua importância para o desenvolvimento rural.

5.1. Enfoques clássicos e contemporâneos sobre campesinato e agricultura familiar

Discutir sobre a agricultura familiar camponesa implica em identificar os argumentos que norteiam os debates e os termos utilizados na análise e conceituação deste tema. Ao se tratar nos debates acadêmicos com relação a agricultura familiar camponesa, cabe retomar algumas questões que são colocadas no âmbito dessas discussões, dentre elas, buscar compreender como ela permanece ou não no mundo contemporâneo, assim como, seu processo de desenvolvimento diante do capitalismo, e sua adaptação ao mercado. Além disso, outra questão que persiste nas análises sobre o tema é a possibilidade de seu desaparecimento por completo devido à intensificação das relações capitalistas no campo.

Neste momento cabe retomar algumas análises clássicas que permeiam essas questões. Nos estudos de Marx (1986), as grandes propriedades iriam absorver as pequenas, levando assim a extinção dos camponeses. Neste processo, ocorreria a expropriação do camponês em relação ao seu principal meio de produção - a terra -, conseqüentemente, este passaria a ser um trabalhador assalariado.

Marx em suas análises vai tratar o campesinato como uma classe social²¹, conforme confirma Heynig (1982):

En cuanto a la discusión entre marxistas acerca del campesinado como clase y el campesinado como modo de producción debe considerarse que Marx, en los Formen, considera 'la pequeña propiedad libre' como un modo de producción situado al mismo nivel de la 'comunidad primitiva'. Sin embargo, en la gran mayoría de los escritos de Marx sobre los campesinos, éstos son analizados como una clase cuya condición se inscribe en el proceso concreto de la lucha de clases, en una formación social dada. (MARX apud HEYNIG, 1982, p. 124)

Para Marx, a relação entre a terra e o trabalho no campesinato não obedece à lógica do processo de desenvolvimento do capitalismo, pois este tem como base a acumulação de riqueza, dessa forma, o camponês não se reproduziria dentro da dinâmica do capitalismo.

Nesse contexto, a organização camponesa representa a manutenção de relações não capitalistas no interior do modo de produção capitalista, uma vez que ela mantém a produção para o autoconsumo e, a partir da comercialização apenas dos seus excedentes, busca obter rendimentos para realizar investimentos, como reparos em sua propriedade e, também, comprar os produtos não produzidos no interior das propriedades rurais.

Segundo Marx apud Heynig (1982):

Las características económicas del campesinado como clase social, inserta en una formación social capitalista, lo presentan como una clase explotada, pero através de mecanismos diferentes a los de clase obrera. Las diferencias en estas formas de explotación determinan em el campesinado una actitud ideológica distinta a la de la clase obrera (...). (MARX apud HEYNIG, 1982, p. 124)

²¹ Com base no livro "Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão", Ricardo Abramovay (1992), aborda sobre o entendimento de Marx, no qual, (...) que se refere à maneira como Marx concebe a vida social – a existência de duas classes como *dramatis d' O Capital*: a sociedade capitalista, na concepção de Marx, é o desenvolvimento da contradição entre o caráter privado e social no trabalho e, portanto, a preparação para uma organização social racionalmente disposta, e controlada. E na polarização dada pelo duplo caráter da própria sociedade no mundo das mercadorias que se encontra a redução a apenas duas das classes em luta para a formação de um mundo novo.

Ainda que(...) se, do ponto de vista Marxista, é possível falar conceitualmente em classe operária e burguesia, campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo.

Para Marx (1986), o campesinato seria desintegrado no modelo de desenvolvimento do capitalismo. Essa visão converge para o pensamento de Lênin, pois, este autor leva em conta o desenvolvimento dos processos capitalistas dentro das unidades de produção camponesas.

Lênin (1988) vai mencionar ainda em seus estudos, a constituição de duas classes dissemelhantes no campesinato, como resultado do processo de transformação da economia camponesa, sendo elas: a burguesia agrária e o proletariado rural. A burguesia rural é considerada pela maior disponibilidade de fatores como terra e capital e pela sua proximidade com a indústria. Já o proletariado rural é forjado no contexto dado por limitações econômicas e tecnológicas e, principalmente, pela falta de acesso a terra. Dessa forma, na percepção de Lênin, a desintegração do campesinato se daria por meio do mesmo processo já consolidado nas cidades, a partir constituição de duas classes sociais em incessante embate.

Lenin estudou a diferenciação social do campesinato russo, em função da introdução do trabalho assalariado, do ponto de vista do autor essa ideia centra-se na polarização rápida do meio rural russo representada pelos camponeses, entre eles, sem terra obrigados a vender sua força de trabalho em determinadas épocas do ano e pelos capitalistas rurais.

Em seus estudos, Lenin (1985), introduz o conceito de “economia natural” no contexto da produção mercantil, tendo como ponto de vista que a base da formação do mercado interno no modo da economia capitalista passaria pela desagregação dos pequenos produtores em patrões e trabalhadores agrícolas. O autor considerava que no interior da produção agrícola, nas relações de produção, neste caso falando do modo capitalista, iria destruir o campesinato a partir da diferenciação interna²² e de sua integração a esse mercado capitalista.

Em suas análises de Kautsky (1980) vai além de considerar a formação do proletariado e da burguesia rural, o autor busca abordar sobre o predomínio da produção agrícola capitalista sobre a produção camponesa. Nessa perspectiva, para o autor, seria inútil qualquer tentativa de reprodução

²²Considerando a diferenciação social proposta por de Lenin, tem-se diferentemente a abordagem apresentada por Chayanov, para este autor não existiria um processo de diferenciação social, mas um processo de diferenciação demográfica, pelo fato de que o tamanho da terra iria refletir paralelamente no ciclo da família e vice versa.

camponesa dentro do modo capitalista. Ainda, sobre o desenvolvimento das políticas de Estado com a intenção de assegurar a reprodução social do campesinato, o autor considerava que essas políticas não teriam o resultado esperado. Diante desse processo, Kautsky fundamentava-se na concepção de que o desenvolvimento capitalista não abarcaria outras classes além da burguesia e do proletariado, contrapondo-se assim à teoria do trabalho familiar, na qual os camponeses seriam recriados a partir das determinações do próprio modo de produção em consolidação.

Cabe neste momento, retomar as contribuições de Alexander Von Chayanov para o entendimento desse tema, pois este autor dedicou seus estudos a análise da produção familiar camponesa. Para isso tomam-se como referência os estudos que Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1989), principalmente, na publicação de “Em busca da modernidade social: Uma homenagem a Alexander V. Chayanov.”

Segundo Wanderley (1989), Chayanov não apenas queria conhecer a realidade da agricultura tradicional russa, mas, sobretudo, a explicação das potencialidades agrárias de seu país. Para tanto, Chayanov elabora uma proposta teórica de compreensão dos processos internos de funcionamento das unidades familiares de produção da agricultura. O autor tem como base uma intensa atividade de pesquisa sobre o campesinato russo, realizada pela Escola da Organização da Produção.

Em seu estudo a autora divide suas reflexões em três níveis diferentes que correspondem aos momentos fundamentais da trajetória intelectual e política de Chayanov: Primeiro, refere-se à formulação de uma teoria explicativa do modo de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura; em segundo, o esforço de compreender o campesinato em seu contexto mais global da sociedade capitalista moderna e; por último, o confronto com o projeto de coletivização estalinista e a formulação de um projeto alternativo para os camponeses.

A linha central da teoria de Chayanov incide na afirmação de que a unidade de produção familiar na agricultura é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno que a torna diferente da unidade de produção capitalista. Nesse contexto, a empresa familiar não se organiza sobre a base

da extração e apropriação de trabalho alheio, de mais valia. No seu processo, o que ativa o capital envolvido em seu processo de produção é o próprio proprietário do meio de produção. A ausência da mais valia no processo produtivo reflete na unidade familiar de produção um caráter específico que foi percebido e formulado por Chayanov. Para o autor, quem trabalha é o agricultor e a sua família, sendo assim, a propriedade do estabelecimento é familiar.

Com relação à questão do esforço físico e mental do trabalho do produtor familiar este é diferente de um empresário capitalista. No primeiro, o esforço se dá a partir do emprego da mão de obra familiar, já no caso do capitalista ocorre uma distância desse trabalho, pois, o trabalho é realizado por outros - a mão de obra assalariada.

Ainda, o produtor familiar sendo um proprietário que trabalha, depende para a sua reprodução social, da preservação do fator terra. Dessa forma, cabe a ele assegurar os recursos necessários para a reprodução patrimonial. (WANDERLEY, 1989)

Ao tratar da relação entre o trabalho e consumo, segundo Chayanov, esta é definida internamente ao nível da própria composição da família. Para o autor, a família camponesa nunca é igual a ela mesma ao longo de sua existência, ou seja, começa com um casal que, em geral trabalha; amplia-se com crianças pequenas, que consomem, mas não trabalham; ao crescerem os filhos vão progressivamente participando da atividade produtiva, até o momento da saída de cada um para construir uma nova família/empresa. O casal se reencontra, no final, porém com uma capacidade de trabalho bem mais reduzida.

Embora as análises realizadas por Chayanov corresponderem ao contexto geográfico russo, em momento que precede o início do século XX, ainda são de grande importância para se entender a realidade agrária atualmente. Como por exemplo, quando o autor aborda sobre o ciclo demográfico, onde este auxilia entender as diferenças de possibilidades da agricultura familiar em adotar novas tecnologias e assumir riscos. (ALTAFIN, 2007)

Nesse contexto, segundo Flamarion (2009), a explicação da racionalidade camponesa para Chayanov é referente a uma “diferenciação demográfica”, ou seja:

O número de trabalhadores e consumidores da família camponesa é a explicação da sua existência: um trabalho que serve às demandas necessárias à manutenção da família e não a produção de valor e acumulação de capital. A força de trabalho da família é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade camponesa. A família define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade, o tamanho da família (número de consumidores) tem relação direta com a atividade econômica da unidade de produção. Portanto, a produção camponesa possui uma dinâmica diferenciada e particular, e reconhecida pela diferenciação demográfica no balanço trabalho-consumo (equação braços e bocas). (CHAYANOV, 1974)

Diante essa lógica, para Chayanov, nesta equação a ser resolvida em função do número de “braços e bocas”, parte-se do princípio que a melhor forma seria existir um balanço entre trabalho e consumo, ou seja, o balanceamento entre o esforço exigido para a realização do trabalho (a penosidade do trabalho) e o grau de satisfação das necessidades da família, sobretudo no que se refere à sua segurança alimentar (WANDERLEY, 1999).

Na visão de Chayanov, encontra-se o campesinato fora do modo de produção capitalista. Segundo o autor, o campesinato é um modo de produção, se reportando a partir das seguintes características: força do trabalho familiar - unidade econômica camponesa -, pequena propriedade como local das atividades, a própria família produz seu meio de produção, no entanto, em algum momento o núcleo familiar se vê compelido a empregar parte de sua força de trabalho em atividades rurais não agrícolas.

Como se pode observar, Chayanov mostra que sua pesquisa tinha por finalidade conhecer as leis que conduziam o funcionamento interno da unidade de produção familiar e sua teoria é o resultado elaborado a partir desta preocupação.

Nos escritos de Wanderley, a autora menciona que o conhecimento sobre o campesinato foi sendo aprimorado, passando a ser compreendido como uma forma social particular de organização da produção, o campesinato tem como base a unidade de produção dirigida pela família. Dessa forma, para Wanderley:

Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, através do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória, etc. (WANDERLEY, 2004, p. 45)

A autora complementa ainda que, ao se tratar de produção familiar na agricultura remete-se a pequenas e tradicionais unidades de produção, de forma que:

(...) as análises teóricas que dizem respeito ao caráter familiar da produção agrícola e aos princípios de seu funcionamento, tem sempre como referencial empírico, as unidades de produção pequenas, tecnicamente atrasadas e cuja organização interna tem como eixo a satisfação das necessidades da família que produz. Produção familiar é nesta perspectiva, sinônimo de campesinato tradicional (WANDERLEY, 1988, s.p)

Na visão de Wanderley, o campesinato pode ser considerado hoje, como um segmento da agricultura familiar. O campesinato tem uma “cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local”. (WANDERLEY, 1997, p. 27)

Wanderley (2004) menciona que se pode entender o campesinato a partir de duas dimensões diferentes, entretanto complementares. Primeiramente, o campesinato se constitui historicamente como uma forma de organização social, dotado de uma cultura específica. Segundo a autora,

(...) o campesinato tradicional não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a chamada “sociedade englobante” laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis. Dessa forma, o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade. Resta saber, em cada momento, de que sociedade englobante e de que campesinato se trata e como este se integra àquela. (WANDERLEY, 2004, p. 44)

Em segundo lugar, a autora afirma que o campesinato pode ser visto de uma forma mais restrita, como uma forma social particular de organização da produção. Sendo assim:

(...) de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. (WANDERLEY, 2004, p. 45)

Assim, para Wanderley, a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais da agricultura familiar, fundamentada na relação entre propriedade, trabalho e família. Segundo a autora, entretanto, ela possui “particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.” (WANDERLEY, 1999, p. 25)

A partir das considerações da autora, fala-se de agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno e para o qual se propõem políticas públicas para estimular o desenvolvimento desses agricultores, fundamentadas em tipologias que se baseiam na sua viabilidade econômica e social no campo. A autora toma como ponto de partida e eixo norteador as seguintes hipóteses:

- a) Agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares;
- b) Ao campesinato corresponde uma dessas formas particulares da agricultura familiar que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade;
- c) A agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio dessas sociedades, as quais a obrigam a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicional;
- d) Essas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, gestando antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, o que lhe permite, precisamente, adaptar-se as novas exigências da sociedade;
- e) O campesinato brasileiro tem características particulares, em relação ao conceito clássico de camponês, (...). (WANDERLEY, 1999, p. 25)

Nesse contexto, a agricultura familiar é entendida como uma categoria genérica, em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Ainda, para a mesma autora, esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma unidade produtiva associar família, produção e trabalho têm consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

Segundo Wanderley (2009), o agricultor familiar se caracteriza como um ator social atuante na formação da sociedade em geral do mundo todo, por carregar “rupturas e continuidades” da sua história desde o campesinato da Idade Média até a atual modernidade. E, o agricultor familiar constrói a sua história dentro de um campo de forças da sociedade moderna, procurando adaptar-se para manter-se ativo no contexto atual das transformações sociais, culturais, políticas e econômicas.

Todavia, Abramovay (2010) pondera a existência de uma diferenciação entre o campesinato e a agricultura familiar moderna. Para o autor, o campesinato tem como característica o emprego a partir do trabalho familiar na unidade de exploração e a vinculação parcial em mercados incompletos. Contudo, nessa situação, com base nessas características, o camponês não se reproduziria no interior do modo capitalista²³.

Com relação ao entendimento da agricultura familiar moderna, o autor a compreende como uma agricultura profissional, sendo esta diferente do campesinato. Para Abramovay essa agricultura profissional seguiria os avanços técnicos e atenderia tais demandas estabelecidas pelo mercado, ainda, este segmento especializaria e diversificaria conforme necessidades da sociedade. Portanto, o fim do campesinato ocorreria no momento da mudança

²³“As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social.” (ABRAMOWAY, 1990, p. 124)

para a agricultura profissional, pois este camponês deixaria seu modo de vida para desempenhar uma profissão.

Partindo do princípio de que para Wanderley (2003) a transformação do campesinato em agricultura familiar moderna se apresenta a partir de “rupturas e continuidades”, no entanto, no entendimento de Abramovay (2010), essa transformação representaria apenas as “rupturas”. Cabe deixar claro que, Abramovay não considera a agricultura familiar como um segmento em processo de extinção, ou então, sem possibilidade de desenvolvimento, esta era apenas uma das possibilidades vislumbradas pelo autor.

Compreende-se que a agricultura familiar se caracteriza por apresentar uma grande diversidade de combinações, ao que tange o uso e distribuição dos recursos públicos “terra, trabalho e capital” no interior das unidades produtivas. Tal diferenciação pode ser percebida nas distintas escalas (local, regional e nacional).

De acordo com Abramovay (1997), a agricultura familiar pode ser assim expressa:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p.3)

Ao abordar o caráter familiar da agricultura familiar, Carneiro (2008) diz que o núcleo familiar é o que dá sentido de orientação às relações sociais travadas pelos membros de uma família de agricultores, dentro ou fora dos limites físicos da unidade produtiva e da unidade doméstica. É no fato de encontrar uma família que responde tanto pela organização técnica de produção, quanto pela execução das atividades e, sobretudo, pelo destino a ser dado aos seus resultados, que reside a especificidade da exploração familiar, seja ela agrícola ou não. Carneiro entende que:

A unidade familiar, entendida como entidade plástica e mutante, tem a capacidade de elaborar estratégias para se adaptar as condições econômicas e sociais. No entanto, cabe enfatizar que esses rearranjos que, não raro, dialogam com a tradição – rejeitando-a ou revalorizando-a - não se limitam ao plano das relações observáveis empiricamente, como também, repito, não são frutos de uma deliberação individual necessariamente consciente. (CARNEIRO, 2008, p. 259)

Para a compreensão da dinâmica de reprodução das unidades familiares, sejam elas exclusivamente agrícolas ou não, torna-se necessário levar em conta a diversidade de interesses em jogo decorrente das diferentes posições ocupadas por seus membros na hierarquia familiar (filhos, esposa, pai) e de distribuição de gênero, nas diferentes esferas das relações sociais. Por exemplo, o significado da atividade extra agrícola exercida por um membro da família muda substantivamente se este for um jovem ou se for o próprio chefe da exploração agrícola. Essa questão fica bem mais evidente quando entram em cena as práticas de transmissão²⁴ do patrimônio familiar.

Para Carneiro (1997), é importante considerar a pluriatividade, ou seja, a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas pelos agricultores, como uma condição para manter a população no campo, como também para viabilizar as pequenas unidades produtivas que não conseguem, por motivos diversos, responder inteiramente às demandas do mercado. Dessa forma, “o apoio à agricultura familiar tem que ser pensado no âmbito do desenvolvimento local no qual os aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais necessitam ser igualmente levados em conta na busca de soluções não excludentes.” (CARNEIRO, 1997, p. 80)

Segundo Schneider (2007, p.22), este menciona que “o papel estratégico da pluriatividade no processo de desenvolvimento rural consiste em contribuir para geração de mecanismos de inclusão social, redução da pobreza e combate às desigualdades.”

A percepção defendida pelo autor é a de que a pluriatividade se tornará uma alternativa para os agricultores e suas famílias que buscam novas formas

²⁴ “(...) o pai fica também responsável pela elaboração de estratégias de transmissão de herança que afetam diretamente as trajetórias individuais, na medida em que lhe é permitido, através de regras costumeiras, excluir e privilegiar herdeiros. Como parte da ordem simbólica, a terra tem significados que transcendem o seu valor econômico, e sua transmissão de uma geração a outra reflete a hierarquia e consolida relações desiguais entre os indivíduos, particularmente as posições diferenciadas entre os gêneros.” (CARNEIRO, 2008, p. 260)

de emprego para aumentar e diversificar seus rendimentos e dar maior estabilidade a eles. Simultaneamente, para Schneider (2007), a “pluriatividade conferirá uma nova atribuição ao espaço rural, que, além de suas funções usuais de território da produção agrícola, também passaria a ser um espaço multifuncional”. (SCHNEIDER, 2007, p. 23)

5.2 Agricultura familiar: a emergência da categoria normativa com vistas ao desenvolvimento rural

Nos estudos acerca da modernização da agricultura, estes indicam que por volta da década de 1950 inicia-se esse processo no Brasil e, a partir de 1960, em áreas do Sul e Sudeste, já na década de 1970 se expande para outras regiões do país.

No entanto, quando a produção familiar se moderniza, e por consequência se integra aos processos de mercantilização da produção, de especialização das atividades e de modernização técnica do processo produtivo, observa-se uma tendência nos estudos sobre o tema de privilegiar as formas de subordinação dos agricultores familiares. Por outro lado, se reforça a validade das pesquisas que reconhecem a importância de um movimento interno à unidade de produção familiar, ou seja, as estratégias de reprodução social e de resistência adotadas frente a esse processo.

Essa tendência de analisar os processos de subordinação se explicitam em duas direções: Em um momento à produção familiar é percebida como um mero apêndice, passivo dos ditames do capital, e o trabalhador familiar é comparado a um trabalhador a domicílio, portanto, sem nenhuma autonomia. Num outro, ela é definida como expressão do pequeno capital, que, embora o pequeno guarda a natureza do capital; o caráter familiar do trabalho é entendido apenas como resposta adaptativa a certos condicionamentos técnicos. (WANDERLEY, 1988)

Ao longo deste período, em que a agricultura sofreu um profundo processo de transformação, a produção familiar permaneceu um segmento social importante da agricultura, inclusive em países de capitalismo avançado.

Entretanto, a produção familiar que se reproduz nas sociedades modernas, representa um novo agente social, diferente do campesinato tradicional de origem pré-capitalista.

Esta agricultura moderna tem, a este respeito, uma dupla característica: sua integração, sob formas diversas, aos mecanismos de mercados e aos processos de reprodução, de reprodução do capital e a “abertura” do mundo rural ao modo de vida moderno.

De acordo com abordagens de Wanderley, a autora menciona que no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Dessa forma, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um “setor bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 1995).

Segundo Medeiros (2007):

É fato que a modernização da agricultura no espaço rural brasileiro provocou um crescimento na produção agrícola. Entretanto, os aumentos de produção e produtividade não são condições suficientes para o bem-estar da população, porque não há certeza de que os benefícios desse crescimento sejam redistribuídos entre os diversos setores da sociedade. Em muitas regiões, esse modelo de modernização que atingiu os produtores familiares instalou-se via complexos agroindustriais, nos quais as exigências do capital passaram a fazer uma constante seleção e re-seleção dos melhores. (MEDEIROS, 2007, p. 173)

Por outro viés, a modernização da agricultura foi entendida por seu caráter excludente, ou seja, somente parte dos agricultores foi beneficiada, privilegiando os grandes produtores, alguns tipos de cultivos e determinadas regiões. A política de crédito foi concebida para os médios e grandes produtores. Diante desse processo, a agricultura familiar foi prejudicada, pelo fato de não possuir os mesmos benefícios da agricultura empresarial.

Com efeito, a modernização também trouxe impactos ambientais, principalmente com o uso de produtos tóxicos. Para Wanderley (2009),

(...) o desenvolvimento da agricultura brasileira resultou da aplicação de um modelo modernizante, de tipo produtivista, sobre uma estrutura anterior, tecnicamente atrasada, predatória dos recursos naturais e socialmente excludente. A agricultura que emerge desta junção não elimina completamente a marca deste passado, ao qual acrescenta as contraposições específicas do modelo produtivista adotado. Assim, ela reproduz, simultaneamente, relações que resultam de seu caráter “atrasado” e do modelo de modernização adotado: ao mesmo tempo em que já se vê obrigada a enfrentar os riscos de poluição e degradação ambiental, em consequência do uso de agrotóxicos, tem ainda que enfrentar problemas decorrentes da baixa produtividade da maioria de suas culturas e da existência de grande proporção de terras que permanecem improdutivas. (WANDERLEY, 2009, p. 45)

A autora ainda complementa que essa relação entre o “atrasado” e o “moderno” se expressam, não enquanto polos opostos, ou como termos de uma evolução, mas como um processo de reprodução recíproca, ou seja, o “atrasado” qualificando o “moderno”. (WANDERLEY, 2009, p. 45)

Nesse contexto, Wanderley (2009) afirma que:

Embora a agricultura brasileira tenha dado nos últimos trinta anos, um grande salto, sua transformação é carregada de tensões. Um certo discurso de caráter ideológico tenta apresentar estas tensões como efeitos inevitáveis da modernização, elaborando para isto uma distinção entre a esfera social e a esfera econômica. As consequências negativas da modernização – pobreza, exclusão social – seriam, assim, os efeitos sociais paralelos de um projeto economicamente necessário e por isto, socialmente justificável. (WANDERLEY, 2009, p. 63)

Para Wanderley (2009), tais tensões geradas pela modernização expressam os limites estruturais deste processo, como ela ocorreu no Brasil, é necessário ir além da afirmação de que a agricultura brasileira é moderna e encarna o progresso²⁵, é importante buscar a compreensão destas tensões e superar estes limites.

A partir da década de 90 do século XX, se tem um interesse maior por parte do Estado pela agricultura familiar no Brasil, fato este que se materializou em políticas públicas voltadas para esse segmento. Essas conquistas para a agricultura familiar é advinda das reivindicações dos trabalhadores rurais que lutavam para melhorar suas condições de produção. Diante disso, após muitas

²⁵ Ver mais em: WANDERLEY, Maria. N. B. A modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil. In: WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 45-63.

décadas, a agricultura familiar passou a ter lugar de destaque no contexto da agricultura brasileira.

Para Wanderley (2004), existe certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria normativa da agricultura familiar que se difundiu no Brasil, especialmente a partir da implantação do PRONAF²⁶, na década de 90 do século passado. Nesse sentido, as posições a esse respeito variam bastante, segundo a autora:

Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento. Para outros, agricultura familiar corresponde a certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento. (WANDERLEY, 2004, p. 43)

Ainda no contexto normativo, a Lei nº11.326 de 24 de Julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Na qual, estabelecido no art. 3º, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar àquele que pratica atividades no meio rural, atendendo os seguintes critérios:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior que 4 (quatro) módulos fiscais;
 - II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
 - IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- (MDA, 2006)

²⁶ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é um programa de política pública que financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa ainda tem as mais baixas taxas de juros de financiamentos rurais, como também menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país. Ver mais sobre este assunto no Capítulo 4.

Diante desse contexto, para o Censo Agropecuário²⁷ de 2006, cabe destacar que os estabelecimentos no qual *não* se enquadrariam nos parâmetros da Lei 11.326, seriam designados de “*não-familiares*”, onde estão também pequenos e médios agricultores, que não se enquadram na agricultura familiar que pelo limite de área quer pelo limite de renda, e também as terras públicas. (Censo Agropecuário, 2006).

A agricultura, de forma geral, tem grande importância na geração/produção de alimentos e matérias-primas; desenvolvimento dos municípios, abastecimento dos centros urbanos e industriais liberando recursos até então usados na importação de produtos agrícolas, dessa forma, ampliando o mercado interno; contribui para o crescimento econômico, liberando mão de obra para a indústria, favorecendo a modernização do campo e o rebaixamento dos salários urbanos. Pelo meio das ligações intersetoriais mais amplas, a agricultura também possibilita a transferência de capital para a indústria.

Entretanto, o segmento da agricultura familiar, atende a funções específicas, tais como multifuncionalidade da agricultura familiar. Os estudos de Carneiro e Maluf (2003)²⁸ apresentam contribuições sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar na realidade rural brasileira. Em suas pesquisas são apresentadas quatro funções que refletem aspectos particulares de cada contexto socioespacial ou território, assim como, os territórios diferenciam-se quanto à presença simultânea de várias funções e à articulação que se estabelece entre elas, a saber:

A primeira refere-se à *reprodução socioeconômica das famílias rurais*, a qual diz respeito à geração de trabalho e renda que possibilita às famílias rurais permanecerem no campo em condições dignas. Função acentuada num contexto de elevado desemprego e de baixa renda para amplos segmentos da população. Para os autores, “a agricultura continua a desempenhar papel central na reprodução econômica e social das famílias rurais no Brasil, embora que, para um bom número delas, sua contribuição menos importante é a renda

²⁷ O Censo Agropecuário de 2006 veio oportunizar o preenchimento de um importante espaço de informações oficiais para as políticas públicas de desenvolvimento rural: quantos são, onde estão, como e o que produzem os agricultores e agricultoras familiares no país.

²⁸ Ver mais em CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

monetária obtida pelas famílias com a produção agrícola própria”; (CAZELLA; BONNAL e MALUF, 2009, p. 49)

Em segundo, *a promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade*, no qual os autores consideram a segurança alimentar no sentido tanto da disponibilidade quanto do acesso aos alimentos e da qualidade destes. Segundo os autores, a pesquisa constatou a importância da produção voltada para o autoconsumo, numa conjuntura de crise da produção familiar mercantil e do desemprego urbano e rural; salientam ainda, que com relação ao provimento alimentar da sociedade, poucos agricultores reconheceram que conseguem cumprir adequadamente este papel; (CAZELLA; BONNAL e MALUF, 2009)

Terceiro, *a manutenção do tecido social e cultural*, para os autores, a agricultura continua sendo o fundamental elemento definidor da identidade e condição de inserção social das famílias rurais brasileiras; ainda que, não tem uma coincidência entre as perspectivas dos agricultores, quase sempre pessimistas a respeito ao futuro da atividade agrícola e à intenção de continuar no campo ou “no lugar” – essa aparente contradição se rompe quando se diferencia a relação dos entrevistados com o (meio) rural e com a atividade agrícola;

Por fim, *a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural*, segundo os autores, as pesquisas mostraram conflitos generalizados entre o objetivo da preservação dos recursos naturais e a prática da agricultura por parte da agricultura familiar, com relação o uso sustentável dos recursos naturais e, sobretudo, com o confronto entre as práticas agrícolas (algumas tradicionais) e aspectos da legislação ambiental. A respeito da preservação da paisagem, os autores ressaltam que “se trata de uma questão pouco ou quase nada tratada no Brasil, observando-se um menor grau de percepção no tocante à paisagem rural (mais do que a agrícola)”. (CAZELLA; BONNAL e MALUF, 2009, p. 50)

Outra função da agricultura é fortalecer o desenvolvimento dos produtores, pois além de reduzir os problemas sociais, este segmento da agricultura permite uma melhor distribuição de renda e aumento da massa de consumidores tanto no campo quanto nas cidades, ao ofertar alimentos a

baixos custos dado o caráter da mão de obra familiar não remunerada. E, não menos importante a geração de emprego e renda pela agricultura familiar permite a fixação das famílias no campo. Conforme Brose:

(...) sabe-se hoje que o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar é um dos mais importantes, simples e eficazes instrumentos de geração de emprego e renda, de geração de riquezas e de sua distribuição mais equitativa, e que constitui a base para um desenvolvimento rural sustentável que reduza a pressão sobre os serviços e a infraestrutura nos centros urbanos. (BROSE, 1999, p. 15)

Diante dessas premissas, o entendimento das novas perspectivas para os processos sociais no meio rural “passa pelo reconhecimento da agricultura familiar, como uma forma social de trabalho e produção e do desenvolvimento rural.” (CONTERATO, GAZOLLA, SCHNEIDER, 2007, p. 13).

O desenvolvimento rural, por sua vez, deve ser entendido como um movimento na direção de novas propostas para a agricultura, com novos objetivos, buscando a valorização crescente das economias de escopo em detrimento das economias de escala, o fortalecimento das sinergias com os ecossistemas locais, buscando superar o paradigma da modernização da agricultura. Dessa forma, fazem-se necessários estudos que considerem a agricultura familiar como uma categorial social estratégica para o desenvolvimento rural.

Nesta pesquisa, foram adotados alguns parâmetros que serão apresentados com a finalidade de contribuir acerca da análise da agricultura familiar camponesa e as relações com o desenvolvimento rural.

Para compreender esse contexto, parte-se do entendimento do “Sistema da Agricultura” (DINIZ, 1984),²⁹ formado pelos seguintes subsistemas: subsistema de produção, subsistema social e subsistema técnico ou funcional. As características relacionadas a cada um dos subsistemas, que serão

²⁹ Diniz (1984) identifica os elementos internos e externos que caracterizam o sistema da agricultura. Diante dessa perspectiva, podemos conceber a agricultura como um sistema formado por três subsistemas, sendo eles, social, funcional e de produção; o primeiro permite a caracterização do operador, o segundo engloba os mecanismos de transformação, e o terceiro é, essencialmente, o output e objetivo do sistema. Este permite que caracterize a organização da agricultura em qualquer lugar, região. Em torno da agricultura estão os quatro subsistemas externos, ou do meio: o econômico, o ecológico, o demográfico-cultural e o político.

estudadas nesta pesquisa, pretendem dar conta de fazer uma caracterização dos agricultores familiares camponeses no recorte espacial dessa pesquisa, utilizando apenas os elementos que compõem as características internas das unidades familiares, a partir de características de produção, sociais e técnicas. Dessa forma, nas “características sociais” busca-se analisar aspectos relacionados a força de trabalho empregada na propriedade: familiar e ou externo (trabalhador temporário permanente e ou ajuda mútua); identificar as famílias pluriativas: tipo de atividade (e se a mesma ocorre dentro ou fora da propriedade familiar) e remuneração; como também compreender as heranças agrárias a partir das formas de aquisição da propriedade (herança, compra, posse ou beneficiário de reforma agrária) e da transmissão de saberes através das gerações.

Com relação às características de produção, Diniz (1984), aborda que o subsistema de produção, responde a três tipos de questões: quanto é produzido?, o que é produzido?, para quem é produzido? Essas respostas são buscadas por meio da análise da produtividade da terra e do trabalho, da orientação da agricultura e a especialização agrícola das propriedades. Bem como, caracterizar a produção para o autoconsumo, para o mercado e a alternatividade dos produtos entre os agricultores familiares (tipos de produtos); e avaliar os processos de integração da agricultura familiar com as políticas públicas (PAA e PNAE).

Por último, as “características técnicas” busca caracterizar a intensidade da agricultura no interior das unidades de produção familiar (uso de insumos, instrumentos agrícolas, financiamentos e assistência técnica); identificar os tipos de uso da terra nas propriedades familiares (área de cultivos, áreas de pastagem artificial e natural, áreas de mata nativa, artificial e áreas não utilizáveis) e; apresentar os sistemas de cultivo (rotação de cultivos, associação de cultivos, associação pecuária/cultivos) e práticas de conservação do solo (adubação verde, prática do pousio, curva de nível, entre outros) observadas nas propriedades familiares. Este conjunto de subsistemas possibilita o estabelecimento de relações entre os elementos da organização espacial da agricultura em qualquer recorte geográfico, como no caso da área de estudo dessa pesquisa.

Capitulo 6



CAPÍTULO 6 - ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PRONAF, PAA e PNAE

Nesse capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada no município de Cerrito/RS. A proposta de análise reside em estabelecer as relações entre os pilares teórico-metodológicos e a realidade empírica investigada.

6.1 Os caminhos da pesquisa de campo: a chegada em Cerrito/RS

A proposta desta sessão é apresentar os caminhos percorridos na pesquisa de campo de natureza descritiva, para Venturi (2005) o desenvolvimento é a própria narração-descrição dos fatos e objetos observados.

A primeira etapa do trabalho de campo foi realizada no ano de 2013, a partir de uma visita exploratória no município. Uma vez que, indo de acordo com a perspectiva de Minayo (1994, p. 54), para obtermos êxito na pesquisa de campo, primeiramente, “devemos buscar uma aproximação com as pessoas da área selecionada para o estudo”.

Nesse momento, a fim de obter o maior número de informações empíricas, foi então realizada pesquisa de campo preliminar no recorte espacial da pesquisa, assim buscou-se auxílio na Prefeitura de Cerrito/RS e, por intermédio da nutricionista do município, foram obtidas algumas informações acerca de questões que eram buscadas para dar o aporte inicial da pesquisa.

Neste dia, a nutricionista conduziu-me até o local onde se realiza a Feira de Agricultores Familiares (figura 9).

Figura 9: Feira dos Agricultores Familiares de Cerrito/RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Como se pode perceber na figura 9, os agricultores do município se organizam em uma feira na cidade a fim de vender seus produtos (excedentes) para a comunidade em geral. Esta feira ocorre todas as sexta-feiras na avenida principal da cidade, e conta com a presença de aproximadamente 20 agricultores familiares.

Na Feira da Agricultura Familiar pode-se perceber que aquele local é um importante espaço construído pelos agricultores familiares, pois eles têm a oportunidade de comercializar sua produção. Para Godoy e Anjos (2007):

(...) percebe-se ainda hoje que as feiras livres têm desempenhado um papel muito importante na consolidação econômica e social, especialmente da agricultura familiar sob o ponto de vista do feirante, representando também um espaço público, sócio-econômico e cultural, extremamente dinâmico e diversificado sob o ponto de vista do consumidor. (GODOY e ANJOS, 2007, p. 364)

Após esta visita, encaminhou-se para a realização da entrevista aberta, sendo esta aplicada com os informantes qualificados, representados pelo Grupo 1, onde estes relataram questões referente as políticas públicas presentes no município.

A segunda etapa do trabalho de campo ocorreu em 2014, tendo como universo os agricultores familiares, usando o roteiro semiestrururado na realização das entrevistas.

A respeito dos locais das entrevistas estas foram realizadas em três espaços distintos: a Feira dos Agricultores Familiares (localizada na cidade de Cerrito/RS), no Encontro do Leite “10° Festa Municipal do Leite Jersey”

realizado na localidade do Passo do Santana – Cerrito/RS nos quais foram se estabelecendo laços de aproximação com os agricultores familiares para em seguida realizar as entrevistas nas propriedades rurais.

Cabe salientar, que todas as visitas para desenvolver o trabalho de campo foram previamente agendadas por intermédio da nutricionista da prefeitura. E, pelo fato de já ter realizado uma pesquisa anteriormente no município, e assim conhecer os locais, isso contribuiu na aproximação com os interlocutores.

Seguindo na condução das entrevistas e dialogando com a abordagem de Minayo (2007):

Todo pesquisador precisa ser um curioso, um perguntador. E essa qualidade deve ser exercida o tempo todo no trabalho de campo, pois este será tanto melhor e mais frutuoso quanto mais o pesquisador for capaz de confrontar suas teorias e suas hipóteses com a realidade empírica. (MINAYO, 2007, p. 62)

No transcorrer das entrevistas, tomou-se o cuidado para não conduzir os entrevistados de forma que eles falassem o que queríamos ou o que precisávamos escutar. Prosseguindo, levando em consideração os critérios já descritos, foi-se escutando e gravando as falas dos agricultores familiares, representados pelo Grupo 2. No entanto, em alguns momentos sentiu-se a necessidade de intervir com mais algumas questões a fim de complementar o que lhes eram questionados.

Importante relatar que foram adotados alguns cuidados no momento da abordagem com os entrevistados, perguntando inicialmente se gostariam de participar das entrevistas e que suas falas seriam importantes para que a pesquisa fosse desenvolvida. Ainda, foi questionado se as entrevistas poderiam ser gravadas, pelo fato de não perder nenhum detalhe da narrativa, todos entrevistados que participaram não se opuseram neste aspecto.

Estes procedimentos foram essenciais na pesquisa, pois se pode conhecer melhor a realidade pesquisada, assim como os agricultores familiares, como também identificar como os sujeitos da pesquisa conduziam-se durante a entrevista, ou seja: atitudes, gestos, suas expressões nas falas, entre outros aspectos, o que auxiliou para garantir a qualidade das informações coletadas.

Neste caminho percorrido durante o trabalho de campo, cabe nota que no percurso para as propriedades dos agricultores familiares pode-se observar geograficamente³⁰ a paisagem (figura 10) e o espaço construído por esses sujeitos. Segundo Claval(2004), a Geografia Humana:

(...) assim concebida situa-se na interface entre natureza e fatos sociais – natureza e cultura, como frequentemente se falava então nos Estados Unidos, onde as legendas dos mapas topográficos colocam seus símbolos sob dois títulos: natureza para as formas de relevo – a vegetação às águas – e cultura para as casas, as cercas, as estradas; tido aquilo que resulta da atividade humana. (CLAVAL, 2004, p.)

Figura 10: Paisagem rural no município de Cerrito-RS



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A partir de uma perspectiva clássica, para Suertegaray (2000), “os geógrafos percebem a paisagem como a expressão materializada das relações do homem com a natureza num espaço circunscrito. Para muitos, o limite da paisagem está atrelado à possibilidade visual.” (SUERTEGARAY, 2000, p. 20)

Milton Santos (1997), numa abordagem contemporânea, concebe paisagem como a expressão materializada do espaço geográfico, interpretando-a como forma. Sendo assim, o autor considera paisagem (figura 10) como um constituinte do espaço geográfico (sistema de objetos e sistema

³⁰Para Claval (2004) os geógrafos se “interessam pelas paisagens desde que sua disciplina foi constituída: é através deles que os viajantes, que se utilizam da geografia, apreendem a natureza das regiões que percorrem”.

de ações). Ainda para Santos (1997,p. 83) a “paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas e entre o homem e a natureza”.

No decorrer da pesquisa de campo, encontraram-se algumas facilidades e dificuldades. Dentre as facilidades podem-se destacar as relações com a Prefeitura, ressaltando o apoio da Nutricionista do município. Outro fator foi a disponibilidade do Veterinário EMATER em auxiliar na pesquisa de campo e nas visitas em propriedades rurais. E, também, a disponibilidade das famílias agricultoras em fornecer informações no momento da realização da entrevista.

Como toda a pesquisa encontra algum ponto de dificuldade, esta também se defrontou com algumas, tais como: relações com algumas instituições públicas no momento de fornecer informações sobre o universo da agricultura familiar no município; longas distâncias entre as propriedades rurais; identificação das famílias participantes das políticas públicas e o roteiro das entrevistas muito extenso.

Após a coleta das informações foi realizada a organização do material, sendo assim, foi feita a transcrições das entrevistas, no qual esta foi realizada com muita atenção, cuidado, seriedade e responsabilidade, pois compreende-se que esta etapa é mais delicada, uma vez que o pesquisador está tratando com informações pessoais. O primeiro passo foi então salvar as informações das entrevistas no computador, após isso, foi escutado cada uma delas e paralelamente transcrevendo-as, da forma como foram narradas.

Com relação à observação, esta foi feita através do diário de campo, e quanto as os registros das paisagens foram através do levantamento fotográfico para, posteriormente, serem utilizadas como demonstração ilustrativa da escrita.

6.2 Repercussões das políticas públicas na ótica dos mediadores sociais entrevistados

No ano de 2013 e 2014, foi realizada uma pesquisa de campo no recorte espacial da pesquisa, utilizando a técnica da entrevista cuja interlocução com os informantes definidos como representados pelos mediadores sociais (Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Rural e da Agricultura, Secretaria de Planejamento e de Gabinete e EMATER), os quais relataram questões referentes às políticas públicas presentes no município. Nesta ocasião foram feitas entrevistas abertas com nutricionista da SME, sendo representado como entrevistado A, Secretário de Planejamento e de Gabinete da Prefeitura Municipal, entrevistado B e o representante da EMATER, entrevistado C. Destarte será visto na próxima sessão a aplicabilidade destas políticas públicas no município de Cerrito/RS.

Sobre as Políticas Públicas voltadas para a agricultura familiar que existem no município foi constatado que são o PRONAF, PNAE e PAA, sendo estas de competência da esfera federal e o programa RS Mais Igual³¹, promovido pelo governo estadual.

De acordo com informações do entrevistado A, *Cerrito foi um dos primeiros municípios que aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos*, fazem parte deste programa, coordenado pela EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Rio Grande do Sul, 15 famílias de agricultores.

Sobre o Programa RS Mais Igual, na fala dos entrevistados B, C, *o programa beneficia 50 famílias rurais de baixa renda, eles recebem fomento para incrementar novas atividades produtivas, é uma política muito importante no contexto local e, já está no segundo ano do programa*. A EMATER faz o acompanhamento direto dessas 50 famílias, com visitas de orientação nos projetos produtivos, laudos de avaliação, e assistência técnica, na busca de alternativas para as propriedades familiares com área física bastante limitada, em torno de 5 a 10 hectares.

Perguntado a respeito de como ocorre o acesso ao PRONAF para os agricultores familiares do município e como são estabelecidas as relações entre as instituições financeiras e os agricultores familiares deste município, o representante da EMATER explicou que *o contrato é bastante simplificado e estabelecido entre os agricultores e o Banco do Brasil*. As contratações do crédito, segundo o entrevistado C, *são feitas diretamente junto ao responsável na agência bancária e ainda, que a renda do agricultor tem um caráter auto declaratório rápido, diferente de alguns lugares que são bem burocráticos que*

³¹ Ver BOX 1

também trabalham com o Banco, e a liberação via PRONAF. Aqui é bem facilitado, as coisas acontecem com uma agilidade bem grande. Sobre os que trabalham com o PRONAF, devem dar em torno de 2 a 3 milhões de reais, por ano, com esse programa em projetos.(EMATER, 2014)

Questionado em que medida as políticas públicas atendem as demandas (crédito, mercados, assistência técnica e extensão rural) dos agricultores familiares do município, para o entrevistado C, *o PRONAF atende de forma de facilitar o crédito e, principalmente, ao oferecer taxas de juros diferenciadas.*

No que concerne ao número de agricultores que acessam as políticas públicas no município são, aproximadamente, 50 agricultores no PRONAF, 15 agricultores beneficiados com o PAA, 15 participam do PNAE e 50 agricultores fazem parte da política estadual do RS Mais Igual 50, no entanto, os que estão aptos a fazer uso das políticas são mais de 800 agricultores no município de Cerrito/RS.

De acordo com o relato do entrevistado A, observa-se que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foi adotado pelo município, no entanto, inicialmente, os agricultores estavam com receio de aderir à participação no programa, pois *consideravam que o ingresso de renda era baixo por meio da comercialização com o governo municipal.* Mas, atualmente, há outros agricultores familiares que ainda não fazem parte do PNAE, mas gostariam de participar.

O PNAE em 1955, foi assinado o Decreto nº37. 106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar, garantindo por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica, sendo esta a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Tendo como objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, de forma que contribua para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como, promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Para o entrevistado A *essa política do PNAE foi um avanço considerável nisso tudo é uma coisa que é lei não tem mais volta, sai a Dilma e*

entra outro, existe. E eu acho que a tendência é aumentar esses 30% obrigatórios, eu acho que aumenta mais.

O entrevistado A ressalta que *aquelas famílias que tem até 70 reais per capita que é muito pouco, então nós estamos incentivando a se enquadrarem, os que querem entrar com algum tipo de agricultura que querem plantar, porque é mais um mercado que está se abrindo.* O entrevistado complementa ainda que: *às vezes a gente até diz assim: só falta a gente querer plantar pra eles.* Nesse contexto, os entrevistados percebem que o retorno financeiro para os agricultores tem sido positivo e ainda, abordam sobre a questão da qualidade e variedade de alimentos produzidos, pois a compra está condicionada a produção ecológica.

Cabe salientar ainda, que a Secretaria de Educação e a Prefeitura Municipal oferecem orientações a respeito das embalagens dos alimentos e das normas da vigilância sanitária. E, com relação à entrega dos produtos agrícolas esta é feita de maneira a facilitar a logística dos agricultores familiares, e o transporte desses produtos está a cargo da Prefeitura Municipal.

Diante dessas premissas, observa-se que a administração municipal está incentivando a participação dos agricultores nos projetos de desenvolvimento.

Segundo o entrevistado B, existem sete (7) escolas de Ensino Fundamental e Médio no município e uma (1) de Ensino de Educação Infantil, sendo que duas (2) localizam-se na cidade e as outras cinco (5) na área rural. Segundo ele, *isso é uma particularidade que poucos municípios possuem.* A maioria dos alunos são filhos de agricultores familiares, como também, os professores têm origens no rural.

No entanto, o entrevistado B ressalta que:

(...) mas agora o que precisa é apoio, na realidade mesmo as pessoas que estão no campo, os pais que estão no campo, na verdade eles preparam os filhos para trabalhar na cidade. A leitura tá feita, o futuro está no campo, está onde se produz comida. (...) O futuro está no campo, mas os governos têm que ter uma compensação de incentivo em termos financeiros para casais jovens vão para lá. Pois o “cara” tem que dizer “eu vou ficar no campo porque vai ter futuro, vou ter apoio público”, pois quem vai perder com isso é a sociedade. (...) Nós todos temos consciência da importância, da necessidade, as ações são muito pequenas tímidas em relação a implantar isso. (Secretaria Municipal de Planejamento, 2013)

Diante do exposto, o entrevistado A ressalta que, ainda é muito lenta essa transformação. Afirmando que, *a iniciativa já começou a partir da merenda escolar. Pois, antes o que eles produziam e acabavam não utilizando eles colocavam fora, porque ninguém comprava.*

Ao perguntar sobre o fornecimento de alimentos para a merenda escolar, este é totalmente atendido pelos agricultores familiares do município, o entrevistado B explicou que:

Não, claro que assim na época que tem a gente compra (período da safra), então tomate a gente sabe que tem, então eu digo: quantos quilo você tem para me entregar, ai eles dizem 100, mas se eu preciso de 200, eu digo não tem problema, os outros 100 eu busco em outro lugar, não vou deixar de pegar, eu não vou deixar também desatendida a escola, mas a minha prioridade é pra ele. Claro que eu não poderei pedir pra ele assim em Julho tomate, porque eu sei que eles não vão ter. (Secretaria Municipal de Planejamento, 2013)

Os principais tipos de atividades produtivas (produção animal e vegetal) do município estão voltados tanto para o mercado quanto para o autoconsumo. A respeito dessa questão, o entrevistado C salienta que *a produção da soja vem crescendo nos últimos anos em Cerrito, juntamente com a produção de milho.* O cultivo de hortaliças é ainda pouco expressivo para o mercado, sendo destinado basicamente para o autoconsumo. Segundo o entrevistado A, *agora que começou para o mercado com essas políticas públicas, isso é que está começando abrir o mercado para os agricultores.* Pode-se identificar que a produção animal (figura 11) de maior destaque no município é o leite, sendo este produto comercializado junto às cooperativas de laticínios.

Figura 11. Criação de gado leiteiro no município de Cerrito/RS



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A produção leiteira do município é uma das principais atividades agrícolas e responsável pela geração de renda para os agricultores familiares e melhores condições de vida ao agricultor. Sendo o leite um produto de alto valor nutritivo, consumido principalmente como fonte de alimentos e vitaminas para as crianças e idosos. Segundo Silva Neto e Basso:

Ainda que os preços pagos ao produtor possam afetar negativamente o seu ânimo e a sua auto-estima, a produção de leite pode ser considerada uma atividade estratégica para o desenvolvimento, principalmente quando se trata das regiões coloniais do Estado do Rio Grande do Sul. (SILVA NETO e BASSO, 2005, p.54)

Com relação os produtos que são comprados desses agricultores familiares encontram-se: batata, cebola, cenoura, couve, brócolis, tempero verde, feijão, carnes, mandioca, batata doce, abóbora, conforme as figuras 12, entre outros.

Figura 12: Produtos para Feira dos Agricultores Familiares em Cerrito – RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Sobre os principais benefícios obtidos com o acesso às políticas públicas como o PRONAF, PAA e PNAE, o entrevistado A diz que:

Os benefícios são muitos, começando por questões objetivas, valorização da produção, geração de renda, agregação de valores aos produtos locais, resgate da alimentação mais saudável, autoestima dos agricultores, então houve uma transformação muito grande nisso aí, tanto assim para eles como para o mercado local, aumentou, melhorou, acho que só teve coisas boas o PAA e o PNAE, e o PRONAF muitas vezes ajuda para que eles sigam no PAA e no PNAE, uma coisa puxa a outra. (SME, 2014)

Nota-se que o objetivo da Prefeitura, juntamente com a SME, a partir dessa política pública é estimular os agricultores familiares, ou seja, ao aumentar a oferta de alimentos haverá também a possibilidade de ampliar a renda familiar com a comercialização junto aos mercados institucionais.

De acordo com o entrevistado A, este mencionou que: *a gente faz os preços de acordo com o mercado aqui, não é aquela coisa vamos comprar barato! Não a gente valoriza, mas também não superfatura e eles sabem disso.* A principal exigência do PNAE é a qualidade dos alimentos comercializados e que são destinados às escolas, servindo também de estímulo à produção ecológica na agricultura familiar.

Quando perguntado se ocorrem no município encontros, reuniões, cursos com os agricultores familiares que fazem parte do PNAE, o entrevistado A falou que:

(...) esse ano nós fizemos uma palestra com eles sobre “Alimento Orgânico nas Escolas”, agora nós vamos marcar outra. Teve uma moça que fez o Doutorado sobre essa questão das políticas públicas pela UFPEL, então ela vai vir aqui para falar para os professores, gestores, serventes das escolas, os próprios agricultores juntos para tentar assim mostrar a valorização da merenda, porque as vezes assim a gente tem essa, não é bem dificuldade, porque as vezes o professor acha que a educação é encher o quadro de matérias e deu, só que eu bato, bato, bato, que a merenda escolar, que a alimentação também faz parte da educação, é cidadania para esses alunos. (SME, 2013)

A participação da comunidade local é importante nos projetos de desenvolvimento, mas para isso, é necessário estimular a atuação efetiva dos atores sociais que fazem parte desse processo. Pois, a partir da construção coletiva e participativa espera-se que os resultados sejam mais efetivos a médio e longo prazo.

Outra questão feita aos entrevistados foi com relação às associações e/ou cooperativas de agricultores familiares. Segundo o entrevistado B, *anteriormente existia uma Associação de Agricultores do Município e, atualmente, foi criada uma cooperativa (COAFAC – Cooperativa dos Agricultores Familiares de Cerrito) formada por 45 agricultores. No entanto, ainda está em processo de consolidação, porque não existem condições financeiras para organizar a estrutura burocrática da cooperativa, (como por exemplo, a contratação de um contador para gerenciar a contabilidade).*

As políticas públicas acessadas pelos agricultores ainda são estabelecidas por grupos informais. Nesse sentido, a COAFAC não tem nenhuma atuação com relação à mediação na implementação das políticas públicas. Segundo o entrevistado A:

Aqui a cooperação iniciou do zero, eles estavam ali, nós tivemos que vender essa ideia que valia a pena, que era mais uma fonte de renda pra eles, ai que eles começaram, nós até levamos um agricultor, seu Rubens, e ele dizia “quando eu ia imaginar que nós seríamos valorizados e estar aqui dando esse depoimento pra vocês de que a gente agora não é mais um, nós somos uma classe agora que esta sendo valorizada. (SME, 2014)

Na perspectiva do entrevistado, foi essa a essência, enfatizando *fazer nossos agricultores do município crescer, (...) em cima dessas políticas*

públicas, agora a ideia é fazer com que eles entrem nessa cooperativa, se estruturarem, para irem caminharem sozinhos. Então, foi assim que nós abraçamos essa causa trabalhosa.

Pode-se perceber através da pesquisa de campo que o Programa Nacional de Alimentação Escolar representa um importante estímulo para a agricultura familiar do município ao oferecer produtos locais para a merenda escolar, e a adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos possibilitou mais uma opção de mercado para os produtos da agricultura familiar. Observou-se, também, que o objetivo da Prefeitura, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, é possibilitar o acesso às políticas públicas, estimulando os agricultores familiares a aumentar a oferta de alimentos para os mercados institucionais, no sentido de ampliar a renda familiar com o emprego da mão de obra da própria família.

Após este panorama geral sobre a presença das políticas públicas no recorte espacial da pesquisa, buscou-se conhecer a organização da agricultura familiar e o olhar dos agricultores sobre essa questão, a fim de compreender se há relação destas com o desenvolvimento rural no município de Cerrito/RS.

Assim sendo, primeiramente será apresentada a organização da agricultura familiar com base em características sociais, técnicas e de produção.

6.3 Caracterização da Agricultura Familiar: subsistemas social, técnico e de produção

A fim de analisar a agricultura familiar camponesa no recorte espacial dessa pesquisa, o roteiro de entrevistas teve como base o sistema proposto por Diniz (1984), propondo uma aproximação metodológica com o referido autor.

Subsistema Social

O subsistema social busca analisar aspectos relacionados a força de trabalho empregada na propriedade: familiar e ou externo (trabalhador temporário permanente e ou ajuda mútua); identificar as famílias pluriativas: tipo de atividade (e se a mesma ocorre dentro ou fora da propriedade familiar)

e remuneração; como também compreender as heranças agrárias a partir das formas de aquisição da propriedade (herança, compra, posse ou beneficiário de reforma agrária) e da transmissão de saberes através das gerações.

Com relação ao sexo e a faixa etária das famílias agricultoras que participaram das entrevistas foram registradas 16 mulheres e 13 homens, ainda, observa-se que se tem um maior percentual dos agricultores pesquisados (mulheres e homens) encontra-se entre 41 a 45 anos, sendo que entre as mulheres é importante salientar que um número significativo encontra-se entre 51 a 55 anos. Com base na tabela 10, identifica-se que se tem um número representativo de homens e mulheres com mais de 60 anos.

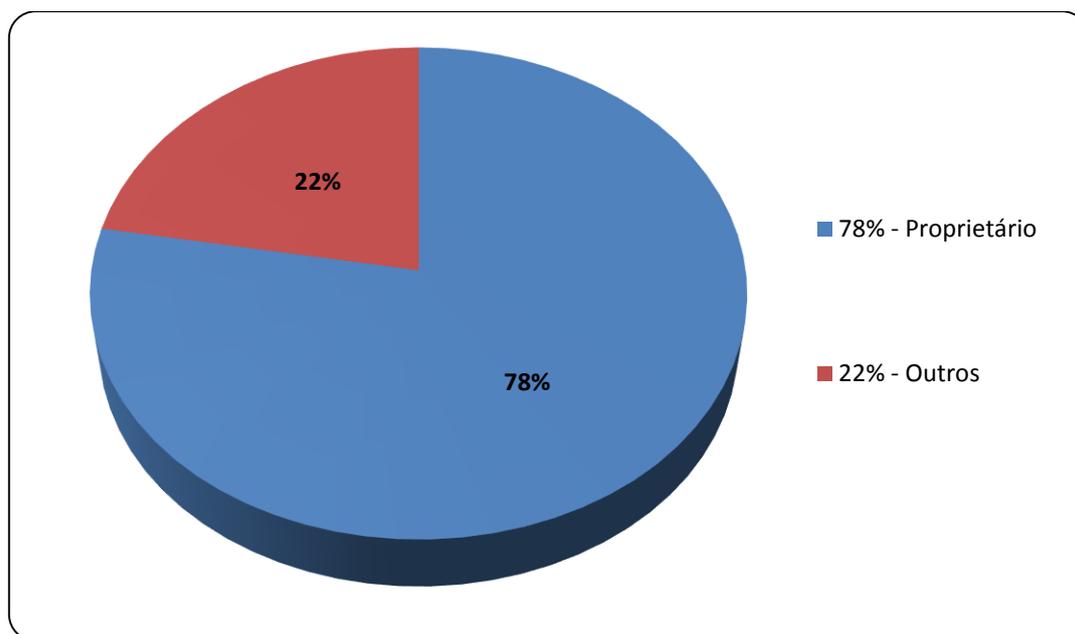
Tabela 10: Faixas etárias por sexo nas unidades de produção familiar pesquisadas- Cerrito- RS.

Faixa Etária	Homens	Mulheres
0 a 5 anos		
6 a 10 anos	1	1
11 a 15 anos	1	2
16 a 20 anos	0	1
21 a 25 anos	1	0
26 a 30 anos	1	1
31 a 35 anos	0	2
36 a 40 anos	1	1
41 a 45 anos	3	3
46 a 50 anos	1	1
51 a 55 anos	0	3
56 a 60 anos	1	0
Mais de 60 anos	3	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

No gráfico 1 observa-se que sobre a condição dos agricultores familiares 78% dos entrevistados são proprietários, e 22% de não proprietários residem com mais algum membro do núcleo familiar, como os pais e sogros.

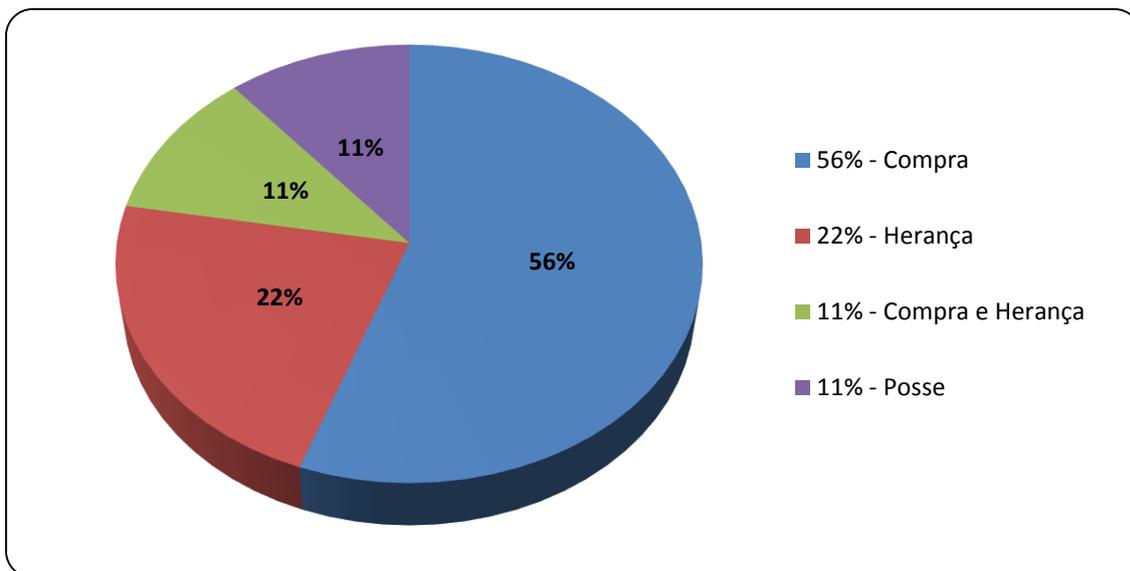
Gráfico 1: Condição do produtor nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito –RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Quanto à formação da propriedade, os agricultores familiares entrevistados informaram que as terras foram adquiridas por meio de quatro formas: compra, herança, compra e herança e a posse. Dessa forma, os dados do gráfico 2 mostram que 56% dos entrevistados obtiveram suas terras através da compra, seguida de herança (22%), e compra e herança, e posse (11%).

Gráfico 2: Formação da propriedade entre as unidades familiares pesquisadas- Cerrito – RS.

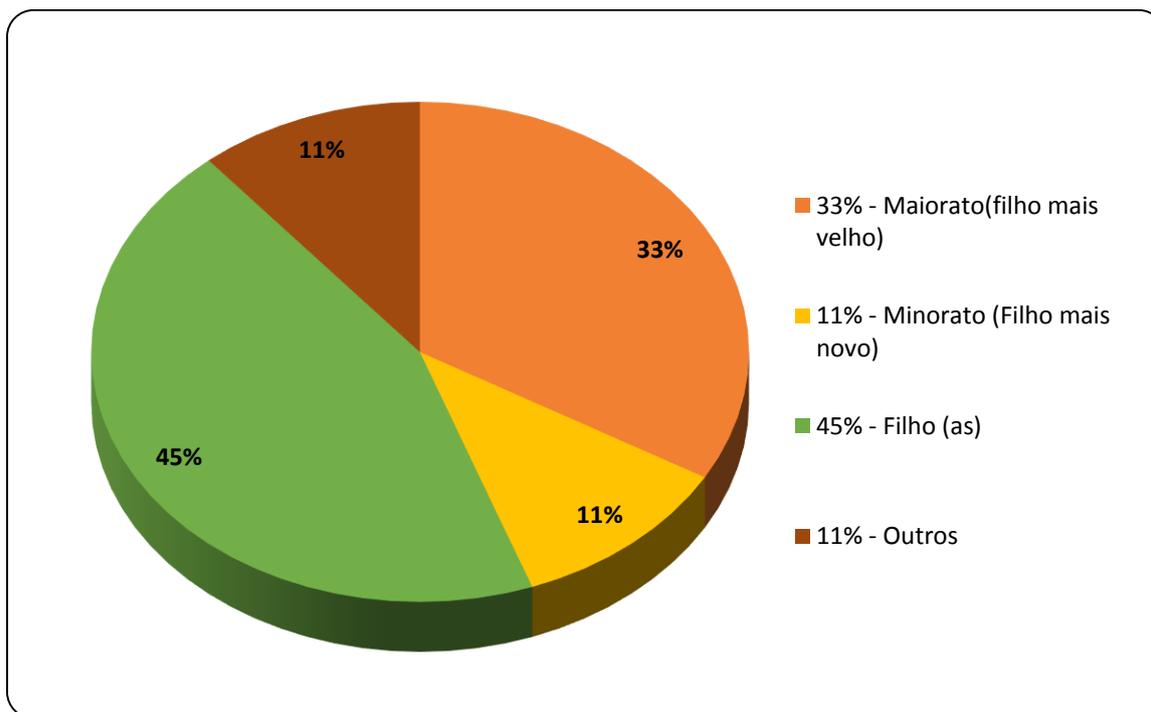


Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Um dos aspectos mencionados pelos agricultores familiares foi que existem poucas formas de financiamento da compra de novas áreas de terras, sendo que os financiamentos disponíveis são de valor inferior ao desejado pelos produtores. Uma das linhas citadas pelos entrevistados para essa aquisição foi o chamado Banco da Terra.³²

Com relação à sucessão hereditária, conforme demonstrado no gráfico 3, 45% dos agricultores familiares entrevistados relataram que querem deixar a propriedade para os filhos, no entanto, ainda não sabem se eles desejam permanecer no meio rural. Pode-se perceber que 11% deles pretendem deixar as terras para o filho mais novo da família, ou ainda para parentes do núcleo familiar. Embora este seja apenas um ponto de vista dos pais, permanecendo ainda a dúvida de quem será o sucessor familiar. Nesta informação, cabe salientar que as falas contemplam tanto o filho (homem) quanto a filha (mulher), não tendo distinção de gênero no concerne a sucessão hereditária.

³² A finalidade do Banco da Terra, ou Fundo de Terras e Reforma Agrária, é financiar os imóveis rurais diretamente aos interessados e também a infraestrutura comunitária.

Gráfico 3: Sucessão hereditária nas unidades familiares - Cerrito-RS.

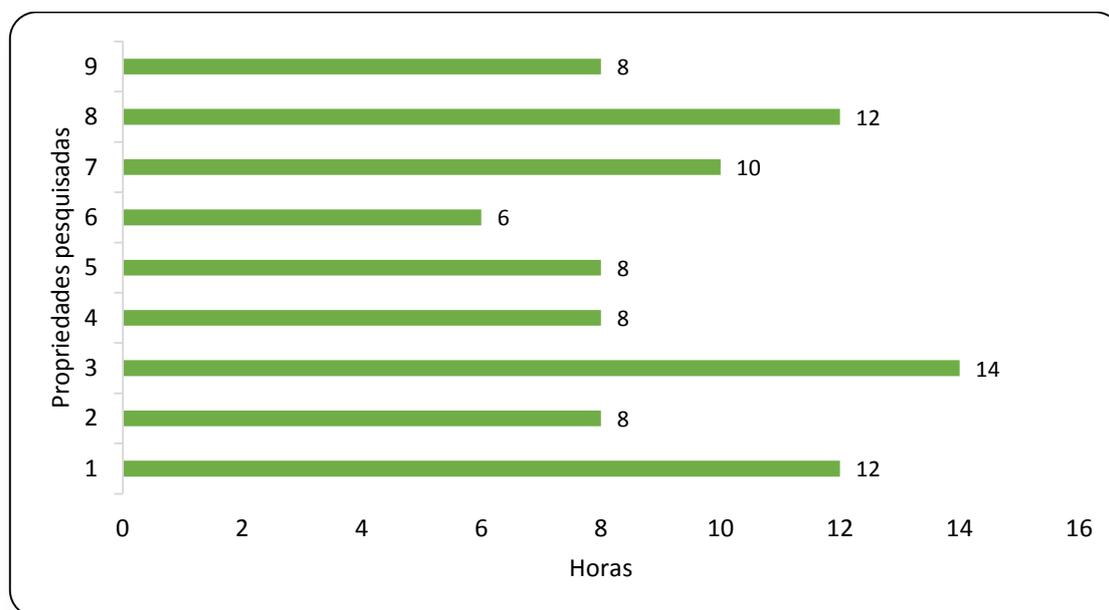
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Nessa conjuntura, com relação à permanência ou não dos filhos no campo, foram apontados alguns indicativos pelos agricultores familiares durante a entrevista, questões como: o próprio desinteresse em continuar nas atividades do campo, não saber sobre o futuro do campo (no que será investido de políticas públicas para o meio rural), e o fator disponibilidade de força trabalho (uma vez que os filhos saem para estudar na cidade, no entanto, ao retornar não encontram apoio para permanecer ativos naquele espaço). Para Costa (2006, p.47), “a oferta de emprego urbano e a valorização do estudo como meio de ascensão social tem forte pressão sobre a desvalorização do trabalho agrícola.”

Sendo assim, percebe-se a necessidade de desenvolver mecanismos políticos, sociais, educacionais e culturais para o espaço rural, considerando ainda acesso a tecnologia, espaços de formação profissional, crédito e comercialização, criando assim novas oportunidades que permitam o jovem continuar vivendo e produzindo no campo.

Em termos de média trabalhada por dia, os agricultores familiares se dedicam nas atividades agrícolas de aproximadamente 8 horas, e nos períodos de época de colheita chegam a 14 horas.

Gráfico 4: Quantidade de horas trabalhadas por dia nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito- RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A quantidade de horas destinadas às atividades produtivas nas propriedades rurais, incluindo todas as tarefas desempenhadas em suas propriedades, varia desde 6 horas de trabalho/dia até 14 horas/dia, como pode ser observado no gráfico 4. A quantidade média de horas trabalhadas pelos agricultores fica em torno de 9 horas e meia de trabalho por dia.

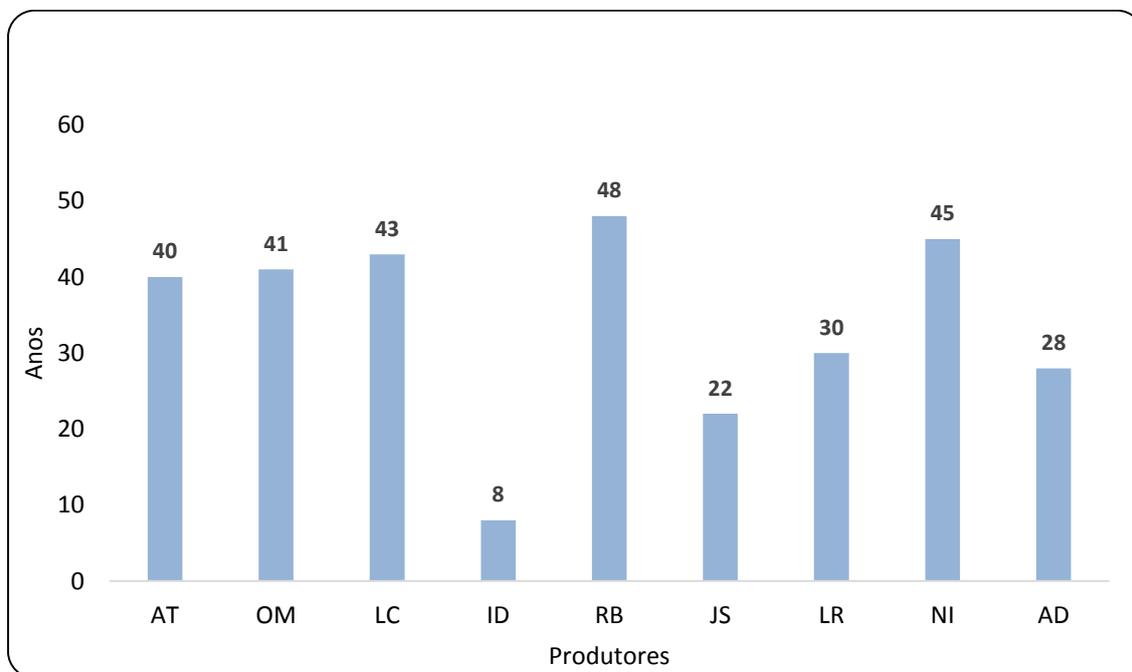
Quando questionados se algum membro da família prestava serviços fora da propriedade, apenas dois dos entrevistados relataram que sim, os tipos de atividades são serviços para a Prefeitura e auxiliar de enfermagem, ambos com remuneração não agrícola.

Quanto à contratação de trabalhador temporário ou permanente, somente dois dos entrevistados contratam trabalhador diarista para o serviço de trator, e a remuneração é com parte da produção.

Com relação ao tempo que as famílias entrevistadas residem no Distrito teve-se uma média aproximadamente 38 anos, observando o gráfico 5, tendo apenas o agricultor ID que reside há 8 anos no município, e o mais antigo RB

com 48 anos. A maioria tem como local de origem municípios vizinhos, como Canguçu e Pelotas.

Gráfico 5: Tempo de residência da família nas unidades familiares pesquisadas - Cerrito-RS.



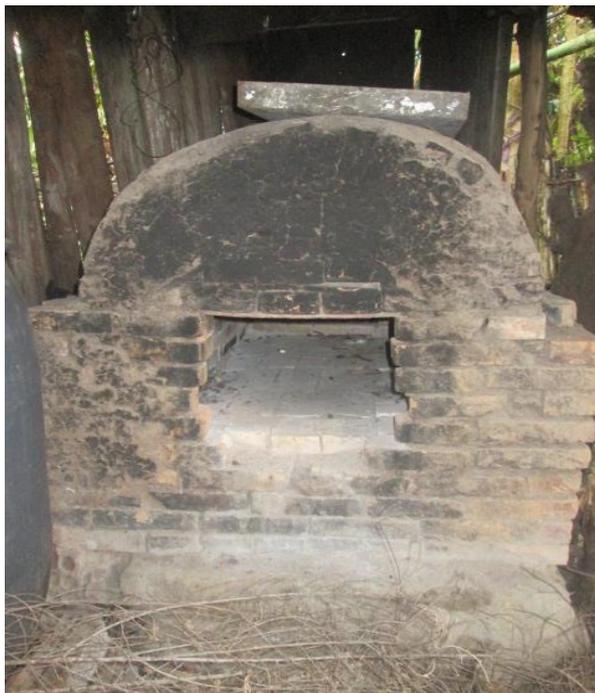
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Quanto os tipos de atividades agrícolas que existem nas propriedades rurais que foram herdadas dos antepassados, pode-se identificar que quatro dos entrevistados indicaram a atividade leiteira, um entrevistado mencionou o cultivo da batata-doce, e os outros salientaram que nenhuma.

Entre uma das visitas nas propriedades rurais, encontrou-se ainda uma tradição realizada pela família que é o *pão assado em forno de barro*³³, como podemos visualizar na figura 13.

³³ O primeiro pão assado em forno de barro foi a 7000 a.C. no Egito, que mais tarde descobriram o fermento. O pão chegou à Europa em 250 a.C. sendo preparado em padarias, mas com a queda do império romano, as padarias fecharam e o pão teve que ser feito em casa. Somente a partir do século XII a França começou a melhorar e então no século XVII o país se destacou como centro mundial de fabricação de pães.

Figura 13: Forno de barro em Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

No caso de atividades recentes nas propriedades, foram citadas pelos entrevistados o cultivo do pêssigo, laranja, morango, batata-doce, criação de peixes e avicultura. Dessa forma, sobre essas atividades econômicas, o agricultor AD quando questionado sobre os motivos de adotar a avicultura, menciona que *é para agregar renda e melhorar a terra. Aumentando assim a produção de leite por causa do aviário.*

Subsistema técnico

O subsistema técnico busca caracterizar a intensidade da agricultura no interior das unidades de produção familiar (uso de insumos, instrumentos agrícolas, financiamentos e assistência técnica); identificar os tipos de uso da terra nas propriedades familiares (área de cultivos, áreas de pastagem artificial e natural, áreas de mata nativa, artificial e áreas não utilizáveis) e; apresentar os sistemas de cultivo (rotação de cultivos, associação de cultivos, associação pecuária/cultivos) e práticas de conservação do solo (adubação verde, prática do pousio, curva de nível, entre outros) observadas nas propriedades familiares.

O grau de tecnificação das atividades produtivas nas propriedades pesquisadas é variável, sendo que alguns agricultores possuem equipamentos

modernos e outros combinam máquinas e insumos com técnicas e instrumentos tradicionais. Como se pode perceber na tabela 11, das propriedades pesquisadas, quatro possuíam trator (figura 14), sendo que destas uma possuía dois tratores para realização de suas atividades.

Tabela 11: Máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.

Máquinas e equipamentos agrícolas	Nº de propriedades
Trator	5
Arado mecanizado	5
Carroça	4
Pulverizador	7
Aleirador	2
Plantadeira	3
Tração animal	2
Discos	4
Reboque	5
Plaina	1
Grade	6
Roçadeira	4
Subsolador	4
Trilhadeira	2
Capinadeiras	3
Ensiladeira	1
Outros (enxada, carreta agrícola, trado)	3

Fonte: Pesquisa de campo,2014.

Figura 14: Uso de trator nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Nas atividades produtivas, a tração animal, como está representada na figura 15, permanece de fundamental importância no desempenho das suas atividades agrícolas. Conforme relatos dos entrevistados, a tração animal foi utilizada por muito tempo como a única técnica no manejo da propriedade. No entanto, atualmente, apenas duas propriedades utilizam a tração animal como meio de implementar seus cultivos e como meio de transporte dentro de suas unidades de produção. As vantagens na tração animal, segundo Embrapa “é a alternativa mais econômica para a pequena propriedade, podendo servir de montaria, movimentar máquinas estacionárias, tracionar implementos e transportar mercadorias.” (EMBRAPA, 1993)

Figura 15: Uso da tração animal nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Encontrou-se no conjunto de propriedades pesquisadas três agricultores familiares que possuíam plantadeiras de plantio direto (figura 15), estas são utilizadas para realização de várias culturas dentro da propriedade, sendo de fundamental importância para as atividades produtivas. As plantadeiras são utilizadas, principalmente, para a implementação de pastagens de inverno e para plantio de milho. No caso do milho, este tem por finalidade ser utilizado na forma de silagem como alimento para o rebanho leiteiro.

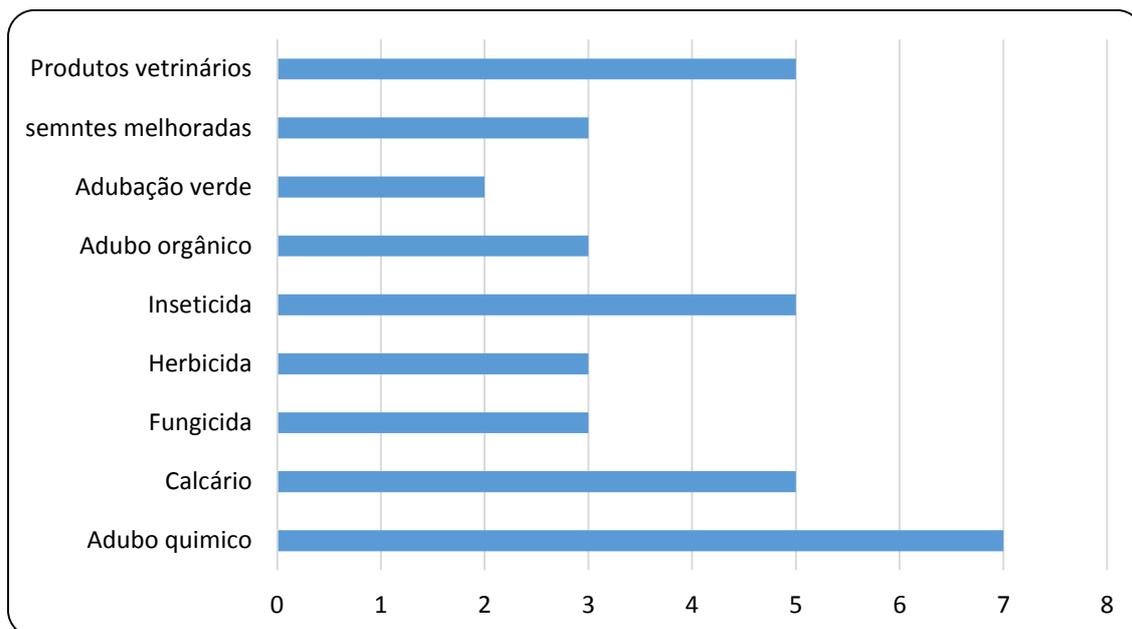
Dentre os equipamentos utilizados no cultivo de pastagens e lavouras destaca-se o arado a disco (figura 16), tendo dentro das unidades produtivas diversas funções na produção, das famílias agricultoras pesquisadas quatro possuíam este equipamento. Entretanto, com o desenvolvimento de novas técnicas produtivas para o cultivo de pastagens e das culturas de inverno e verão nas unidades pesquisadas, este equipamento vem perdendo espaço devido ao uso de plantio direto na palha, realizados com plantadeiras.

Figura 16: Equipamentos Agrícolas utilizados nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Com relação aos tipos de insumos utilizados (gráfico 6) nas propriedades entrevistadas, pode-se perceber uma maior representatividade dos adubos químicos, seguido de produtos veterinários, inseticida, fungicida e calcário.

Gráfico 6: Insumos utilizados nas unidades familiares pesquisadas -Cerrito-RS.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Considera-se que a assistência técnica para os agricultores familiares tem um papel fundamental no fomento das atividades agrícolas. Segundo os entrevistados, com relação ao tempo que recebem assistência técnica, identificou-se uma média de 14 anos.

A assistência técnica (figura 17) é prestada através de técnicos da EMATER, da Prefeitura Municipal e técnicos de cooperativas. E, a frequência de visitas técnicas nas propriedades rurais se dá de forma quinzenal e mensal, os entrevistados salientam ainda que em situações que necessitam de auxílio dos técnicos, em casos isolados ou de emergência técnica, eles entram em contato diretamente com os técnicos, os quais fazem atendimento direto em suas propriedades.

Figura 17: Uso de Assistência Técnica nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Subsistema de Produção

De acordo com Diniz (1984), o subsistema de produção, responde a três tipos de questões: quanto é produzido?, o que é produzido?, para quem é produzido?. Essas respostas são buscadas por meio da análise da produtividade da terra e do trabalho, da orientação da agricultura e a especialização agrícola das propriedades. Bem como, busca caracterizar a produção para o autoconsumo, para o mercado e a alternatividade dos produtos entre os agricultores familiares (tipos de produtos); e ainda, avaliar os processos de integração da agricultura familiar com as políticas públicas que caracterizam os mercados institucionais (PAA e PNAE).

No que diz respeito às dimensões físicas das propriedades rurais pesquisadas, observou-se que a média de hectares das unidades de produção é de 29 ha. Sendo 96 ha a propriedade de maior tamanho e 1 ha a de menor quantidade de área, conforme representado na tabela 12.

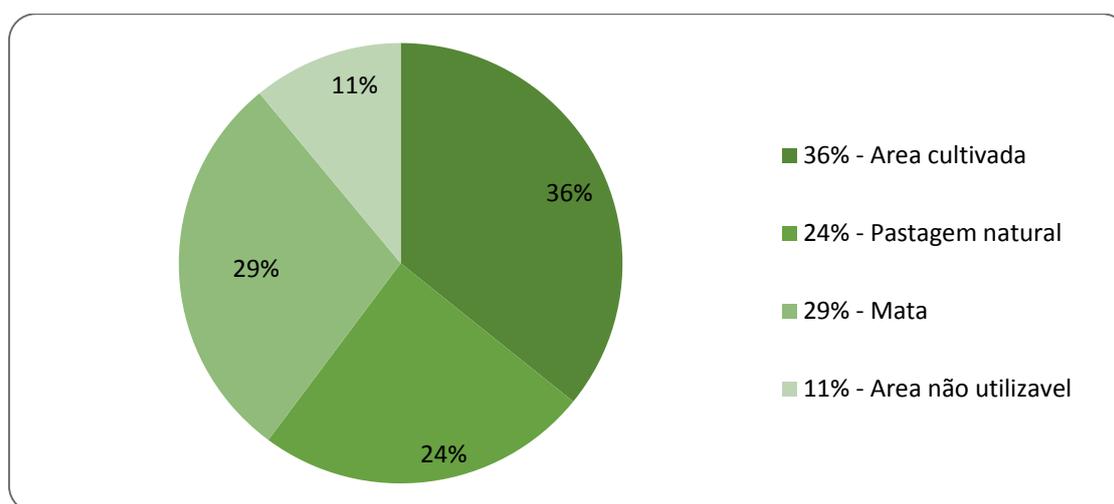
Tabela 12: Área das propriedades pesquisadas em Cerrito-RS.

Área (ha)	Nº de unidades
1 a 5	1
6 a 10	2
11 a 15	1
16 a 20	0
21 a 25	0
26 a 30	2
31 a 35	0
36 a 40	0
41 a 45	2
Acima de 46	1
TOTAL:	9

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

O gráfico 7 demonstra os percentuais do uso do solo nas propriedades e suas finalidades, sendo estas: área cultivada, pastagem natural, mata e área não utilizável.

Gráfico 7: Uso do solo nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito -RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

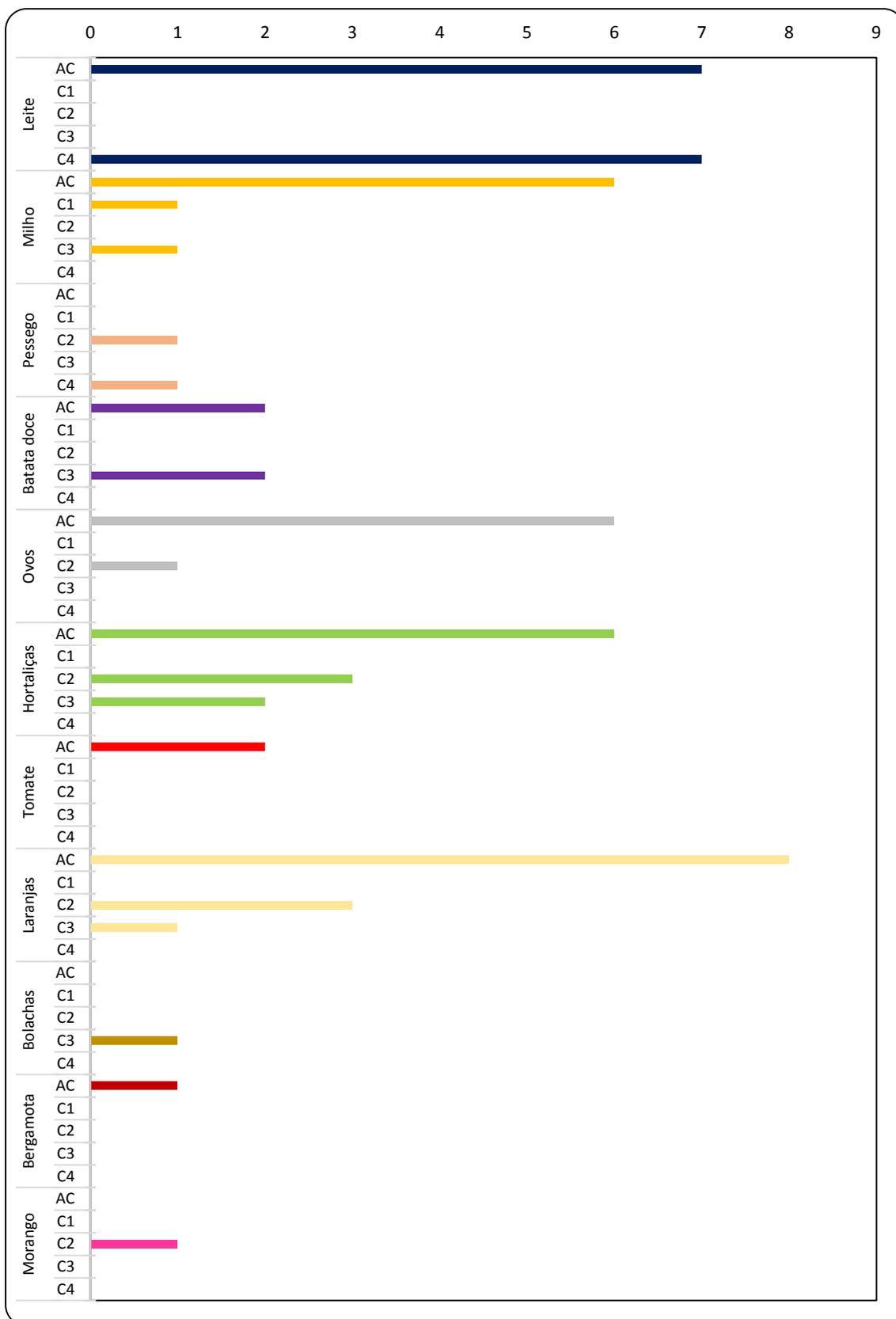
O gráfico 8 permite visualizar a representatividade geral da produção agrícola e não agrícola nas propriedades rurais pesquisadas, tais como: leite,

milho, pêssego, batata-doce, ovos, hortaliças, tomate, laranja, bolachas, bergamota e morango. Para uma melhor compreensão da comercialização utilizou-se as seguintes denominações e suas indicações: AC – Autoconsumo C – Comercializacão (1- Comercialização atacadista; 2- Comercio varejista; 3- Feiras livres; 4- Agroindústrias; 5- Intermediários).

Como pode ser observado, dos produtos que possuem maior representatividade na composição da renda dos entrevistados, elencam-se os que foram mencionados com de maior importancia, tais como: a atividade leiteira, produção de hortaliças e laranjas e a batata-doce. Percebe-se ainda que juntamente com a produção que tem representatividade econômica na composição da renda, existe um conjunto de produtos cujo destino é também o autoconsumo, são eles: o leite, a laranja, as hortaliças, o milho e os ovos.

Nesse contexto, compreende-se que o autoconsumo é importante para a reprodução social das famílias agricultoras e para a manutenção da qualidade de vida e permanência deles no campo.

Gráfico 8: Produtos produzidos nas unidades familiares pesquisadas e o tipo comercialização- Cerrito-RS.

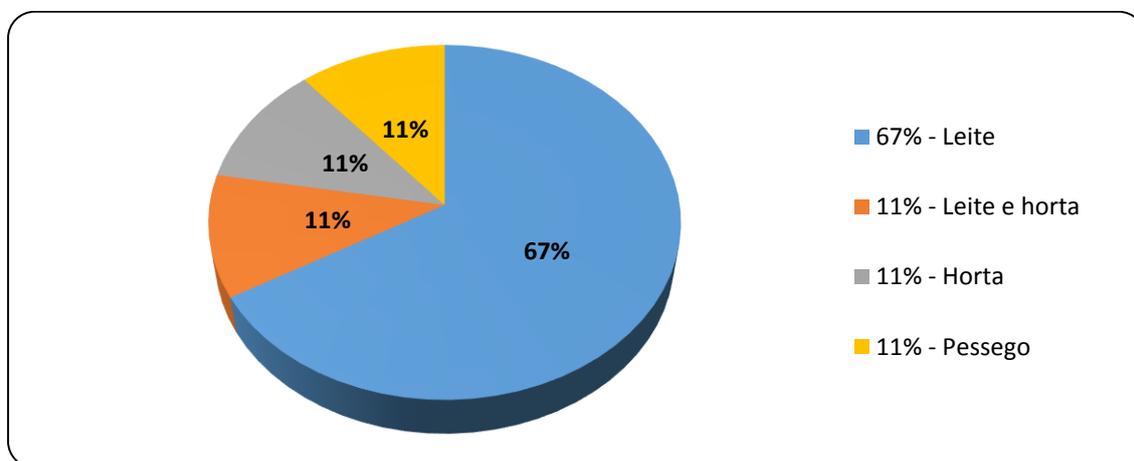


Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Com relação aos produtos que têm maior importância na formação da renda familiar, pode-se perceber um destaque para o leite com 67% da composição da renda, conforme o gráfico 9. Esta atividade produtiva tem grande importância para aos agricultores familiares e para a economia local do município.

Dentre as atividades citadas pelos entrevistados que fazem parte da composição da renda agrícola nas propriedades rurais, tem-se a horta e o pêssego, e o leite (figura 18).

Gráfico 9: Participação das atividades na formação da renda nas unidades familiares pesquisadas - Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Figura 18: Atividades produtivas nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A principal forma de produção do leite nas propriedades rurais pesquisadas é com o rebanho alimentando-se a pasto diretamente no campo, sendo que na maioria das propriedades utiliza-se alguma forma de manejo das pastagens, através de piquetes para o rodízio na utilização da área de pastagem da propriedade. Esse manejo apresenta um custo relativamente baixo por litro de leite produzido, sendo economicamente rentável e com sustentabilidade ambiental, pois produz menores impactos sobre as áreas de pasto nativo.

Para os períodos de restrição na oferta de alimento para os animais, realizam pastagens cultivadas de inverno, onde parte da área da propriedade é destinada para plantação de algum tipo de forrageira. Esta prática, devido a sua importância estratégica na manutenção da produção leiteira da propriedade, é realizada com adubação e correção do solo. Como já mencionado anteriormente, alguns produtores fazem também plantio de milho para silagem, sendo está uma excelente fonte de alimento para os períodos de redução na produção de pasto.

Algumas propriedades no município têm entre suas linhas de produção a criação de aves em sistema integrado com a COSULATI (Cooperativa Sul-Riograndense Laticínios Ltda), sendo que o produtor realiza uma parte do ciclo de criação da ave em sua propriedade até que esta esteja pronta para o abate. Entretanto, a cooperativa fornece para o agricultor as aves, a ração, e os medicamentos, realizando também o financiamento dos galpões (aviários) onde as aves são criadas.

Com relação a inserção desta atividade na composição da renda do produtor, isso ocorre de duas formas: uma pela venda direta das aves para a cooperativa, outra pela utilização de subprodutos como o adubo orgânico, este último utilizado na adubação das pastagens aumentando sua produtividade e gerando uma maior oferta de alimento para o rebanho leiteiro e, conseqüentemente, aumentando a produção de leite.

Percebeu-se que a produção de leite é uma das principais estratégias produtivas dos agricultores familiares, pois garante a permanência dessas famílias no campo, devido à possibilidade de renda mensal e da alta resistência

às mudanças climáticas. Em períodos de estiagem diminui-se a produção, mas não cessa, não havendo interrupção na renda do produtor durante aquele período ou ano. Ao contrário, alguns cultivos anuais, quando não há uma determinada quantidade de chuva em períodos de crescimento da planta, tem perda da produtividade, comprometendo assim a renda e os investimentos do agricultor naquele período.

Pode-se observar que para os produtores, a atividade leiteira é altamente rentável, pois não necessita de grandes quantidades de área e sendo que se adapta bem ao tipo de relevo do município, o qual apresenta leves ondulações, como pode-se perceber na figura 19.

Ainda outro aspecto favorável nesta produção é que ela não necessita de grandes investimentos como maquinários, tratores e implementos que tem um alto valor monetário para sua aquisição.

Figura 19: Características topográficas do Município de Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Para a produção de alimento dos animais no inverno, onde necessita utilizar de algum tipo de máquinas e implementos, o agricultor familiar pode fazer uso da patrulha agrícola municipal, como se pode observar na figura 20, sendo que para a utilização desta somente é necessário um agendamento prévio na Prefeitura, junto a Secretaria de Agricultura.

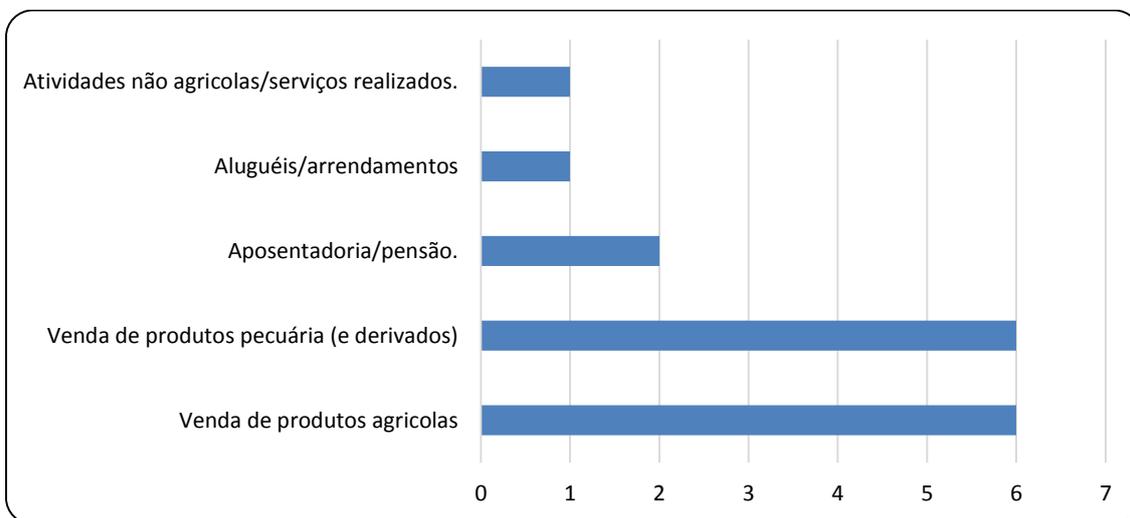
Figura 20: Patrulha Agrícola Municipal – Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A formação da renda nas propriedades é composta, principalmente, pela venda de produtos animais e derivados e de produtos vegetais, como se pode perceber no gráfico 10.

Gráfico 10: Formação da renda nas unidades familiares pesquisadas - Cerrito-RS.

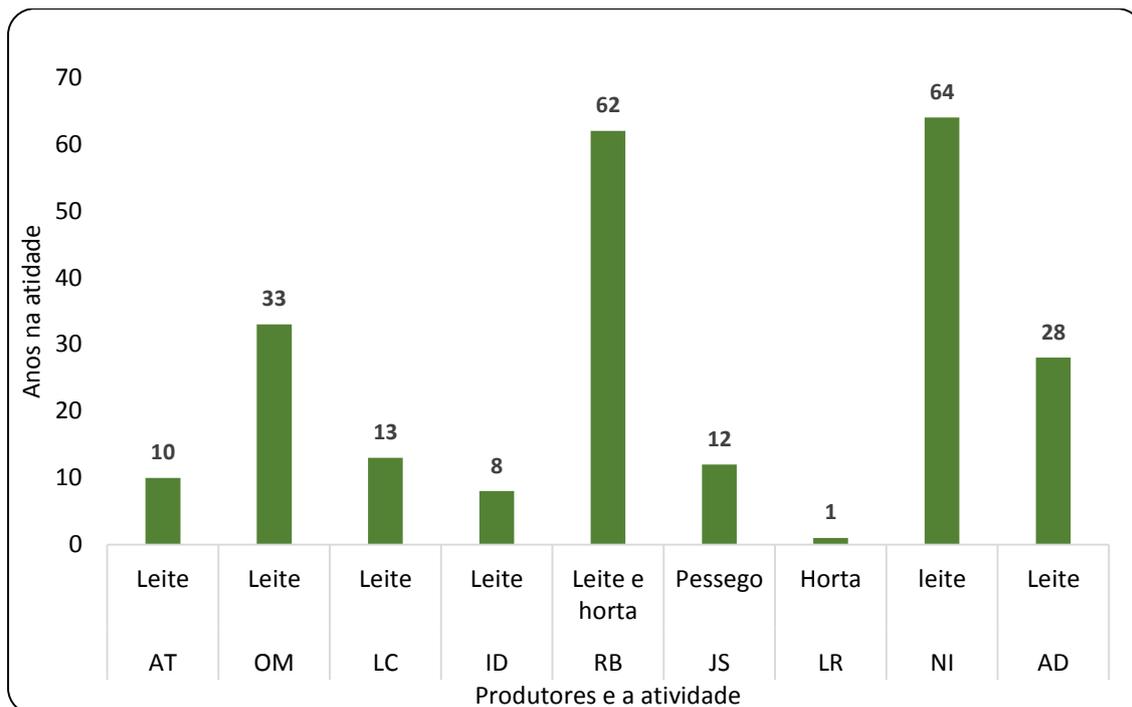


Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

O gráfico 11 apresenta o tempo de dedicação dos agricultores familiares às atividades produtivas. Como se pode observar, na atividade leiteira os agricultores familiares que se dedicam há mais tempo a essa atividade são os

entrevistados NI e RB com 64 anos e 62 anos, respectivamente. Ainda, o agricultor RB trabalha com o cultivo de hortaliças há 62 anos. Pode-se observar também que a entrevistada LR é a agricultora com apenas um ano desenvolvendo a atividade de horta.

Gráfico 11: Tempo dedicado à principal atividade produtiva nas unidades familiares pesquisadas - Cerrito-RS.

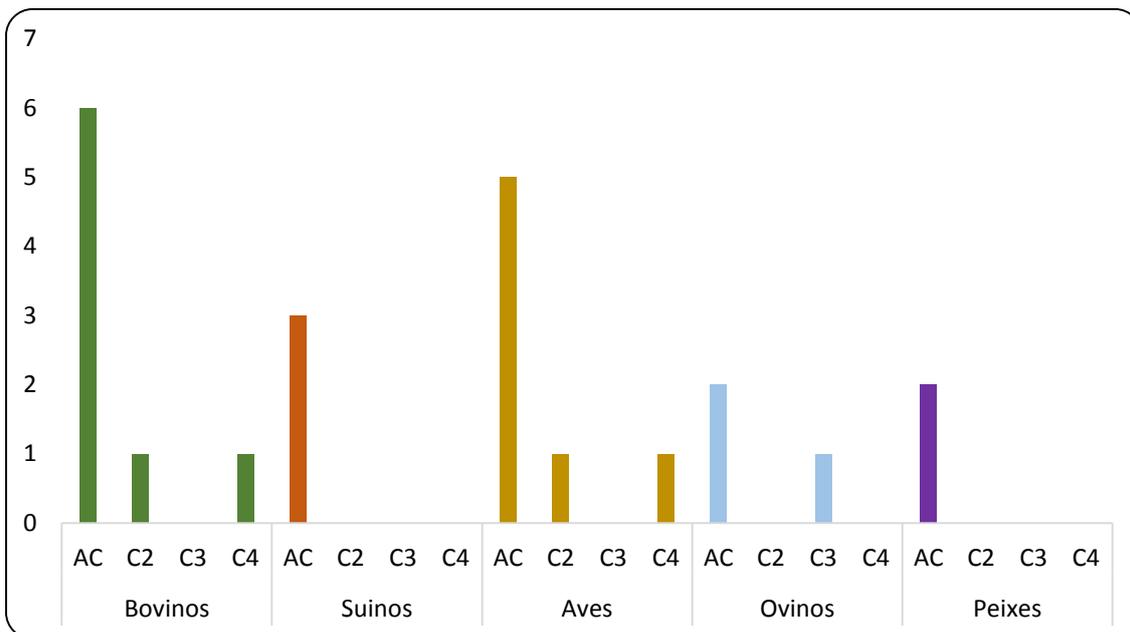


Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

As informações do gráfico 12 tratam do tipo de criações existentes nas propriedades rurais e suas finalidades, no qual se pode perceber que todas as criações dos animais também têm como finalidade o autoconsumo. Sendo que a criação de peixes e suínos é realizada exclusivamente para suprir as necessidades de autoconsumo das famílias pesquisadas. As criações com maior representação no AC das unidades familiares são os bovinos e aves e comercializado, tanto em C2 e C4. E, por fim, nota-se que os ovinos são destinados ao AC e para a comercialização em C3.³⁴

³⁴ Lembra-se como já mencionado anteriormente que para uma melhor compreensão da comercialização utilizou-se as seguintes denominações e suas indicações: AC – Autoconsumo C – Comercialização (1- Comercialização atacadista; 2- Comercio varejista; 3-Feiras livres; 4- Agroindústrias; 5- Intermediários).

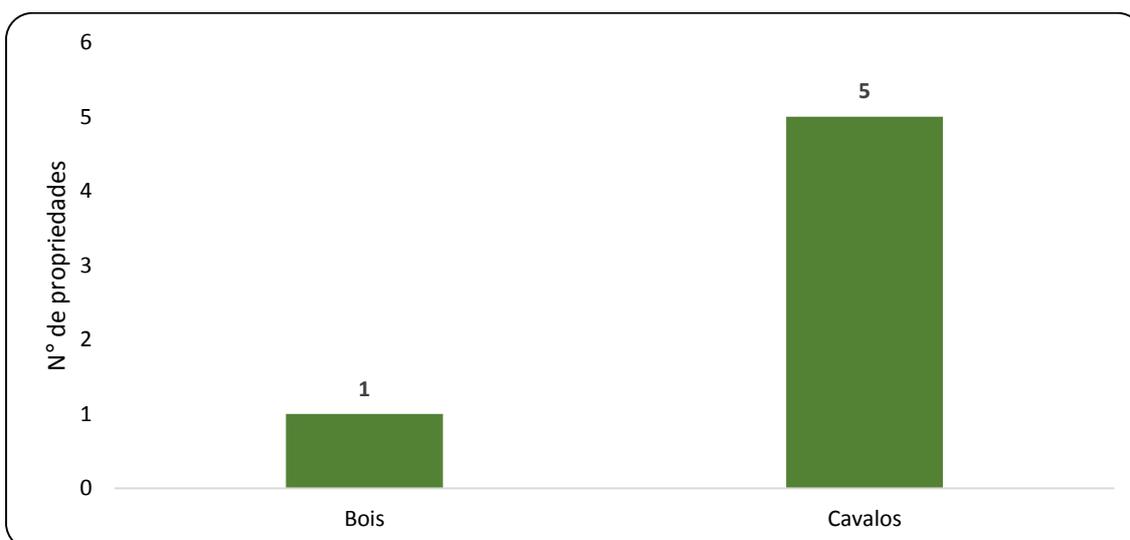
Gráfico 12: Tipo de criação e suas respectivas finalidades es familiares nas unidades familiares pesquisadas - Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Os dados do gráfico 13 demonstram que o cavalo utilizado como animal de tração tem uma maior importância que os bois, sendo que ambos, juntamente com os tratores, são importantes para as atividades agrícola e como meio de transporte.

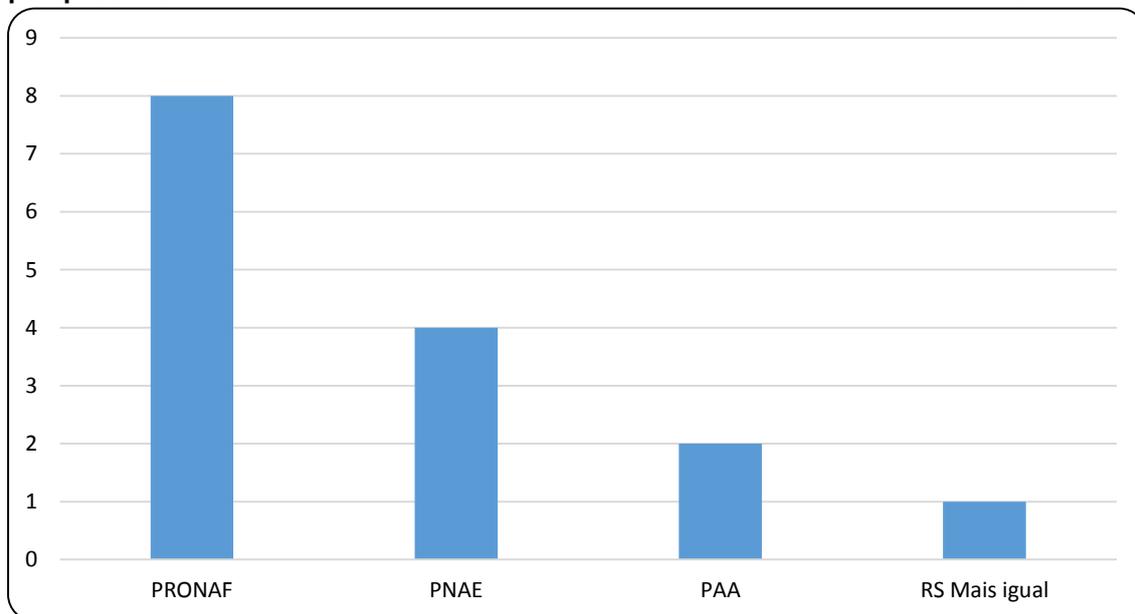
Gráfico 13: Animais de trabalho utilizados nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

6.4 Repercussões das Políticas Públicas na ótica dos agricultores familiares entrevistados

Gráfico 14: Programas do Governo Federal acessados pelas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Os dados do gráfico 14 indicam os programas federais que foram adotados pelo município, sendo eles os seguintes: PRONAF, PNAE e PAA. No entanto, o município possui um programa de nível estadual denominado Programa RS Mais Igual. Observa-se que entre os agricultores familiares entrevistados há uma participação maior no PRONAF, seguido pelos agricultores familiares que participam do PNAE, do PAA, e, finalmente, tem uma pequena parcela de participação no Programa RS Mais Igual.

A explicação para a maior participação dos agricultores familiares no PRONAF está fundamentada no fato da diversidade de linhas de créditos e financiamentos que este programa possui. Na tabela a seguir podem-se visualizar as linhas de financiamentos que os produtores acessam no PRONAF.

Tabela 13: Relação de agricultores e a linha de financiamento que acessam no PRONAF-Cerrito –RS.

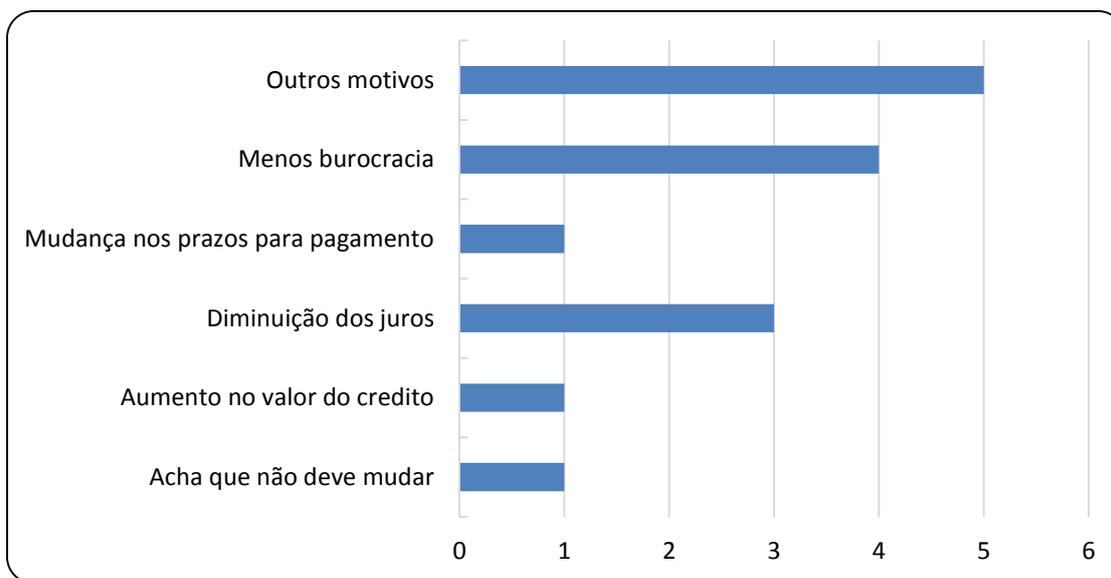
LINHA DE FINANCIAMENTO	AGRICULTORES								
	LC	AD	OM	AT	JS	ID	RB	LR	NI
PRONAF Custeio			X	X	X	X	X		X
PRONAF Microcrédito Rural			X		X			X	
PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Famílias									X
PRONAF Jovem	X								
PRONAF Mulher		X							
PRONAF Semiárido									
PRONAF Mais Alimento – Investimento		X	X						

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A tabela 13 demonstra que a linha de crédito mais acessada é o PRONAF Custeio, isto devido ao alto custo de implementação das culturas anuais e/ou pelos custos de produção ser relativamente expressivos comparando com a renda dos agricultores.

A segunda linha mais acessada é o microcrédito rural, onde está pode ser aplicada de várias formas, para atividades agrícolas e não agrícolas, tendo como finalidade a geração de renda para o núcleo familiar.

Gráfico 15: Aspectos elencados pelos agricultores entrevistados em relação ao que deve mudar no PRONAF. Cerrito-RS



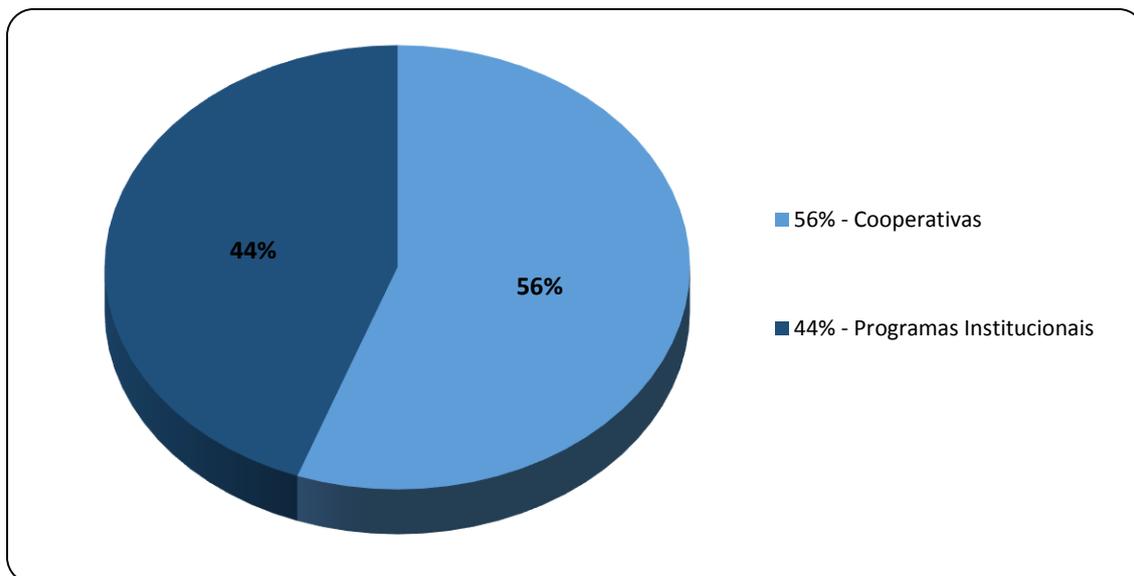
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

O gráfico 15 representa os aspectos de maior relevância elencados pelos agricultores familiares entrevistados sobre o que poderia mudar no PRONAF. Como se pode observar o aspecto mais apontado foram *outros motivos*, tais como a manutenção da conta corrente. Ainda foi mencionado *menos burocracia*, seguido da *diminuição dos juros*, e entre os menos citados pelos agricultores familiares foi a mudança nos prazos para pagamento, aumento no valor de crédito, e ainda alguns agricultores acham que não deve mudar nada.

Ao serem questionados sobre a melhor forma de comercializar a produção (gráfico 16) 56% dos entrevistados responderam que é através da Cooperativa e 44% é através dos Programas Institucionais³⁵. Para Zylbersztajn (1994) as cooperativas podem ser vistas como formas de integração vertical dos agricultores, em direção a atividades de comercialização, industrialização e produção de insumos.

³⁵Neste, sendo destaque o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE).

Gráfico 16: Formas de comercialização da produção nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Questionados a respeito se é produzido algum alimento de forma orgânica ou agroecológica (sem utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos)? Sete dos agricultores familiares que fizeram parte da pesquisa disseram que não produzem. O entrevistado RB ressalta que *antes no município participava de um grupo que produziam de forma orgânica e comercializavam sua produção em um “quiosque” na BR 293. No entanto, este grupo atualmente não existe mais.*

O entrevistado AT ressaltou que *estou iniciando a mudança na forma de produzir para a produção orgânica, pois esta é uma forma na qual não se utiliza os agrotóxicos, e assim o alimento torna-se mais seguro e saudável.*

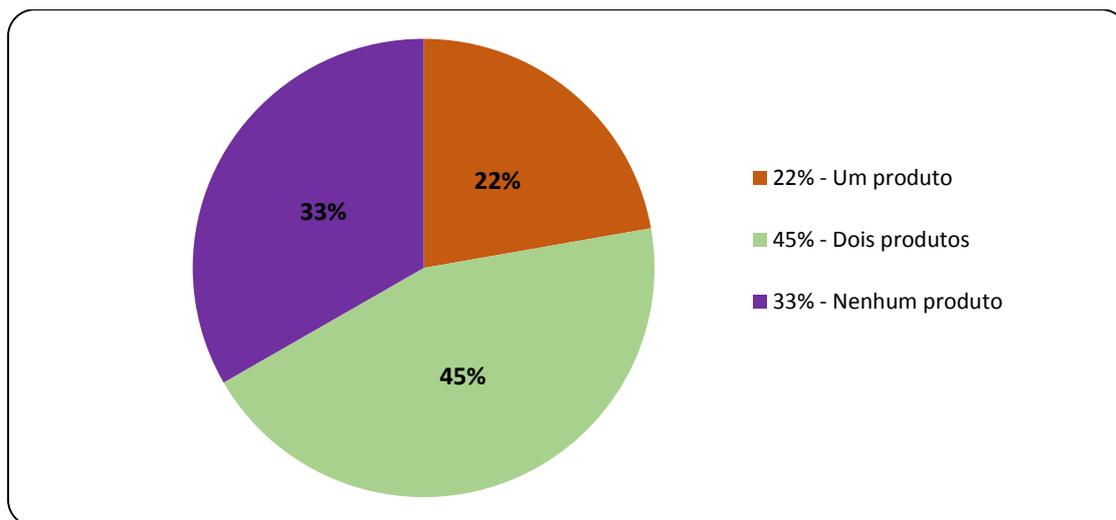
No entanto, identificaram-se alguns agricultores que produzem de forma orgânica como no caso da entrevistada LR que tem a sua horta 100% de forma orgânica. Ainda, o entrevistado OM, onde este menciona que em sua propriedade tem a produção de hortaliças da forma orgânica.

Para Schultz (2011):

A agricultura orgânica assume maior legitimidade com a crescente preocupação da opinião pública a respeito dos impactos ambientais. O seu conceito e sua prática atuais estão presentes no debate das questões relacionadas à noção de “desenvolvimento sustentável”. As características da agricultura orgânica refletem os contornos das amplas discussões sobre a preservação ambiental, que emergem a partir de 1960. (SCHULTZ, 2011, p. 167)

Entende-se por agricultura orgânica, o método de produção agrícola que busca conciliar a produção com a manutenção dos recursos naturais, excluindo o uso de agrotóxicos e outros meios artificiais de manejo das lavouras e criações. (AGRECO, 1996)

Gráfico 17: Uso de agrotóxico nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Sobre a utilização de agrotóxico e sua intensidade (gráfico 17), 22% dos agricultores familiares responderam que utilizam 1 produto, 45% utilizam 2 ou mais produtos e 33% não usam nenhum tipo de agrotóxico. Nesse contexto, observa-se no gráfico 18 que 77% dos entrevistados utiliza algum tipo de agrotóxico.

Cabe salientar, que durante a entrevista, identificou-se durante as falas que os agricultores familiares manifestaram o desejo de realizar algum tipo de cultura orgânica e/ou agroecológica em suas propriedades, sendo que foi relatado que a quantidade e a intensidade usada dos produtos estava sendo diminuída.

Os insumos utilizados nas unidades de produção familiar, como também suas finalidades e formas de aquisição serão elencados na sequência:

- NI – Utiliza fertilizantes orgânicos e fertilizantes químicos, adquire estes produtos com recursos próprios;

- RB – Utiliza em sementes melhoradas, e a forma de aquisição é através de recursos próprios;
- ID – Utiliza agrotóxicos, compra produtos veterinários, e a aquisição por intermédio da cooperativa COSULATI a qual é associado e fornece os produtos;
- JS – Utiliza agrotóxicos, fertilizantes químicos, inseticidas/fungicidas naturais, e a forma deste agricultor compra-los é com recursos do PRONAF e com recursos resultantes da venda da produção do seu estabelecimento rural;
- AT – Utiliza agrotóxico, fertilizantes orgânicos, fertilizantes químicos, inseticidas/fungicidas naturais, sementes melhoradas, produtos veterinários, a forma que este agricultor adquire é a partir de recursos próprios;
- OM – Faz uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos, inseticidas estes produtos são adquiridos com recursos do PRONAF, ainda o produtor faz a aquisição de sementes melhoradas através do programa Troca-troca. E aquisição de produtos veterinários é através dos recursos advindos das atividades econômicas produtivas da propriedade rural;
- LC – Usa agrotóxicos, fertilizantes químicos, inseticidas/fungicidas naturais, e produtos veterinários, por meio de compras com recursos próprios;
- AD – Utiliza agrotóxicos, fertilizantes químicos, inseticidas/fungicidas naturais e produtos veterinários, e a forma de aquisição é a partir de seus recursos próprios.

Segundo Gorgen (2004):

É possível diminuir e aos poucos ir eliminando o uso de venenos na agricultura à medida em que comunidades inteiras vão fazendo em conjunto a passagem para outro modelo tecnológico baseado nos recursos da própria natureza e na agroecologia. (GORGEN, 2004, p.75)

Ainda para o autor, a diversificação por si só e a rotação de culturas já reduz o uso dos agrotóxicos (“venenos”, segundo palavras do autor)

Perguntados sobre as facilidades que os agricultores familiares encontravam para produzirem, foram elencados os seguintes pontos:

- Venda garantida dos seus produtos;
- Programas governamentais;
- Assistência técnica;
- Resfriador a granel;
- Morar perto da estrada, facilitando assim o transporte de seus produtos;
- Ajuda da cooperativa, assistência técnica da EMATER e os órgãos públicos;
- Retorno financeiro, e renda mensal.

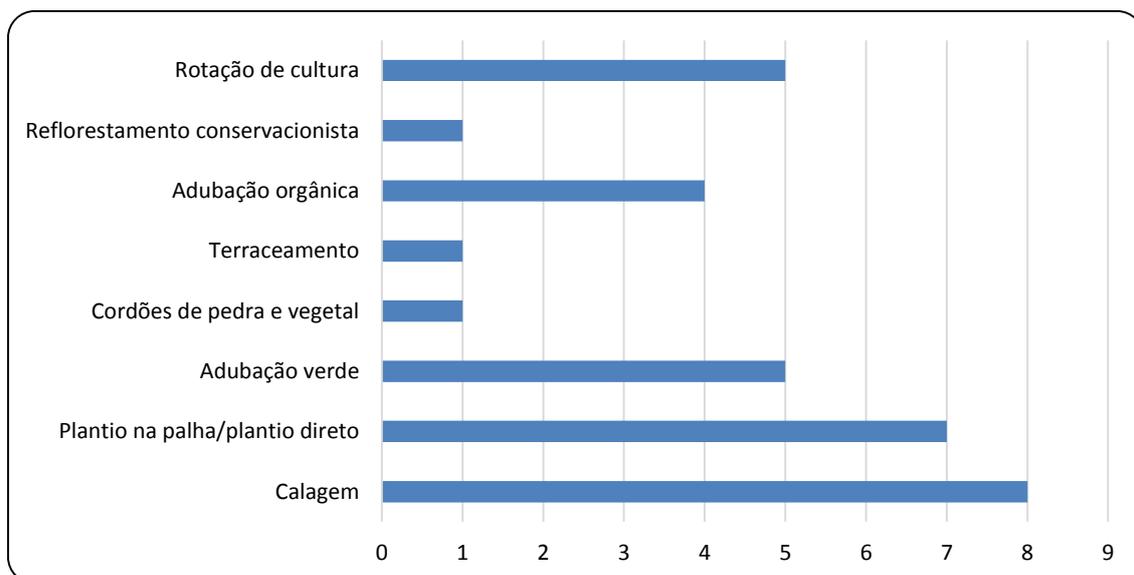
Dentre as dificuldades que foram apontadas pelos agricultores familiares, foram as seguintes:

- Problemas com a rede de luz, tendo a necessidade de ligar o gerador;
- Pouca valorização do produtor de leite, sendo um serviço diário, desgastante.
- Preço do leite;
- Tem que ter poço para horta, nos períodos de estiagem para garantir a produção. Outra dificuldade é a questão do clima, devido aos períodos de estiagem.³⁶
- Falta de mão de obra;
- Variação da quantidade produzida devido a enfermidades nas vacas leiteiras, como exemplo, a mastite, o que reduz a produção;
- Custo do frete, e os medicamentos para os animais;

As principais técnicas de conservação/uso do solo adotadas no estabelecimento familiar foram apontadas pelos agricultores entrevistados no gráfico 18, dentre elas as mais utilizadas são calagem, plantio na palha/plantio direto, adubação verde e rotação de cultura, adubação orgânica, mencionadas nessa ordem.

³⁶ No entanto, é importante salientar no que se refere a ocorrência de estiagem no município de Cerrito-RS, nos últimos anos não se tem ocorrido, devidos aos fatores climáticos favoráveis.

Gráfico 18: Técnicas de Conservação/uso do solo nas unidades familiares pesquisadas-Cerrito-RS.

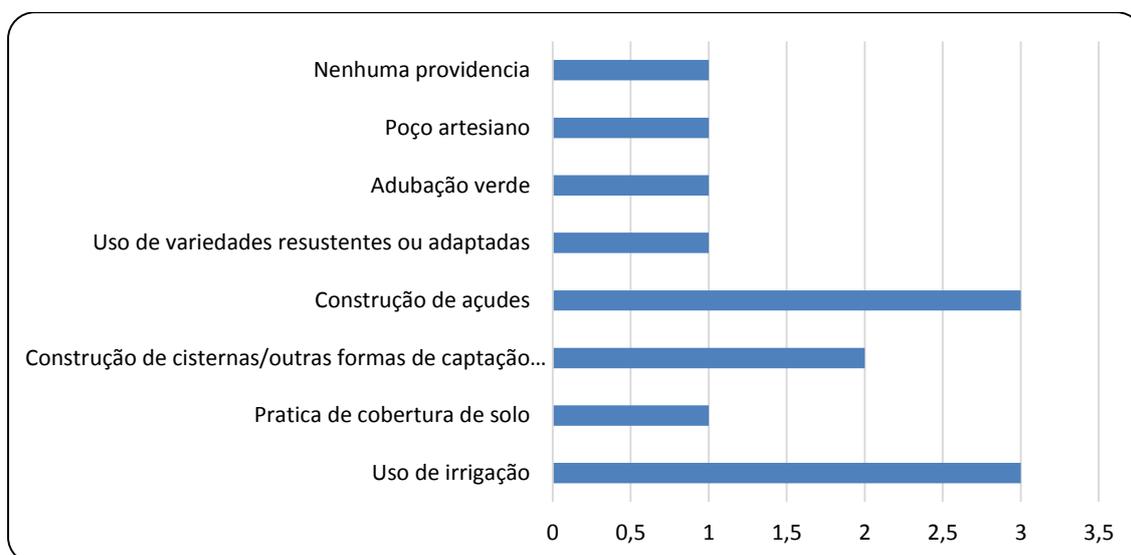


Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Como já visto anteriormente, a grande maioria dos agricultores já enfrentou problema com a estiagem, muitos no período da safra, no entanto, nos últimos anos não têm ocorrido estiagens no município, o que possibilitou ter uma boa produtividade das culturas implantadas nessas propriedades rurais.

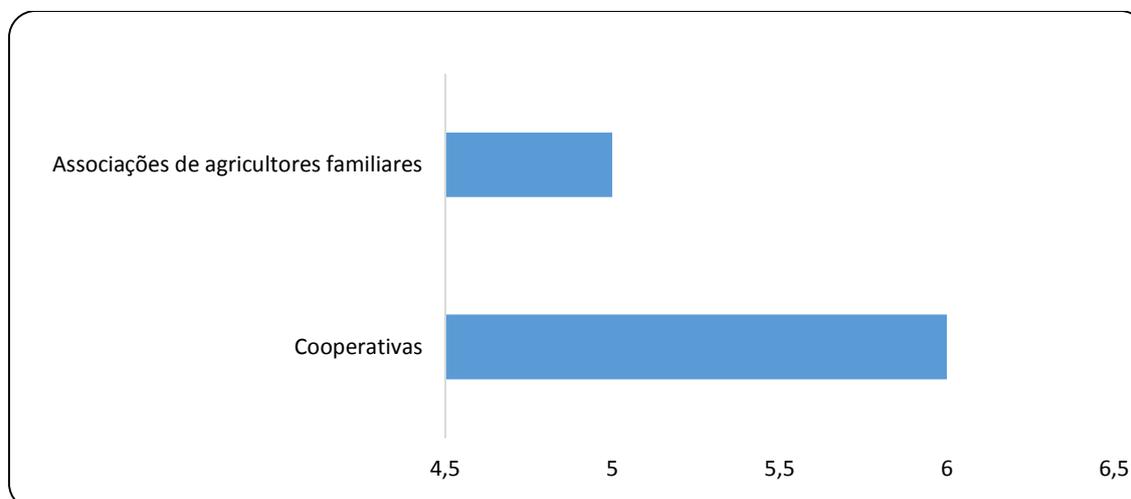
Nessa conjuntura, perguntou-se que tipo de ações são realizadas para reduzir os efeitos ocasionados quando ocorre a estiagem, conforme foi citado no gráfico 19. Sendo assim, as medidas mais adotadas para amenizar os efeitos da seca, são os seguintes: construção de açudes, uso de irrigação, construção de cisternas/outras formas de captação de água da chuva.

Gráfico 19: Providências adotadas para reduzir os danos ocasionados pela estiagem nas unidades familiares pesquisadas- Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Gráfico 20: Participação dos agricultores entrevistados em Cooperativas, associação de agricultores familiares – Cerrito-RS.

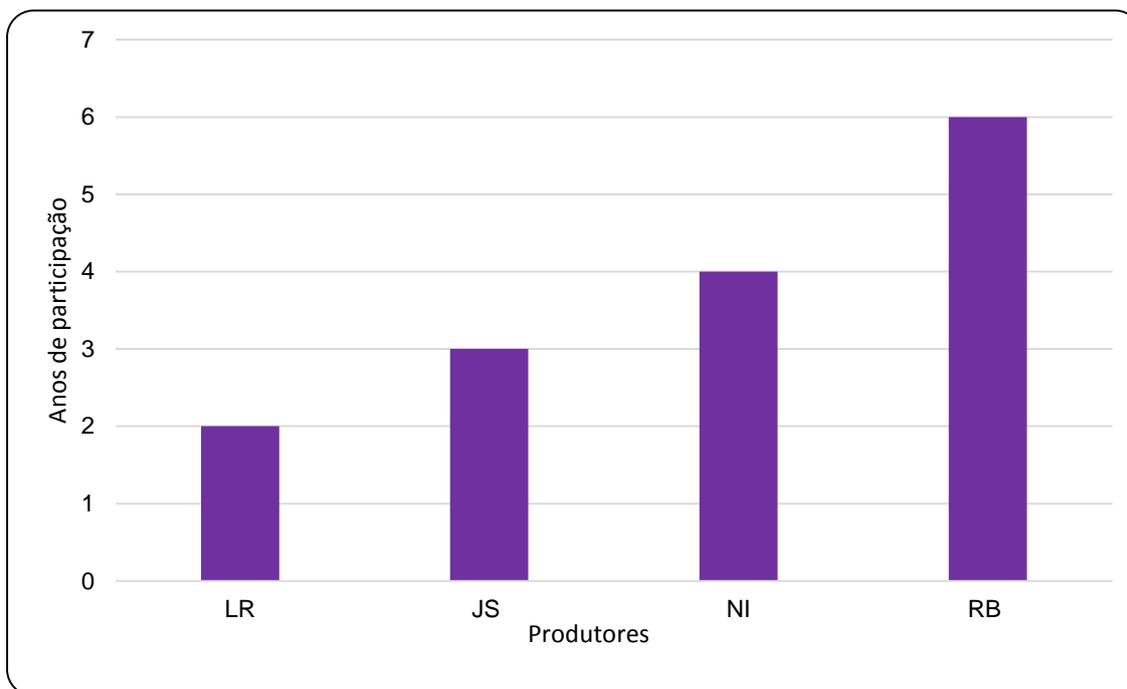


Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

O gráfico 20 representa a participação dos agricultores familiares em algum tipo de organização social coletiva, dessa forma, foi identificado que a maior parte dos entrevistados participam da Cooperativa, sendo está representada pela COSULATI e também a Cooperativa “Juntos para Crescer”,

outro grupo evidenciado foi a participação na Associação de Agricultores Familiares³⁷.

Gráfico 21: Relação de agricultores familiares que participam do PNAE e o tempo de adesão – Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

De acordo com o gráfico 21, podem-se identificar os agricultores familiares que participam do PNAE e o tempo em que estão envolvidos no programa. Dessa forma, percebe-se que o agricultor RB é o que tem mais anos de participação, correspondendo a 6 anos.

Com relação ao início da participação do programa da merenda escolar, o entrevistado RB participa desde sua implementação no município, por volta de 2008, o entrevistado NI participa mais de quatro anos, LR dois anos e JS três anos. A forma como os agricultores familiares obtiveram a informação sobre o programa foi por intermédio da EMATER.

Quando foi perguntado se conhecem a Lei Federal (11.947) que diz respeito à compra de alimentos para a merenda escolar, três dos entrevistados não conhecem a lei na íntegra, somente um entrevistado afirma conhecer.

³⁷ Como já mencionado anteriormente nesta pesquisa, a cooperativa dos agricultores familiares do município, está em processo de consolidação.

Quando questionados sobre o acesso as informações sobre o programa, e se foi importante na decisão de vender seus produtos para a merenda escolar, os agricultores familiares afirmaram que foi muito importante, segundo o entrevistado NI *Sim. No entanto, se vier um atravessador será pior, pois pagará menor valor.* Segundo a entrevistada LR, *Foi importante, assim uma ideia para se ter a horta e assim vender os produtos para a merenda das escolas.*

Dentre os produtos que são destinados/vendidos para a merenda escolar, o agricultor NI produz abóbora, batata-doce, verduras e frutas, o agricultor LR produz alface, couve, cenoura, mostarda, brócolis, beterraba, salsa e cebolinha. O agricultor RB produz alface, beterraba, couve, batata-doce, e por fim, agricultor JS produz laranja e morango.

Quando questionados porque resolveram vender seus produtos para a merenda escolar, os entrevistados RB e JS ressaltam que, quase sempre, se tem garantia de comercialização e o valor pago também é satisfatório. Entretanto, na visão do entrevistado NI *foi uma oportunidade que apareceu, no entanto, 100% da comercialização da produção não é garantida porque as vezes sobra.* Essa fala ilustra a situação de que um dos limitantes do programa é a quantidade que pode ser adquirida dos agricultores, uma vez que sua produção pode exceder a quantidade de comercialização com o programa.

Por fim, o entrevistado RB diz que resolveu participar do PNAE, pois *a sua produção vai ser consumida pelas crianças das escolas do município.* Pode-se notar, diante desse contexto, que o agricultor RB considera sua participação no programa importante pelo fato de sua produção ser destinada à alimentação na merenda escolar das escolas do município, fornecendo alimentos de qualidade que serão consumidos pelas crianças.

Com relação aos pontos positivos que os entrevistados identificam no PNAE, no âmbito da atuação foi citado: facilidade de vender os produtos, a comercialização garantida, e o transporte utilizado no escoamento da produção.

O ponto negativo apontado pelos entrevistados foi: limite de venda de cada agricultor familiar com o programa, não abarcando, dessa forma, toda a comercialização. Para o entrevistado RB *para garantir a produção para o PNAE*

é necessário também ser ter forma de garantida à irrigação nos períodos de estiagem.

Quando perguntado sobre as mudanças que ocorreram após o início da participação da venda dos produtos para a merenda escolar, os entrevistados ressaltam que melhorou bastante, se tem incentivo à produção, tendo quase toda a venda da produção para o programa, e ainda o excedente pode ser destinado para ser comercializado na feira dos agricultores familiares do município. O entrevistado NI faz uma observação, *que ainda falta uma cooperativa dos agricultores familiares que se consolide no município.*

Com relação à organização das atividades na propriedade familiar para produzir alimentos e comercializá-los junto ao PNAE, segundo o entrevistado NI *o núcleo familiar é de cinco pessoas, mas nem todos podem trabalhar.* Para a entrevistada LR essa salienta que *mora sozinha, sendo assim, organiza a hora própria.* Ainda, quando foi perguntado aos entrevistados se na opinião deles, a Lei (11.947) da alimentação escolar representa uma alternativa de fortalecimento para a agricultura familiar do município de Cerrito/RS, os agricultores disseram que é muito importante para que eles possam comercializar sua produção.

A respeito da forma pela qual poder público do município de Cerrito/RS trata a questão da comercialização dos produtos da agricultura familiar para o PNAE, os entrevistados relatam que tem incentivo e ainda ressaltam a importância da assistência técnica da EMATER. Esse órgão público realiza o levantamento dos agricultores que necessitam de um acompanhamento para planejar a produção em quantidades necessárias para entregar para o programa. A Prefeitura do Município ajuda através do transporte da produção, coletando os produtos nas propriedades rurais levando até as escolas, esta rota de coleta é realizada periodicamente.

Diante desse contexto, o entrevistado RB resalta que:

Estão trabalhando em cima disso, no entanto, a questão dos produtos agroecológico antes era muito divulgado, depois de um tempo parou, agora que está retomando, penso ser muito importante se ter essa divulgação.

Na fala do entrevistado RB identifica-se a importância da produção agroecológica entre os agricultores familiares, pois esse resalta a

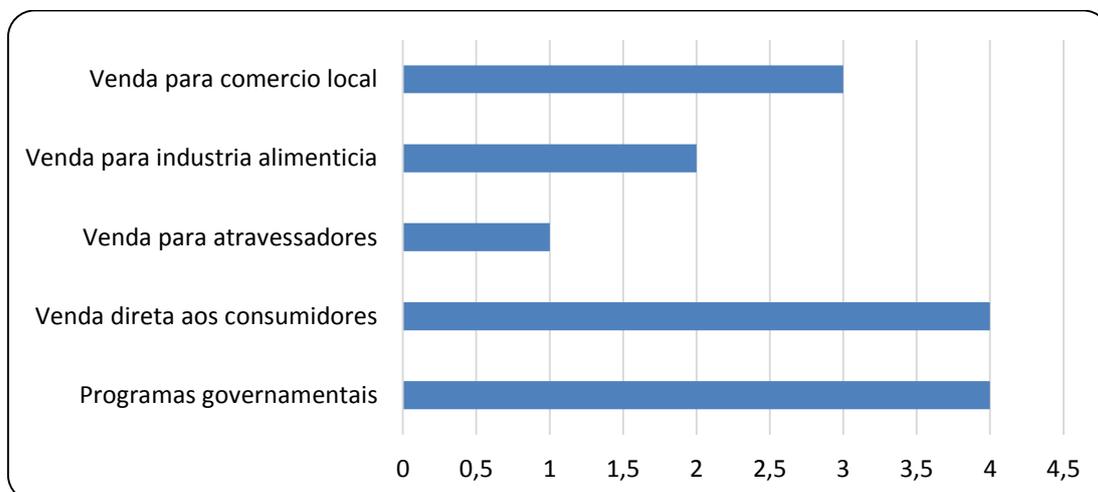
necessidade do fomento e divulgação dos produtos produzidos de forma diferenciada, produzindo assim alimentos mais saudáveis e nutritivos, livres de agrotóxicos.

A respeito do que poderia ser melhorado para maior adesão ao PNAE, os entrevistados elencaram, ter um maior volume de compra, não tendo assim a questão do limite. Outro ponto ressaltado foi com relação a ampliação da comercialização, a fim de abranger escolas além do município de Cerrito/RS, ampliando a possibilidade de comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Os avanços que se teve após a adesão do programa de merenda escolar mencionados pelos agricultores entrevistados foram: produção foi mais uma alternativa de comercialização e geração de renda para o grupo familiar, possibilitando em alguns casos a venda de toda a sua produção para o programa, servindo de estímulo aos agricultores, gerando renda para o município, fomentando o desenvolvimento rural/local.

Sobre as perspectivas dos agricultores pesquisados com relação a sua atividade agrícola e ao PNAE, estes citaram que: aumentou a renda dos agricultores; com o andamento do programa, pensam em futuramente expandir suas produções. Para o agricultor RB, sendo este o que tem mais tempo em participação dos programas, *tem perspectiva muito positiva para o município, no entanto, pensa só que veio tarde por causa de sua idade.*

Gráfico 22: Forma de comercialização dos produtores que participam do PNAE- Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

O gráfico 22 apresenta as formas de comercialização dos produtores que participam do PNAE. Dessa forma, pode-se perceber uma maior quantidade de venda de forma direta aos consumidores e nos programas governamentais. Em seguida, a forma de venda utilizada na comercialização dos produtos é venda para o comércio local, após tem-se a venda para indústria alimentícia, e finalmente para atravessadores.

6.5 Impactos dos Programas Federais para a Agricultura Familiar: entre limites e perspectivas

Buscando-se avançar na discussão acerca dos impactos dos programas federais no recorte espacial dessa pesquisa, abordaram-se questões que trataram sobre possíveis mudanças no município de Cerrito-RS após a adesão dos agricultores familiares ao PRONAF, PAA e PNAE.

Segundo o entrevistado RB, *sim melhorou, em destaque na produção, comercialização e renda*. Para o entrevistado houve melhoria na vida das famílias agricultoras, na produção agrícola, na possibilidade de emprego da mão de obra família, no desenvolvimento rural e na vida comunitária. Ainda para o entrevistado, não houve mudança na questão da conservação do meio ambiente.

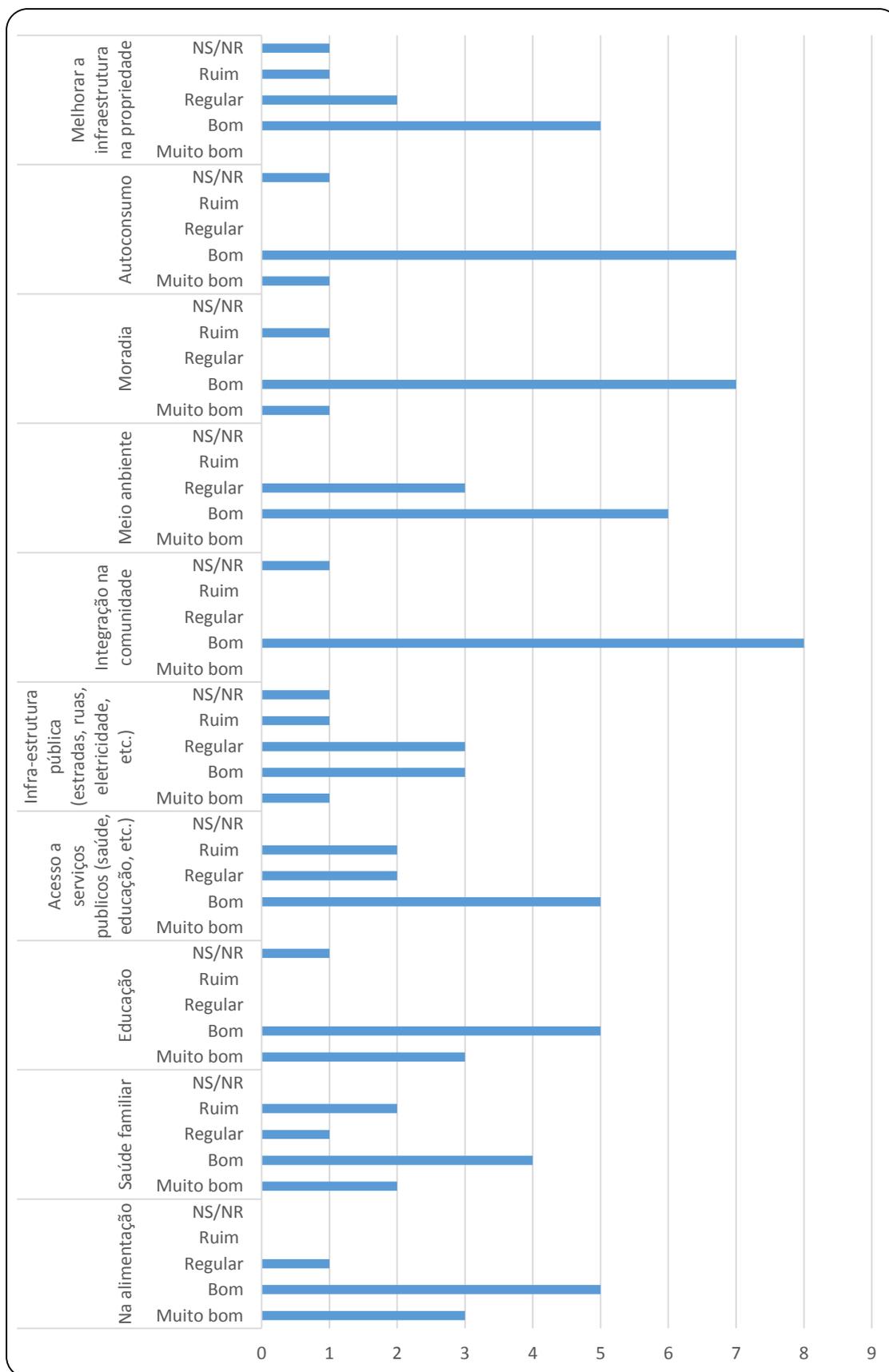
Os outros agricultores familiares salientam que houve avanços em todos os segmentos apontados pelo entrevistado RB, mas não teve mudança nas questões ambientais, principalmente, relacionado ao estímulo e fomento a agroecologia. Ainda ressaltam que não houve mudanças nas oportunidades de emprego do município, permanecendo a falta de mão de obra no meio rural.

Num panorama geral sobre a avaliação, na visão dos agricultores familiares entrevistados, de alguns aspectos relacionados à qualidade de vida deles e de suas famílias, são apresentados as respostas no gráfico 23 a seguir.

Com relação à oportunidade de ampliar a produção e melhorar a infraestrutura na propriedade, pode-se visualizar que a maioria considera que o cenário atual é favorável. A respeito do autoconsumo, moradia e meio ambiente, integração na comunidade e acesso aos serviços públicos, os agricultores familiares compreendem que estes aspectos encontram-se numa situação boa.

Entre os aspectos classificados entre bom e muito bom, pode-se elencar a educação, saúde familiar, e o que se refere à qualidade na alimentação, ainda que uma pequena parcela considera que neste último item é “regular”. Ainda, alguns entrevistados consideram que a saúde familiar se encontra em uma situação ruim e regular.

Gráfico 23: Aspectos da qualidade de vida nas unidades familiares entrevistadas-Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Ao tratar das “perspectivas da vida no campo”, na visão dos agricultores familiares, esses percebem que o futuro da sua família, de forma positiva. O entrevistado RB ressalta que *será melhor, mas isso depende também das pessoas e de seus esforços*.

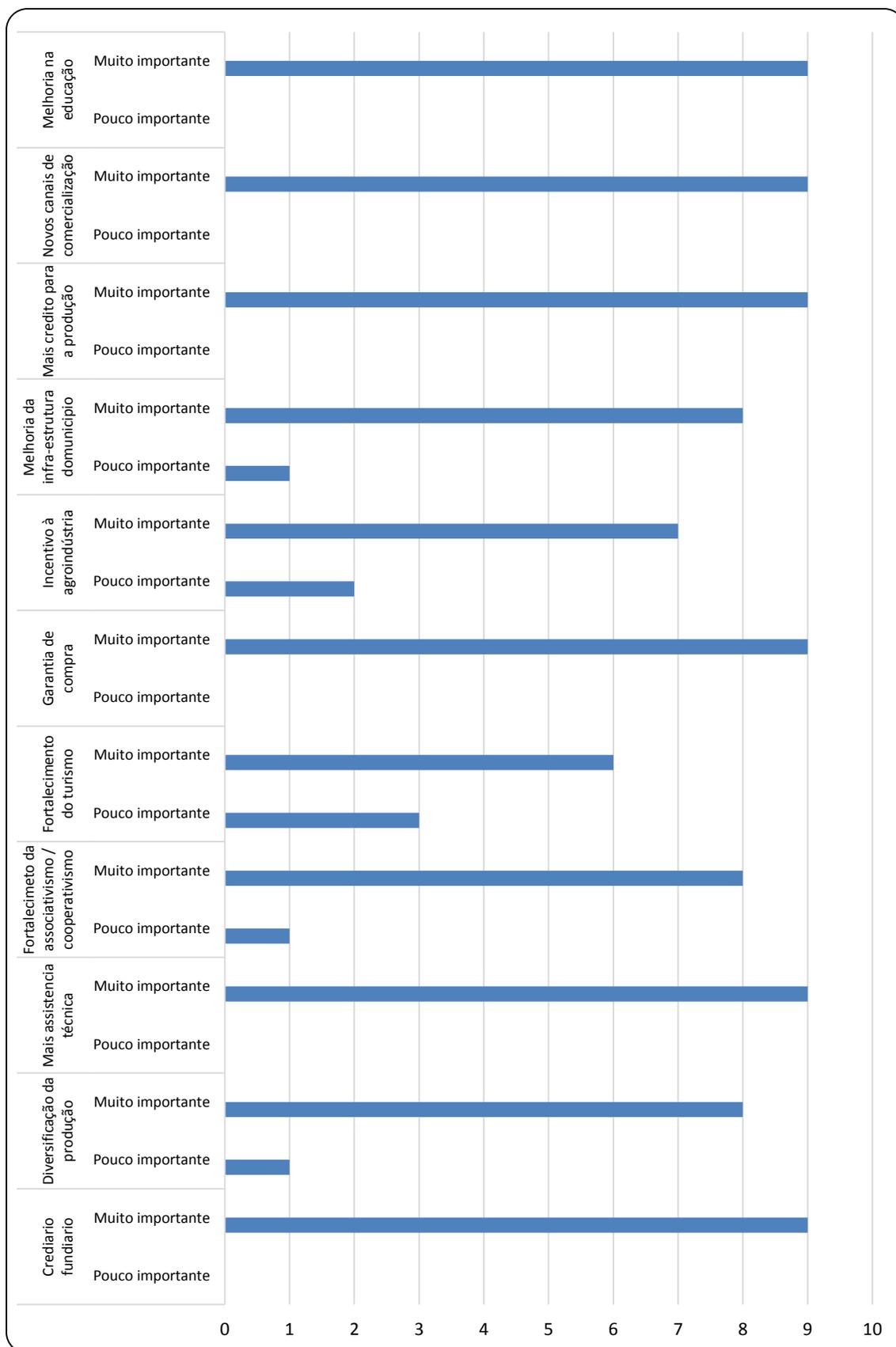
Ao serem questionados se os filhos pretendem continuar no rural, cinco dos agricultores familiares disseram que um dos filhos quer, mas o(s) outro(s) não pretendem ficar na propriedade. Outros quatro dos entrevistados falaram que os filhos não pretendem ser agricultores ou não sabem ainda.

As informações apresentadas no gráfico 24, tratam da avaliação do ponto de vista dos entrevistados sobre fatores que consideram importantes para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Cerrito/RS, dessa forma, classificou-se em “muito importante” e “pouco importante”.

Nesse contexto, identificaram-se os mais citados como “muito importante” os seguintes elementos: melhoria na educação, novos canais de comercialização, mais crédito para a produção, garantia de compra, mais assistência técnica, crediário fundiário. Seguido também da diversificação da produção, fortalecimento do associativismo, melhoria da infraestrutura do município, incentivo à agroindústria, e fortalecimento do turismo, respectivamente, citados nesta ordem mencionada acima.

Diante dos relatos dos entrevistados julga-se ser necessário para permanecer no meio rural a manutenção das características que foram apontadas. Ao mesmo tempo, a implementação de políticas públicas voltadas às especificidades do espaço rural e da organização da agricultura familiar.

Gráfico 24: Fatores para o desenvolvimento da agricultura familiar segundo os entrevistados- Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Durante a pesquisa de campo, deparou-se com uma situação em que a agricultora (figura 21) era a chefe da família e responsável pelas atividades econômicas na unidade de produção familiar, principalmente, na produção de alimentos orgânicos e fornecimento aos programas institucionais, como o PNAE.

A agricultora familiar representada pela entrevistada LR, possui uma horta 100% orgânica produzida em 1 ha, e seus produtos são destinados para a merenda escolar do município. Ainda, essa atividade é realizada somente com a sua força de trabalho, desde a plantação até a organização da sua propriedade rural.

Figura 21: Agricultora Familiar no município de Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Diante desse contexto, considerou-se relevante apresentar breves reflexões sobre o tema do trabalho da mulher no contexto da agricultura familiar, assim como, o papel do trabalho feminino nas estratégias

desenvolvidas por agricultores familiares para garantir o acesso à terra e a permanência no campo.

Pode-se dizer que a luta das mulheres pela cidadania, seu reconhecimento no trabalho não é de hoje, e especificamente no contexto rural ela ainda é muito discutida por pesquisadores.

Em meados da década de 70, ocorre uma feminização no mundo do trabalho, trabalho feminino, em relação a sua importância familiar, não é mais considerado como um complemento econômico, mas, como um valor imprescindível para o equilíbrio financeiro doméstico. (NOGUEIRA, p.32, 2006).

A partir da década de 90, no Brasil, os estudos relacionados ao trabalho feminino no contexto rural ganham maior destaque. Pode-se mencionar dentre algumas contribuições, as produções realizadas a partir de pesquisadoras feministas, especificamente a respeito do trabalho das mulheres na área rural, como também os discursos organizados em grupos pelas mulheres trabalhadoras rurais e pelos movimentos sociais.

Nesse contexto, parte de estudos realizados no Brasil, a respeito das mulheres rurais, passa a considerá-la em seu lugar na unidade de produção, sendo trabalhadoras que não eram remuneradas e ainda tinham baixa valorização no mundo do trabalho

Atualmente, o trabalho familiar ainda mantém desigualdades de gênero, ou seja, prevalecendo o papel do homem-marido enquanto chefe de família e da propriedade familiar. Já no caso das mulheres, essas devem cuidar da casa e das atividades de reprodução familiar, por exemplo, o cultivo de horta e ervas medicinais, pequenas criações, assim como, a atividade leiteira. Com relação aos homens estes ficam responsáveis pelas atividades produtivas, voltadas para o mercado.

Por outro lado, em muitos casos, além dessas atividades a mulher desempenha juntamente com o marido as atividades produtivas na lavoura e/ou outras atividades, tendo assim uma dupla jornada de trabalho, como representado na figura 22.

Figura 22: Participação da mulher na atividade leiteira no município de Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Conforme Stropasolas (2006):

[...] as mulheres têm uma consciência confusa de sua situação nas relações sociais de produção no espaço rural, na medida em que existe uma profunda interação entre os diferentes setores da sua vida. O fato que o essencial de sua atividade se desenvolve sobre uma exploração agrícola familiar, no quadro de uma agricultura de casal, favorece a confusão dos papéis sociais, profissionais e familiares e induz à concepção do papel da mulher na agricultura sendo definido muito mais como um modo de vida que como uma profissão. Contudo, ser agricultora não se resume a exercer uma profissão na agricultura, mas exige que se leve em conta outros parâmetros que interferem sobre a representação que as agricultoras constroem delas mesmas, pois ser agricultora é também ser esposa, mãe, mulher e rural. (STROPASOLAS, 2006, p.152)

Assim, a participação das mulheres no espaço rural se dá, na maioria das vezes, além dos serviços domésticos e cuidados com a família, elas desempenham atividades na agricultura. Segundo Medeiros e Ribeiro (2003):

A participação do trabalho feminino na agricultura familiar sempre foi subestimada. Pelo fato de as mulheres serem, na naturalização das atribuições de gênero, as responsáveis pela reprodução social do grupo, as atividades produtivas desenvolvidas por elas são consideradas como parte das tarefas atribuídas ao papel de mãe e esposa, consideradas “ajuda” e “complementares” àquelas desenvolvidas pelos homens. (MEDEIROS; RIBEIRO, 2003, p. 2)

Este fato ainda é evidenciado em muitos diálogos (informais) com grupos familiares. Para Rohnelt (2011):

Cabe ressaltar que a mulher é agente ativo no processo produtivo, mesmo que as atividades designadas às mulheres sejam consideradas “leves” ou “fáceis”. A mulher, quando absorvida pelo mercado de trabalho (rural ou urbano), tende a ser integrada em atividades que guardam certas especificidades femininas. (ROHNELT, 2011, p. 16)

As mulheres trabalhadoras rurais representam um importante grupo de reivindicação e ocupam posições fundamentais na organização dos movimentos sociais do campo, assumindo a liderança em muitas situações. Como exemplo, destaca-se o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC BRASIL), um movimento de mulheres autônomas.

No Brasil, na década de 80, ressurgiram as lutas populares e constituição dos chamados movimentos sociais populares. Neste início, as lutas centrais do que hoje conhecemos como movimento das mulheres camponesas, diziam respeito ao reconhecimento e valorização das trabalhadoras rurais, sendo, o reconhecimento da profissão, aposentadoria, salário-maternidade, sindicalização, e participação política (Movimento de Mulheres Camponesas, 2004).

Já em 1995, como consequência do fortalecimento dos movimentos de mulheres autônomos nos Estados, da instituição de comissões de mulheres na organicidade dos movimentos do campo (e da cidade) e da necessidade de ampliação e unificação das lutas, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que reunia as mulheres dos movimentos autônomos, da CPT, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Pastoral da Juventude Rural (PJR), do Movimento dos atingidos por barragens (MAB), de alguns sindicatos de trabalhadores rurais e, no último período, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). (PALUDO; DARON, 2012)

Esse processo de articulação dos movimentos de mulheres e das mulheres de movimentos mistos foi marcado por acampamentos estaduais e nacionais e por mobilizações. A continuidade da luta encaminhou para demarcação de datas históricas e importantes, como o 8 de Março, dia

Internacional da Mulher, e o de 12 de Agosto, morte de Margarida Alves, dia de luta contra a violência no campo, pela ampliação dos direitos previdenciários, pela saúde pública, por um novo projeto de agricultura, pela Reforma Agrária, pela Campanha de Documentação e pela formação política (Movimento de Mulheres Camponesas, 2004).³⁸

O Movimento de Mulheres Camponesas realiza a formação política de seus quadros e tem participado com educandas em cursos formais promovidos por organizações da Via Campesina. Ainda, “a práxis do Movimento de Mulheres Camponesas, embora sujeita as contradições, revela-se portadora de uma dinâmica educativa e de uma mística libertadora/emancipatória, ambas imbricadas no eixo gênero, classe projeto de agricultura camponesa e projeto popular, que se constitui na própria identidade do MMC.” (PALUDO; DARON, 2012, p.481). Segundo Lopes (2012):

A mulher é um dos personagens que tem sido de grande importância nas vitórias, nas lutas que apontam para as questões da terra. Há vários outros pequenos movimentos que se articulam em prol de melhorias em lidar com a terra, tecendo relações com as entidades de base para a organização de seu espaço. Mas o movimento que cresce e que tem se organizado é o das mulheres, que resgata a conscientização política em prol da reforma agrária. (LOPES, 2012, p. 56)

O processo de luta pela terra fez com que as mulheres tomassem consciência das relações de gênero constituídas socialmente, e, a partir disso buscassem renovar essas relações com maior igualdade perante a sociedade. Em contrapartida, o sentido da masculinidade conservadora que por muito tempo foi predominante no campo começa a desmoronar no momento em que as mulheres assumiram seus lugares na divisão do social do trabalho, redefinindo o significado do papel do homem. Entretanto, para Lopes (2012):

(...) a mulher camponesa ampliou seus movimentos e produziu mulheres líderes nas lutas sociais em defesa de sua situação como agricultoras. É importante frisar que a luta das mulheres não se restringe apenas ao seu gênero, pois elas lutam em defesa de todo o conjunto de melhorias de vida no campo. (LOPES, 2012, p. 58)

³⁸ Ver mais em: PALUDO, Conceição; DARON, Vanderleia, L. P. . **Movimento de Mulheres Camponesas (MMC BRASIL)** In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Diante dessa abordagem apresentada, entende-se as formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho em atividades não-agrícolas e fora da propriedade familiar, bem como suas consequências e efeitos sobre a unidade produtiva e o grupo doméstico ainda não foram devidamente exploradas.

O que se destaca é que as mulheres se envolvem na organização e na montagem de pequenas oficinas de trabalho em que são produzidos, dentre outras coisas salgados, doces e remédios naturais, artesanatos (figura 23) que complementam a renda doméstica e fazem com que essas mulheres se destaquem em suas comunidades.

Figura 23: Artesanato doméstico o trabalho das mulheres rurais em Cerrito-RS.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Cabe ressaltar que, em uma das visitas de campo na propriedade rural para realizar as entrevistas, evidenciou-se na fala de uma agricultora, a não percepção da importância de suas atividades na composição da renda no núcleo familiar, devido esta realizar vendas de roupas e outros produtos. Ficou

claro que a agricultora não considera de relevância seu trabalho como forma de complementar a renda de sua família, considerando somente as atividades agrícolas, no caso o leite, como geradora de rendimentos, sendo esta desenvolvida pelo marido.

Finalmente, com base nas observações de campo compreende-se que a vida de muitas mulheres trabalhadoras rurais é exemplo das mudanças ocorridas nos movimentos sociais, e na reprodução social da agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os diálogos teóricos e empíricos estabelecidos nessa pesquisa pode-se perceber que a agricultura familiar ao longo dos anos se deparou com distintas dificuldades, desde o acesso a terras, limitações financeiras, escassez de créditos, entre outros fatores limitantes para seu desenvolvimento multidimensional. Entretanto, nota-se que em virtude do reconhecimento da sua importância na produção de alimentos, este segmento social da agricultura cada vez mais vem ganhando força e espaço na sociedade brasileira. A medida em que alguns fatores desencadearam esse processo, tais como as lutas dos movimentos sociais; ações exercidas pelo Estado, a partir de um olhar voltado a estes atores sociais, resultando na criação de ministérios, secretárias, políticas públicas e leis.

Na análise das políticas públicas federais existentes no município de Cerrito/RS sendo estas o PRONAF, PAA e PNAE, identifica-se que estas exercem um papel expressivo na promoção da agricultura familiar. De acordo com os resultados pode-se observar que o PAA, sendo este um programa que visa a compra da produção de agricultores familiares para a formação de estoques públicos e repasse a programas de alimentação, veio ao encontro das demandas da agricultura familiar local, que se iniciou na participação como fornecedora do programa.

Por sua vez, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi adotado pelo município representando alguns avanços, sendo este, uma possibilidade de comercialização e geração de renda para as unidades familiares, proporcionando estímulo aos agricultores manterem a diversidade produtiva, gerando renda para o município e potencializando o desenvolvimento rural/local. O PRONAF é um programa voltado à agricultura familiar, no município pesquisado identificou-se que este programa tem uma

adesão de quase 100% dos agricultores familiares, fato este devido a diversidade de linhas de crédito que o programa possui.

No que tange as políticas públicas atenderem as demandas dos agricultores familiares do município, um ponto pode ser observado, a produção poderia ser expandida a fim de contemplar as demandas do programa, pois ainda ocorre que alguns produtores produzem abaixo do necessário em determinados produtos para contemplar sua cota de venda, sendo necessário o órgão municipal ter que fazer remanejamento da produção de um agricultor familiar para outro a fim de que sua cota de venda seja completada. Assim, para que o programa seja implementado na sua totalidade, se faz necessário, aumentar a produção de determinados produtos. Ainda tendo como horizonte a diversificação da produção agrícola nas unidades de produção familiar, os agricultores familiares precisam ampliar as possibilidades de comercialização da produção que o programa permite.

Para que os resultados dos programas sejam efetivos se fazem necessárias as ações realizadas pela assistência técnica local, juntamente com os órgãos municipais responsáveis pela operacionalização dos programas federais. Nesse contexto, destaca-se que tendo uma maior gama de produtos na sua unidade de produção, conseqüentemente, os agricultores familiares terão também uma maior variedade de alimentos para o autoconsumo, possibilitando assim, maior qualidade de vida, sem ter que buscar em outros locais.

Faz-se necessário mencionar que a produção orgânica no município de Cerrito/RS já teve um maior número de produtores adeptos, pois antes se tinha um local de venda estabelecido para esses produtos. Entretanto, atualmente, dos agricultores que compuseram essa pesquisa a maior parte não tem a sua produção de forma orgânica, fato este pode ser devido não ter mais um local/forma de comercialização desses produtos. Lembrando que, a principal exigência do PNAE é a qualidade dos alimentos comercializados e que são destinados às escolas, servindo também de estímulo à produção ecológica na agricultura familiar.

Cabe ressaltar ainda, como visto no decorrer desta pesquisa, que a atividade leiteira tem uma grande representatividade no município de

Cerrito/RS e na composição da renda familiar, sendo esta de fundamental importância para viabilizar a permanência dos agricultores familiares no campo.

Neste âmbito, o segmento da agricultura familiar tem ocupado lugar de destaque no desenvolvimento local e rural, por meio de diversas estratégias de reprodução social, da mesma maneira pela diversificação produtiva e econômica. Percebe-se a contribuição das políticas públicas na articulação de potencialidades da agricultura familiar com vistas a promover o desenvolvimento rural do município pesquisado.

Nesta conjuntura observa-se que as políticas públicas têm demonstrado ocupar um papel de destaque na dinamização do rural e do urbano local. Outro componente, são as ações de incentivo e parceria dos órgãos públicos locais, no que tange a articulação e organização dos produtores para a comercialização dos alimentos, como por exemplo, no caso da criação da feira dos agricultores familiares, considerado local importante espaço construído pelos agricultores familiares para uma oportunidade de comercializar sua produção. Vale destacar, ainda que, a proximidade entre as unidades de produção familiar localizadas na zona rural e a cidade de Cerrito/RS, auxilia a logística para a comercialização local dos produtos oriundos da agricultura familiar.

Dentre algumas funções que a agricultura familiar possui, pode-se identificar nesta pesquisa, a reprodução socioeconômica das famílias rurais, assim como o aporte através da promoção da segurança alimentar e nutricional das próprias famílias agricultoras, devido às políticas públicas que foram aderidas pelo município.

No que se refere em avaliar a aplicabilidade do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) do município de Cerrito/RS, embora os avanços das políticas públicas, pode-se evidenciar que os resultados encontrados demonstram que o município apresentou, de modo geral, valores baixos nos indicadores. No entanto, com base na pesquisa de campo, e a partir dos resultados que abarcam os pilares teóricos (agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural) percebeu-se que ocorreu uma melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares, como também para o

desenvolvimento local do município. Sendo assim, ainda é necessário que se tenha ações específicas, a fim de atuar nas particularidades do espaço rural.

Por fim, demonstra-se que nos últimos anos houve avanços na expressividade das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar brasileira. No entanto, compreende-se que se tem ainda muitos desafios nos estudos que tratam sobre os impactos desses programas federais/estatais, a fim de contribuir para a reprodução social e a permanência dos agricultores familiares no campo.

BOX 1. PROGRAMA RS MAIS IGUAL

O RS Mais Igual é o programa transversal de erradicação da pobreza extrema do Governo do Rio Grande do Sul, tendo como objetivo diminuir os índices de vulnerabilidade econômica e social no Rio Grande do Sul abrangendo a população em situação de pobreza extrema em uma rede de políticas públicas, em parceria com projetos e ações do governo federal, das prefeituras e da sociedade civil.

Este Programa na mesma linha do Brasil Sem Miséria, do Governo Federal, é dividido em três linhas de atuação, sendo elas: a transferência de renda, acesso aos serviços públicos e a geração de oportunidades/inclusão produtiva. A respeito do *Mais Renda*, este parte da ampliação do Programa Bolsa Família, inclusão e atualização das famílias no Cadastro Único do Governo Federal (Busca Ativa). O *Mais Acesso aos Serviços Públicos* relaciona-se à saúde, educação, habitação, saneamento e assistência social mais perto dos cidadãos. E por fim, *Mais Geração de Oportunidades* tem por finalidade ampliar o acesso ao trabalho e renda, através de ações de inclusão produtiva, educação cidadã e profissionalizante nas áreas rural e urbana.

Entretanto, isso será realizado a partir da vinculação entre a União, Governo do Estado e Prefeituras, visto que, apenas com essa articulação e uma rede de parcerias com as prefeituras e a sociedade civil, vai ser possível tirar da pobreza extrema 306,6 mil pessoas do Rio Grande do Sul. Ainda o Programa RS Mais Igual juntamente com o Governo do Rio Grande do Sul vão garantir aos beneficiários do Bolsa Família com crianças de até 6 anos, uma renda mensal de R\$ 100,00 por pessoa.

O Programa possui um Comitê Gestor Governamental/Comitê Gestor Interinstitucional para acompanhar, fiscalizar e propor ações, projetos e políticas públicas de Erradicação da pobreza extrema. Para isso, este Comitê será composto por secretarias estaduais, representantes de movimentos sociais, conselhos de direitos e representantes da sociedade civil organizada. (Site: http://www.rsmaisigual.rs.gov.br/area/39/Entenda_o_RS)

A partir de informações secundárias encontradas no site do Programa com respeito a dados da pobreza no Estado do Rio Grande do Sul, a saber:

O Rio Grande do Sul tem 10.695.532 habitantes (CENSO/2010);

- Vivem na Pobreza Extrema (renda per capita de até R\$ 70,00): 306,6 mil pessoas (CENSO 2010);
- Das pessoas que vivem em situação de pobreza extrema, 199,8 mil (65,2%) vivem em áreas urbanas e 106,8 (34,8%) em áreas rurais;
- Das pessoas que vivem em situação de pobreza extrema, 49,4% são crianças, 37,9% adultos, 10,8% jovens e 2% idosos;
- Famílias cadastradas no CadÚnico: 830.669 (MDS-Maio/11);
- Famílias beneficiadas com o Bolsa Família: 444.889 (MDS-Maio/11)

Complementação de Renda do RS Mais Igual:

- Nº de famílias beneficiadas: 98 mil famílias;
 - Nº pessoas beneficiadas: aproximadamente 360 mil;
 - Valor médio de complementação mensal para cada família: R\$117,50;
- 497 municípios beneficiados.

O Programa ainda conta com Caravanas da Inclusão do RS Mais Igual, onde estão levando informações sobre a complementação de renda do RS Mais Igual, e também realizam inscrições para o Cadastro Único e programas de qualificação profissional, e as prefeituras parceiras, ainda, oferecem serviços públicos, como saúde e assistência social. A partir dessas Caravanas contabiliza-se que desde o mês de Abril de 2013, já foram incluídas mais de 67 mil famílias, nos seguintes municípios: Novo Hamburgo, Bagé, Canoas, Santo Ângelo, Ijuí, Guaíba, Viamão, Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, Taquari, Santana do Livramento, Erval Seco e Palmeira das Missões, Rio Pardo, Soledade, São Gabriel, Passo Fundo, Butiá, Farroupilha, Caxias do Sul e São Leopoldo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 1990. 346 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990. Disponível em: <http://www.bibliorecadigital.unicamp.br/document/?down=000028825>. Acesso em: Maio. 2014.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Texto trabalhado durante o 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste/2007. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/web/arquivos/documento/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>. Acesso em: Abril. 2014.

ALMEIDA, J e NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura - idéia e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

ALVES, Flamarion Dutra. Importância das teorias agrárias para a geografia rural. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 08, número 16, 2009. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/223/227>. Acesso em: Maio. 2014.

ALVES, Adilson ; GUIVANT, J. S. . **Redes e Interconexões: desafios para a construção da agricultura sustentável**. INTERthesis (Florianópolis), v. 7, p. 1-27, 2010.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. 7ª tiragem. Tradução de Antonio de Pádula Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 242 p. (Coleção Tópicos, 1 ed. 1989).

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. 229 p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BROSE, Markus. **Agricultura Familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, 1999.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. *In*: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca Rodrigues; ALMEIDA, Joaquim Anécio. (Orgs.) **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Ed. DaUFMS, 1996, 152 p.

CAPORAL, Francisco Roberto; CASTABEBER, José Antonio. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: Perspectivas para uma Nova Extensão Rural. *In*: **Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão**. ETGES, Virgínia Elisabeta (org.) Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. 139 P.

CARNEIRO, Maria José. Em que consiste o familiar da agricultura familiar. *In*: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR Georges; SANTOS, Raimundo. (orgs.) **Mundo Rural Brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. *In*: CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CLAVAL, Paul. “L’ Analyse des Paysages”, *Geographie et Cultures*, v. 4, n. 13, 1995, pp. 55-74.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos Geógrafos. *In: CORREA, Roberto Lobato; RESENDAHL, Zeny. (orgs.) Paisagens, textos e identidade.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 180 p.

CHAYANOV, A. V. **La organización de unidad econômica campesina.** Buenos Aires, Nueva Vision, 1974, 339 p.

_____, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In: SILVA, José Graziano da. STOLCKE, Verena. La question agrarie.* S. Paulo, Brasiliense, 1981. P. 133-163.

CONTERATO, Marcelo Antonio; GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: Suas metamorfoses e reações locais. *In: TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric (org.). Agricultura familiar: interação entre Políticas Públicas e Dinâmicas Locais: ensinamentos a partir de casos.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____, Marcelo Antonio; FILLIPI, Eduardo Ernesto. **Teoria do desenvolvimento.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____, Marcelo Antônio ; GAZOLLA, Marcio ; SCHNEIDER, S. . A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: suas metamorfoses e reações locais. *In: SABOURIN, E. e TONNEAU, J.P.. (Org.). Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais.* 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, v. 1, p. 47-60.

_____, Marcelo Antonio. FILLIPI, Eduardo Ernesto. **Teorias do desenvolvimento**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DINIZ, José A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

FERREIRA, L. C. **A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

FROEHLICH, José Marcos. **O "local" na atribuição do sentido ao desenvolvimento**. Textos CPDA. Rio de Janeiro: CPDA-UFRJ, 1999.

GODOY, Wilson Itamar; ANJOS, Flávio Sacco dos. **A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local**. Rev. Bras. Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007.

GÓMEZ, Jorge R.M. Desenvolvimento em (Des) construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. *In*: FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI, J.C. (Orgs.) **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007. p.39-53

HESPANHOL, A. N. Desafios da Geração de Renda em Pequenas Propriedades e a Questão do Desenvolvimento Rural Sustentável. *In*: ALVES, A; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. [Org.] **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 81-93.

HESPANHOL, R. A. de M. **Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. SCRIPTA NOVA. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol.

XII, núm. 270 (79). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-79.htm>> [ISSN: 1138-9788]

HEYNIG, K. *Principales enfoques sobre la economía campesina*. **Revista de La Cepal**, 18: 115-142, Santiago do Chile, 1982.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento Rural: Conceito e medida. **Cadernos de Ciencia e Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set/dez, 2004.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

KAUTSKY, K. (1980), **A questão agrária**. Portugal, Proposta.

_____, K. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção os Economistas)

LEITE, S. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).

_____, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LOPES, Alberto Pereira. Os movimentos sociais no campo e a luta pela terra. In: CHELOTTI, M. C.; MATOS, P. F. de; SANTOS, J. C. dos; SOUZA, M. M. O. de. (orgs.) **Geografia Agrária e Diversidades Territoriais do Campo Brasileiro**. Uberlândia (MG): Assis Editora, 2012.

LUDKE, Menga; Marli E.D.A “**Pesquisa em educação**”, **abordagem qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTELLI, J.; MOURA, J. F.S. de. **Produção alimentar de base ecológica na agricultura familiar**. Disponível em: www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/.../2432/2328. Acesso em: Setembro. 2013.

MALUF, Renato. Atribuindo sentido (s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n.15, Rio de Janeiro: CPDA-UFRJ, 2000.

MARX, Karl. **O capital – Critica da economia Política**. L. III, t. 2, Nova Cultural, São Paulo, (1890/1986)

MATOS, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. As tramas do agronegócio nas “terras” do sudeste goiano: o caminho metodológico da pesquisa. *In*: **Pesquisa qualitativa em geografia: Reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. MARAFON[et al.]. rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. 542 p.

_____, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. *In*: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. *In*: MARAFON, José Gláucio; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo. (orgs.) **Abordagens Teórico-Methodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p.169-178.

MEDEIROS, Rosa Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **O papel da mulher na agricultura familiar: dois estudos de caso.** (Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/247/244> Acessado em: 21/11/2013)

MILANI, Carlos. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil).** IV Conferencia Regional ISTR-LAC San José, Costa Rica, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NETO, Benedito Silva; BASSO, David. **A produção de leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul.** DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO. Editora: Unijuí, ano 3 , n. 5 , 2005.

NEVES, Delma P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. *In:* FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Medeiros e SUZUKY, Júlio César (Orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-26.

NICOLA, Marcelo Porto; DIESEL, Vivien. Tendencias e desafios do monitoramento e avaliação do desenvolvimento rural local e sustentável. *In:* BRUMER Anita; PINEIRO (org.) LEPRI, Monica Cavalcanti (et. al). **Agricultura latino-americana Novos arranjos e velhas questões.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

NISBET, J. e WATT, J. **Case Study.** Readguide 26:Guides in Educational Research. University of Nottigham School of education, 1978.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>. Acesso Março. 2014.

ORTEGA, Antônio C. (Org.) **Território, Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento.** Campinas: Ed. Alínea, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi, **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

RIBEIRO, Veridiana Soares.; SALAMONI, Giancarla. A territorialização camponesa no Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlandia, v. 6, n. 11, p. 194-317, fev. 2011.

RÖHNELT, Priscila Barcelos Cardoso. **Estratégias de Reprodução da Agricultura Familiar: A participação da mulher nas atividades socioprodutivas na Localidade de Trapeira – Canguçu/RS.** Universidade Federal de Rio Grande. Dissertação defendida 2011, orientada por Giancarla Salamoni, (Disponível em: <http://www.posgeografia.furg.br/index.php/documentos/dissertacoes> Acesso em: 20/11/2013)

SECRETARIA MUNICIPAL DE CERRITO. (Disponível em: http://www.cerrito.rs.gov.br/novo_site/index.php?exibir=secoes&ID=52. Acesso em: Novembro, 2012.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. HISTÓRICO,

CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA RECENTE DO PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *In*: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, Imigração e questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.53, p.117-149, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

SCHNEIDER, S. . **A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil**. *Revista de Política Agrícola*, v. 16, p. 14-33, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v.30, n.3, p.511-531, 2010.

SCHULTZ, Glauco. Relações com o mercado e (re)construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica. *In*: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio. (orgs.) **Os atores do desenvolvimento rural: Perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes. **A teorização sobre o desenvolvimento em época de fadiga teórica ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento socioespacial**. *Território*, n.1, v.1 LAGET-UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006, 346p.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (Org.). Espaço geográfico uno e múltiplo. In: **Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000. (13-34)

TARTARUGA, Iván G.P. Território e participação: apontamentos para o desenvolvimento territorial rural no Brasil. *In*: HEIDRICH, A.L.; COSTA, B.P.da; PIRES, C.L.Z.; UEDA, V.(Orgs.) **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: ULBRA; Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2008. p.145- 159.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

VENANCIO, Marcelo; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. *In*: **Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da investigação**. RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). Uberlândia: Assis, 2009. 544 p.:il

VENTURI, L. A. B. Técnicas de interlocução. *In*: VENTURI, L. A. B. (org) **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. São Paulo: Editora Sarandi, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. **Em Busca da Modernidade Social**: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. Campinas: UNICAMP, 1989.

_____, M.N.B. **O mundo Rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

_____, Maria N. B. **Agricultura Familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Texto preparado para Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 a ser ministrada no CPDA/UFRRJ.

_____, Maria N. B. Em busca da Modernidade Social. Uma homenagem a Alexander V. Chayanov. Texto apresentado no Seminário: **“Os camponeses tem futuro?** Uma homenagem a Alexander Chayanov. UNICAMP, Departamento de Ciências Sociais, 1989.

_____, Maria N. B. Raízes do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar**: Realidade e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

_____, Maria N. B. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura. N. 21, Rio de Janeiro: outubro, 2003.

_____, Maria de Nazareth Baudel. **Trajetória social e projeto de autonomia**: os produtores familiares de algodão na região de Campinas, São Paulo. Campinas, UNICAMP, 1988. 166 p (Cadernos do IFCH, 19)

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A agricultura familiar no Brasil**: um espaço em construção. 1995. Mimeo

ZYLBERSZTAJN, Decio. **Organização de cooperativas: desafios e tendências**. Revista de Administração, São Paulo v. 29, n. 3, p. 23-32, julho/setembro de 1994. (Acessado em: http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=345)

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SITES:

Censo Agropecuário (2006). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>.

_____ (1995– 1996). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/.

Censo Demográfico (2010). Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Fee Dados** (Disponível em: www.fee.tche.br/)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. **Agricultura Familiar. Primeiros Resultados**. Brasil Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>.

_____. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>.

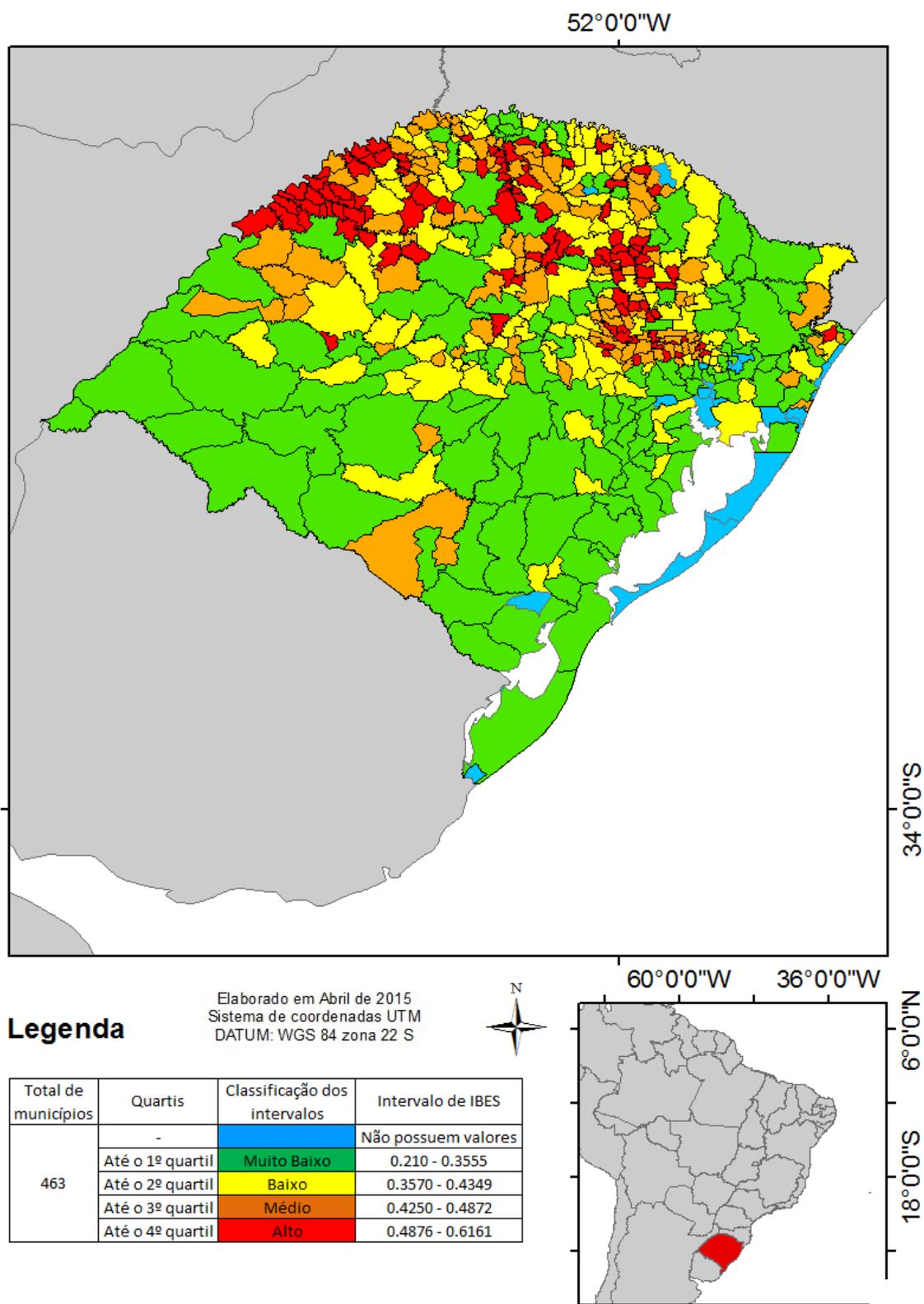
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PAA -
www.agricultura.gov.br/arq_editor/.../App_Conab_Cooperativismo.pdf
<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>

PROGRAMA RS MAIS IGUAL:
http://www.rsmaisigual.rs.gov.br/area/39/Entenda_o_RS

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>.

ANEXOS

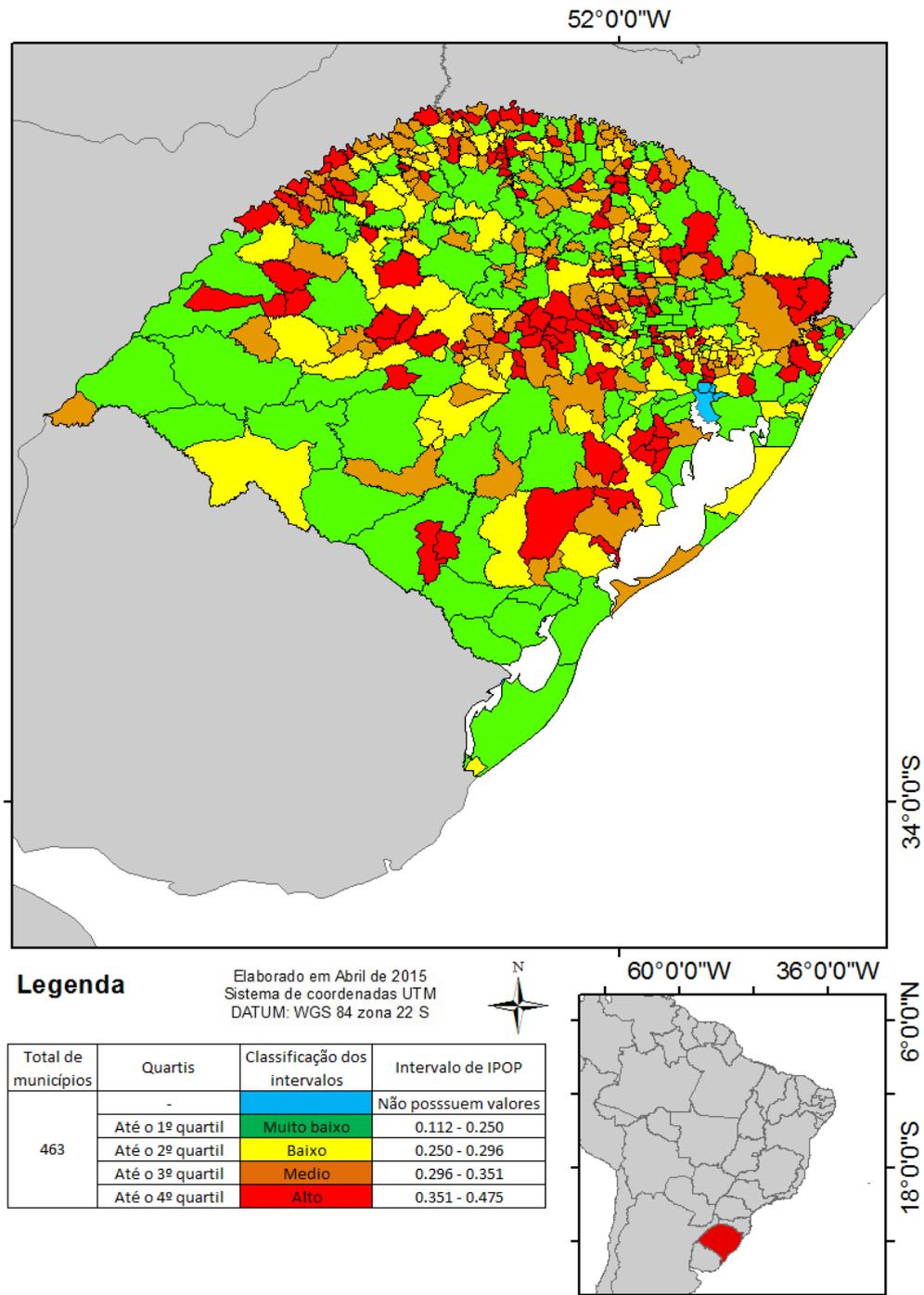
Figura 22: Cartograma 1 – Descrição das variáveis – IBES³⁹



Fonte: Organizado por Dias, Fabiano, 2015.

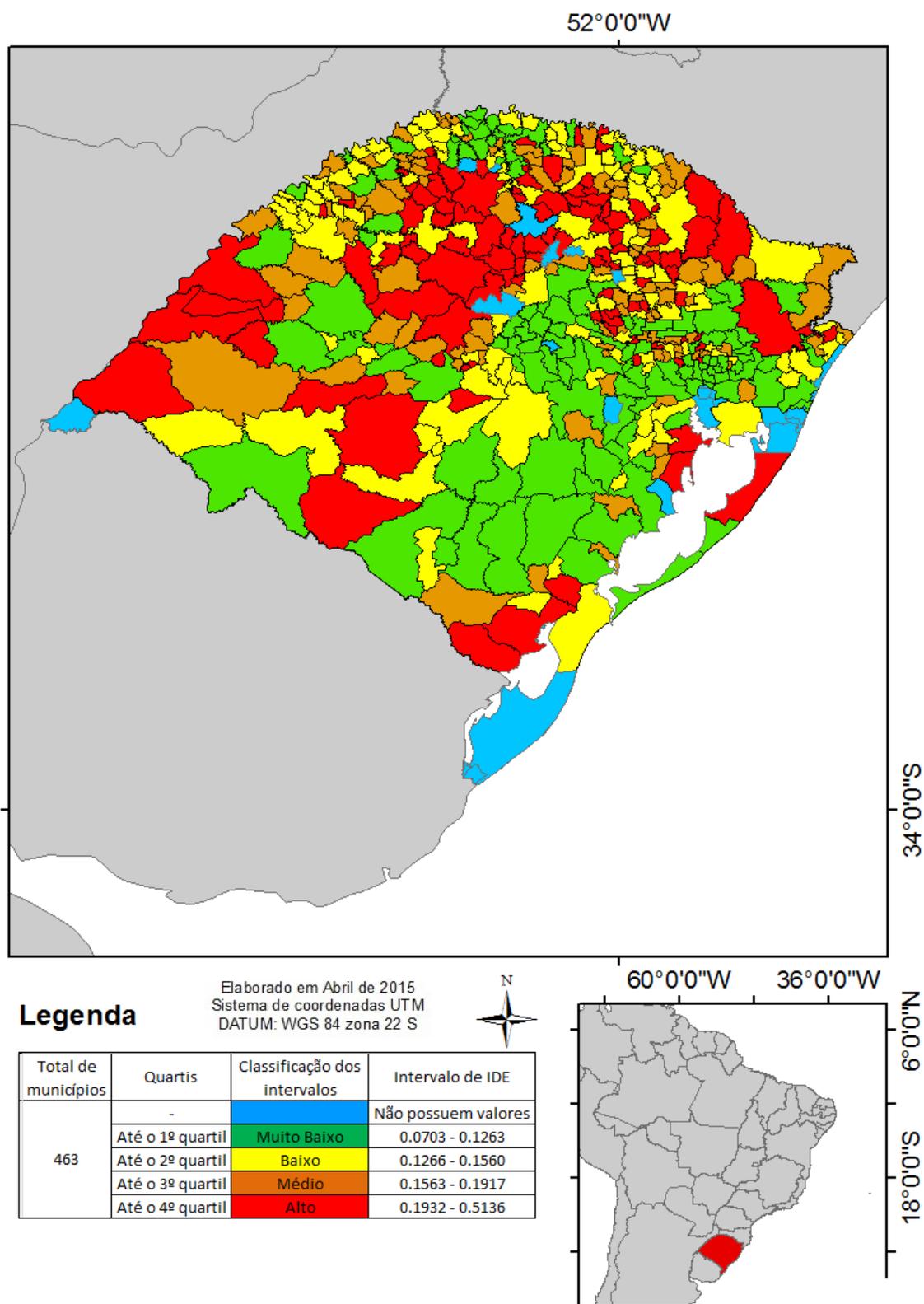
³⁹ A partir da análise do cartograma 1, pode-se perceber que o município pesquisado encontra-se numa classificação de nível médio.

Figura 23: Cartograma 2 – Descrição das variáveis – IPOP⁴⁰



Fonte: Organizado por Dias, Fabiano, 2015.

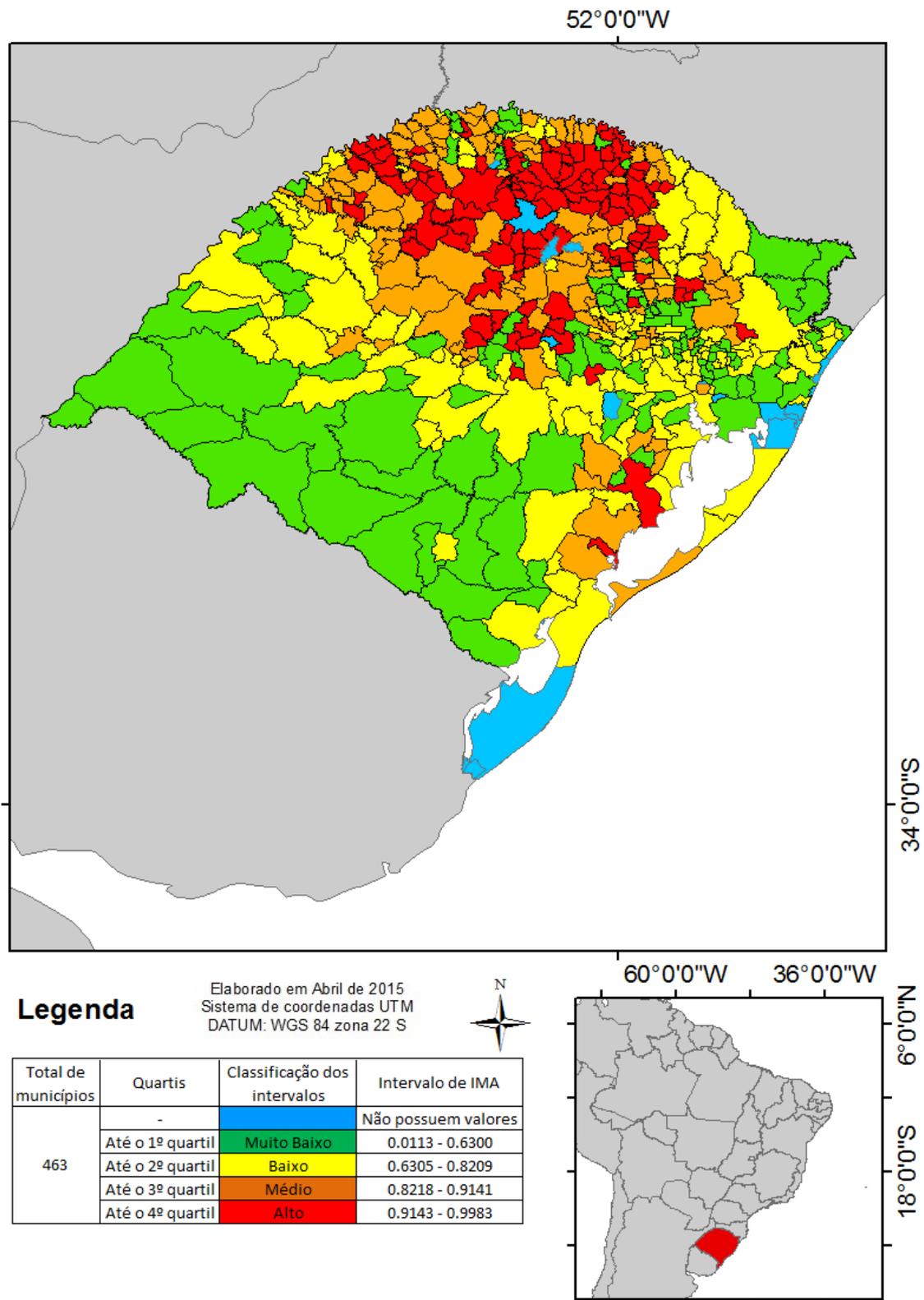
⁴⁰ A partir da análise no cartograma podemos perceber que o Índice de População apresentou valores médio.

Figura 24: Cartograma 3 – Descrição das variáveis – IECO⁴¹

Fonte: Organizado por Dias, Fabiano, 2015.

⁴¹ O Município de Cerrito/RS na classificação do índice de desempenho econômico, pode-se observar diante do cartograma se encontra numa classificação média.

Figura 25: Cartograma 3 – Descrição das variáveis – IMA⁴²



Fonte: Organizado por Dias, Fabiano, 2015.

⁴² Com relação ao Índice de Meio Ambiente, o município pesquisado foi considerado a partir da classificação, muito baixo.

Metodologia IDR

Os dados do IDR foram obtidos através de quatro fontes:

- Censo demográfico(Universo): dados de 2010 da pesquisa que já estão preparados no SIDRA.
- Censo demográfico(Micro dados): dados de 2011 da pesquisa não preparados da pesquisa que foram minerados por um software desenvolvido no meio do projeto.
- Censo agropecuário: dados de 2006 da pesquisa que já estão preparados no SIDRA.
- Produção agrícola municipal: dados de 2010 da pesquisa que já estão preparados no SIDRA.

IPOP

Densidade demográfica	Censo demográfico(Universo)
Variação da população rural entre 2000 e 2010	Censo demográfico(Universo)
% de população rural em 2010	Censo demográfico(Universo)
Proporção da população rural que não morou sempre no município (migração)	Censo demográfico(Micro dados)

IBES

Taxa de analfabetismo	Censo demográfico(Universo)
Média de anos de estudo	Censo demográfico(Micro dados)
Proporção de domicílios rurais com água encanada em pelo menos um cômodo	Censo demográfico(Micro dados)

Proporção água encanada, conectado a rede geral	Censo demográfico(Micro dados)
Proporção de pessoas de 7 a 14 anos na escola	Censo demográfico(Universo)

IDE

Proporção de ocupados rurais em atividades não agrícolas	Censo agropecuário
Produtividade do trabalho na agricultura valor da produção agropecuária do município/número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários	Censo agropecuário
Rendimento médio domiciliar per capita (exceto agregados, pensionistas e empregados domésticos)	Censo demográfico(Micro dados)

IMA

Proporção de estabelecimentos que usam agrotóxicos	Censo agropecuário
Proporção de estabelecimentos que usam adubos e fertilizantes	Censo agropecuário
Ausência de monocultura - Soja - Pastagem (área ocupada)	Produção agrícola municipal

APÊNDICES

APÊNDICE 1. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA, EMATER E ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES)

GRUPO 1



FURG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE – FURG

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Formulário Semi-estruturado para pesquisa de campo

Público: Agricultores Familiares de Cerrito

Orientadora: Giancarla Salamoni

Entrevistadora: Juliana Lima Fagundes

- 1) Quais Políticas Públicas voltadas para a agricultura familiar existem no Município?
- 2) Como ocorre o acesso ao PRONAF para os agricultores familiares do município?
- 3) Como são estabelecidas as relações entre as instituições financeiras e os agricultores familiares deste município?
- 4) Em que medida as políticas públicas atendem as demandas (crédito, mercados, assistência técnica e extensão rural) dos agricultores familiares do município?

- 5) Quantos agricultores acessam as políticas existentes (informar por tipo de política pública – PRONAF, PAA, PNAE ou outra)?
- 6) Número de agricultores familiares existentes no município?
- 7) Tamanho médio das propriedades?
- 8) Principais tipos de atividades produtivas (produção animal e vegetal) do município? Para o mercado e para o autoconsumo.

ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES

- 9) Quais políticas públicas são acessadas pelos agricultores;
- 10) Número de agricultores que fazem parte da associação;
- 11) Número de agricultores que acessam as políticas públicas;
- 12) Principais benefícios obtidos com o acesso às políticas públicas (PRONAF, PAA e PNAE)
- 13) Tamanho médio das propriedades familiares;
- 14) Principais tipos de atividades produtivas (produção animal e vegetal) do município? Para o mercado e para o autoconsumo;

APÊNDICE 2: ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Data: questionário n°:

Localidade:

Produtor:

Idade do entrevistado:

Referência para localização:

Sistema da Agricultura



Social



Técnico



Produção

1. Idade dos membros da família (H= homem M= mulher)

	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°
Sexo								
Idade								

2. Condição do produtor

Proprietário	
Arrendatário	
Meeiro	
Outro: qual?	

3. Formação da propriedade

Compra

Herança

Posse

Outros: Qual?

4. Permanência da propriedade

Venda

Herança

Arrendamento

Outros: Qual?

5. Sucessão Hereditária:

Maiorato (filho mais velho)

Minorato (filho mais novo)

Filho (as)

Outro: Qual?

6. Uso do solo:

Área total – há	
Área cultivada - % ou há	
Pastagem natural - % ou há	
Mata - % ou há	
Área não utilizável (estradas, afloramentos rochosos,etc.) - %	

7 Que máquinas e instrumentos agrícolas são utilizados na propriedade?

	Sim	Não		Sim	Não		Sim	Não
Trator						Roçadeira		
Arado Mecânico			Tração animal					
Carroça			Disco			Subsolador		
Pulverizador			Reboque			Trilhagem		
Aleirador			plaina			Capinadeira		
Plantadeira			Grade			Outros		

8. Como é formada a renda na propriedade?

Venda de produtos agrícolas	
Venda de produção pecuária (e derivados)	
Venda de produtos artesanais (quais?)	
Atividades agrícolas fora da propriedade (remunerado)	
Aposentadoria/pensão.	
Aluguéis/arrendamentos	
Atividades não agrícolas/serviços realizados. (quais?)	

9. Aproximadamente, quantas horas trabalham por dia (em época de colheita e não colheita).

Colheita:	Não-colheita:
-----------	---------------

10. Algum membro da família presta serviços fora da propriedade? (caso positivo) - Qual trabalho? Como é remunerado?

Trabalho/re muneração	Dinheiro	Parte da produção	Ajuda mútua	Outra: _____	Tipo de atividade	Frequência (P ou T)
Agrícola						
Não- agrícola						

11. Contrata trabalhador temporário ou permanente?

(caso positivo) - Qual trabalho? Como é remunerado?

Tipo de Trabalho	Remuneração			
	Dinheiro	Parte da produção	Ajuda mútua	Outra. Qual?

12. Quais produtos cultivam na sua propriedade? Com qual finalidade?

AC - Autoconsumo

C - Comercialização (1- Comércio atacadista; 2- comércio varejista - armazéns; 3- feiras livres; 4 agroindústria; 5 – intermediário)

Culturas	AC	C1	C2	C3	C4	C5
Leite						
Milho						
Soja						
Pêssego						
Batata						
Leite						
Ovos						
Hortaliças						
Tomate						
Laranja						
Outros:						

13. Quais tem maior importância na formação da renda familiar?

14. Há quantos anos se dedica a essa atividade? Por quê?

15. Que tipo de criações existe em sua propriedade? Com qual finalidade?

AC - Autoconsumo

C - Comercialização (1- Comércio atacadista; 2- comércio varejista - armazéns; 3- feiras livres; 4 agroindústria; 5 – intermediário)

De Produção

	AC	C1	C2	C3	C4	C5
Bovinos						

Suínos						
Aves						
Ovinos						
Peixes						
Outros						

De Trabalho

Bois	
Cavalos	
Outros	

16. Quais os tipos de insumos utilizados na propriedade?

Adubo químico		Inseticidas	
Calcário		adubo orgânico	
Fungicidas		adubação verde	
Herbicidas		outros:	

17. Em quais produtos e com que frequência?

18. Participa de algum sindicato, associação ou cooperativa? Qual?

18. Sua propriedade é atendida por assistência técnica?

Industria	EMBRAPA	Emater	Secretaria Municipal	Universidade	Outro:	Não atendida
-----------	---------	--------	----------------------	--------------	--------	--------------

19. Utiliza algum tipo de crédito? Qual a finalidade?

Agroindústria	PRONAF	Crédito Privado	Não utiliza	Outro:
---------------	--------	-----------------	-------------	--------

Sistema Histórico-cultural (Tradições Agrícolas e Heranças Agrárias)



20. Há quanto tempo à família reside no Distrito? Se for o caso qual o Município de Origem?

21 Há quanto tempo à família se encontra nesta propriedade?

22 Quais os tipos de atividades agrícolas que existem na propriedade que foi herdada dos antepassados?

23 Existe alguma atividade recente na propriedade? Quais os motivos de adotar esta atividade?

Repercussões das Políticas Públicas

24 Conhece os Programas do governo federal de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE? **Caso sim, por intermédio de quem?**

25 Participa de alguns dos Programas anteriormente mencionados? Caso sim, de que forma?

26 Quais os benefícios e/ou dificuldades em participar de algum dos Programas mencionados?

27 Se ainda não participa como beneficiário de algum dos programas, pretende participar no futuro? Porquê?

APENDICE 3: ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA:

Data: ___/___/___

Nº questionário:

Localidade:

Produtor:

Idade do entrevistado:

Referencia da localização:

REPERCUSSÕES DAS POLITICAS PÚBLICAS

1) Qual programa do governo federal a família participa?

a) PRONAF

b) PNAE

c) PAA

2) Se caso participa do PRONAF, qual(is) linha(s) de financiamento utiliza?

a) PRONAF Custeio

b) PRONAF Microcrédito Rural.

c) PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares

e) PRONAF Jovem

f) PRONAF Mulher

g) PRONAF Semiárido

h) PRONAF Mais Alimentos – Investimento

i) PRONAF Eco

j) PRONAF Agroindústria

k) PRONAF Cota-Parte

l) PRONAF Agroecologia

m) PRONAF Floresta

3) Em que aspecto o (a) senhor (a) acha que o PRONAF deve mudar?

a) Acha que não deve mudar

b) Aumento do valor do crédito

c) Diminuição dos juros

d) Mudança no prazo para pagamento

e) Menos burocracia

f) Menos exigência de garantias

g) Outro. Qual? _____

Algumas questões sobre a produção e a comercialização dos agricultores familiares

4) Quais os tipos de produção animal e vegetal estão sendo produzidos durante este ano?

PRODUÇÃO ANIMAL	PRODUÇÃO VEGETAL
-----------------	------------------

<input type="checkbox"/> Leite <input type="checkbox"/> Corte <input type="checkbox"/> Beneficia <input type="checkbox"/> outros	<input type="checkbox"/> Horta <input type="checkbox"/> Pomar <input type="checkbox"/> Beneficia <input type="checkbox"/> outros

5) Em sua opinião qual é a melhor forma de comercializar a produção?

6) É produzido algum alimento de forma orgânica ou agroecológica (sem utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos)? Por quê?

7) Se responder que usa agrotóxico, qual é a intensidade?

- 1 produto
 2 ou mais produtos
 Nenhum produto

8) Se utiliza insumos no estabelecimento, aponte quais:

Tipos	Como adquiriu os insumos?
	01) Pronaf 02) Outro crédito bancário 03) Produção no estabelecimento 04) Outra fonte
a) Agrotóxicos	
b) Fertilizantes orgânicos	
c) Fertilizantes químicos	
d) Inseticidas / fungicidas naturais	
e) Sementes melhoradas	
f) Produtos veterinários	
g) Outros. Quais?	

9) Quais as facilidades e dificuldades que é encontrado para produzir?

- Facilidades: _____

- Dificuldades: _____

10) Você participa de algum tipo de grupo (cooperativa, associação de agricultores familiares, movimento social ou ONG)?

Algumas questões sobre o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE)

11) Você conhece a Lei Federal (11.947) de merenda escolar e o que diz respeito a compra de alimentos para a merenda escolar?

12) Quando você começou a participar do programa da merenda escolar?

13) De que forma você teve a informação sobre este programa?

14) A partir do acesso as estas informações sobre o programa, foi importante para vocês decidirem vender seus produtos para a merenda escolar?

15) Quais produtos são destinados/vendidos para a merenda escolar?

16) Porque resolveram vender seus produtos para a merenda escolar?

17) Quais os pontos positivos que vocês identificam no programa de merenda escolar, no âmbito da atuação?

18) Quais os pontos negativos que vocês identificam no programa de merenda escolar, no âmbito da atuação?

19) Após o início da participação da venda dos produtos para a merenda escolar, que mudança ocorreu?

20) Como funciona a organização das atividades da propriedade familiar para conseguirem produzir alimentos e comercializa-lo para a merenda escolar?

21) Em sua opinião, a Lei (11.947) alimentação escolar representa uma alternativa de fortalecimento da agricultura familiar? Por quê?

22) De que forma, em sua opinião, o poder público do município de Cerrito/RS tratam a questão da comercialização dos produtos da agricultura familiar para a merenda escolar?

23) Em sua opinião, o que poderia ser melhorado para o andamento do programa de merenda escolar?

24) Quais são os avanços que se teve após a adesão do programa de merenda escolar?

25) Quais seriam suas perspectivas com relação a sua atividade agrícola e ao programa de merenda escolar?

26) Quais as formas de comercialização usadas pelo (a) senhor(a)?

- a) Programas governamentais
- b) Venda direta aos consumidores
- c) Venda para atravessador
- d) Venda em centrais urbanas de abastecimento
- e) Venda para indústria alimentícia
- f) Venda para comércio local
- g) Outra. Qual? _____

Questões sobre Assistência Técnica aos Agricultores Familiares

27) O (a) senhor (a) recebe assistência técnica?

Sim. Desde quando? _____ (ano)

28) Quais representantes fornecem a assistência técnica?

- a) Técnicos da Emater
- b) Técnicos da prefeitura municipal
- c) Técnicos autônomos
- d) Técnicos de ONGs
- e) Técnicos de sindicatos
- f) Técnicos de empresa de planejamento/empresas privadas
- g) Técnicos de empresas fornecedoras de insumos
- h) Técnicos de cooperativas ou associações de produtores
- i) Técnicos de agroindústria
- j) Outros. Quais? _____

29) Qual é a frequência que é recebida assistência técnica?

- a) Semanal
- b) Quinzenal
- c) Mensal
- d) Bimestral
- e) Semestral
- f) Anual
- g) Outra. Qual? _____

30) Aponte as técnicas de conservação / uso do solo adotadas no estabelecimento familiar?

- a) Calagem
- b) Plantio na palha/plantio direto
- c) Adubação verde
- d) Adequação das estradas e carreadores
- e) Cordões de pedra e vegetal
- f) Terraceamento
- g) Adubação orgânica
- h) Queimadas
- i) Reflorestamento conservacionista
- j) Rotação de cultura
- k) Nenhuma técnica
- l) Outras. Qual (is)? _____

31) Você tem problema com a estiagem no período da safra?

32) Que providências são adotadas para reduzir os danos ocasionados?

- a) Uso de irrigação
- b) Práticas de cobertura de solo
- c) Construção de cisterna/outras formas de captação de água da chuva
- d) Contratação de carro-pipa

- e) Construção de açude
- f) Uso de variedades resistentes ou mais bem adaptadas
- g) Outras. Qual? _____
- h) Nenhuma providência

A respeito dos impactos dos Programas Federais

33) Houve mudanças no município de Cerrito/RS após criação do Pronaf, PAA e PNAE?

- a) Não houve mudanças
- b) Sim. Quais? _____

Tipo	a) Melhorou b) Ficou pior c) Não teve mudança
Na vida das famílias agricultoras	
Na produção da agricultura familiar	
Na produção agrícola	
Na preservação do meio ambiente/conservação	
Para o município	
No emprego	
No desenvolvimento	
Na vida comunitária	
Outras.	

A respeito das perspectivas

34) Como avalia a sua qualidade de vida e a de sua família nos seguintes aspectos:

Aspecto	Muito bom	Bom	Regular	Ruim	NS/NR
Na Alimentação					
Saúde familiar					

Educação					
Acesso a serviços públicos (saúde, educação, etc.)					
Infra-estrutura pública (estradas, ruas, eletricidade, etc.)					
Integração na comunidade					
Meio ambiente					
Moradia					
Autoconsumo					
Oportunidade de melhorar o negócio					

35) Na sua visão, como você percebe o futuro da sua família?

- a) Será melhor
- b) Será pior
- c) Acha que não vai mudar

36) Seus filhos pretendem continuar no rural?

- a) Sim, pretendem.
- b) Não pretendem.
- c) Não se aplica (não tem filhos)

37) Na sua opinião, o que o(a) senhor (a) acha que é importante para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Cerrito/RS?

Tipo	Pouco importante	Muito importante
a) Crédito fundiário		
b) Diversificação da produção		
c) Mais assistência técnica		
d) Fortalecimento do associativismo / cooperativismo		
e) Fortalecimento do		

turismo		
f) Garantia de compra		
g) .Incentivo à agroindústria		
h) Melhoria da infraestrutura do município		
i) Mais crédito para produção		
j) Novos canais de comercialização		
k) Melhoria na educação		
Outro? Qual?		